



Sociologia compreensiva

Sociologia Compreensiva

Juliana Daros Carneiro

Flávia Xavier Merlotti Paniz

Fabiane Teixeira de Jesus

Carlos Eduardo Amaral de Paiva

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Emanuel Santana

Grasiele Aparecida Lourenço

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Paulo Heraldo Costa do Valle

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Nathalia Cristina Oliveira

Editorial

Adilson Braga Fontes

André Augusto de Andrade Ramos

Cristiane Lisandra Danna

Diogo Ribeiro Garcia

Emanuel Santana

Erick Silva Griep

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C289s Carneiro, Juliana Daros
Sociologia compreensiva /Juliana Daros Carneiro, Flávia
Xavier Merlotti Paniz, Fabiane Teixeira de Jesus, Carlos
Eduardo Amaral de Paiva. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2017.
224 p.

ISBN 978-85-522-0048-2

1. Sociologia – Filosofia. I. Paniz, Flávia Xavier Merlotti. II.
Jesus, Fabiane Teixeira de. III. Paiva, Carlos Eduardo Amaral
de. IV. Título.

CDD 301.01

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Max Weber: um homem do seu tempo	7
Seção 1.1 - Da infância à maturidade	9
Seção 1.2 - A Alemanha de Max Weber	25
Seção 1.3 - O pensamento filosófico e científico alemão	36
Unidade 2 A sociologia compreensiva	55
Seção 2.1 - As bases para o desenvolvimento da sociologia compreensiva	57
Seção 2.2 - O método compreensivo	70
Seção 2.3 - A sociologia compreensiva entre críticas e influências	86
Unidade 3 Comportamento religioso, ética e economia	109
Seção 3.1 - Sociologia da religião	112
Seção 3.2 - Os grandes sistemas religiosos e a ética econômica	130
Seção 3.3 - A ética protestante e o espírito do capitalismo	150
Unidade 4 Tópicos especiais da sociologia de Max Weber	175
Seção 4.1 - Sociologia e política	177
Seção 4.2 - Sociologia e economia	195
Seção 4.3 - Sociologia e o direito	211

Palavras do autor

A sociologia é um campo do conhecimento que se preocupa em investigar a vida em sociedade, suas dinâmicas de funcionamento, suas formas de organização e as relações sociais conflituosas e/ou harmônicas que são estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. A construção da sociologia enquanto saber científico foi e ainda é resultado do trabalho e das obras de diferentes pensadores.

É comum a identificação de pelo menos três vertentes fundamentais da sociologia moderna, as quais foram fundadas por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Cada um desses pensadores desenvolveu um método científico e uma teoria para explicar e compreender a organização social, os fenômenos e as relações sociais. Neste livro, convidamos você a estudar as principais contribuições de Max Weber para a construção da sociologia e estruturação do seu método, o qual ficou conhecido como Método Compreensivo.

Esperamos que você entenda como Max Weber nos ajuda a compreender a vida em sociedade, em especial a partir da análise das ações dos indivíduos. Com o intuito de ajudar nesse seu processo de aprendizagem, o livro didático foi organizado em quatro unidades de conhecimento. Na primeira unidade, estudaremos o contexto social, político, econômico, cultural e familiar que influenciaram direta e indiretamente o desenvolvimento do pensamento de Max Weber. A segunda unidade é dedicada ao estudo dos principais conceitos e posturas metodológicas da Sociologia Compreensiva. Na terceira unidade, verificaremos a aplicabilidade do método compreensivo de Weber em sua análise sobre a religião. Por fim, na quarta unidade, serão apresentados os principais conceitos sociológicos weberianos relacionados a economia, política, educação e direito.

A discussão que realizaremos neste livro pretende fazê-lo adentrar no pensamento de Max Weber, o qual influenciou não só o campo da sociologia, mas também da economia, política, direito, história e filosofia.

Mas, lembre-se, para que você tenha sucesso em sua trajetória de aprendizagem, será fundamental que se dedique a isso. Para tanto, não deixe de organizar sua rotina de estudo diário e autônomo, estabeleça

pequenos objetivos em cada etapa do seu processo de aprendizagem, realize todas as atividades com persistência e nunca deixe de esclarecer suas dúvidas. Não se esqueça de que o conhecimento é uma construção que depende muito de você.

Convite feito, tenha um excelente estudo!

Max Weber: um homem do seu tempo

Convite ao estudo

Esta unidade está organizada em três seções, as quais são importantes para a compreensão contextualizada do arcabouço teórico-conceitual da sociologia weberiana.

Na primeira seção, iniciaremos nosso estudo com a compreensão de como a relação familiar de Max Weber estimulou o desenvolvimento do seu pensamento e a construção da sua visão de mundo. Filho de um advogado e político e de uma imigrante protestante francesa, liberal e culta, Max Weber teve desde muito cedo um contexto familiar favorável ao desenvolvimento da sua intelectualidade. As experiências universitária e acadêmica também foram fundamentais para a consolidação da sua sociologia. Foi na universidade que encontrou maior espaço para produzir seus escritos. Discutiremos, ainda, como a experiência weberiana na América influenciou seus estudos sociológicos.

Já na segunda seção, trataremos um pouco da história da Alemanha com base em um recorte que vai do início do século XIX até sua participação na Primeira Guerra Mundial. Faremos aqui uma análise mais geral do contexto no qual Max Weber esteve inserido.

Na terceira seção, discutiremos o panorama geral do pensamento filosófico e científico alemão, abordando as principais orientações filosóficas de Hegel e do idealismo alemão, o debate estabelecido entre essas orientações e o positivismo, o materialismo histórico de Karl Marx e as principais ideias de Friedrich Nietzsche.

Este conteúdo, propositalmente mais histórico, servirá de base para entender como um determinado contexto social, político, econômico e cultural pode influenciar o pensamento e a visão de mundo que desenvolvemos ao longo de nossa história. Em particular, entenderemos o porquê e o que levou Max Weber a desenvolver determinados conceitos e teorias. Aliás, para a

Sociologia Compreensiva é fundamental entendermos o mundo social com base na inserção do indivíduo em um determinado contexto.

Nesse sentido, você, caro aluno, ao refletir sobre a vida e obra de Weber, desenvolverá a capacidade de relacionar e compreender os conceitos fundamentais da Sociologia Compreensiva.

Para desenvolver o estudo das temáticas acima, elaboramos um contexto fictício. Imaginamos o caso de Cláudia, uma colunista de um jornal de circulação nacional que foi convidada por uma editora para escrever a biografia de Max Weber. O desafio da jornalista vai além de apenas escrever a história de vida do pensador clássico. Cláudia deve identificar os elementos do meio social de Max Weber que influenciaram sua visão de mundo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da sua sociologia.

Apesar de excelente escritora, Cláudia sabia que escrever a biografia do autor seria uma tarefa não muito fácil porque ela pouco conhecia sobre a vida e obra dele. Ela sabia que teria que estudar bastante antes de começar a escrever as primeiras linhas sobre a vida do autor.

Suas pesquisas iniciais mostraram que Weber foi muito estimulado pela família desde o início da sua vida. No entanto, quem eram os pais de Weber e como eles estimularam o desenvolvimento da sua intelectualidade? Como sua trajetória acadêmica e as experiências vividas fora do seu país se tornaram decisivas para o desenvolvimento da sua linha de pensamento? Após analisar o papel da família de Weber na construção do seu ideário, Cláudia identificou que o contexto histórico, social, político, econômico e cultural do seu país, a Alemanha, também foi fundamental para o desenvolvimento do seu pensamento. Quais elementos da história da Alemanha assistidos por Weber foram decisivos para o desenvolvimento da sua sociologia? Ao estudar a história de Max Weber, Cláudia entendeu que ele, ao lado de outros pensadores, compõe um quadro mais geral do pensamento científico e filosófico alemão. Em que medida esses outros pensadores alemães contribuíram para a construção da visão de mundo de Max Weber?

Desafio apresentado, agora chegou a hora de desenvolver as reflexões necessárias para a sua superação.

Bom estudo!

Seção 1.1

Da infância à maturidade

Diálogo aberto

Como vimos no contexto de aprendizagem, a escritora Cláudia aceitou o desafio de escrever uma biografia sobre Max Weber. Apesar de ser uma excelente escritora, Cláudia sabia que sua tarefa não seria fácil. Seu pouco conhecimento sobre a vida e obra do autor a obrigaria a estudar bastante antes de começar a escrever.

Em seus estudos iniciais, Cláudia já identificou pelos menos três pontos fundamentais do meio social de Max Weber que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da sua intelectualidade, a saber, sua família, a realidade do seu país e o pensamento científico e filosófico de outros pensadores alemães.

Entretanto, como a história de vida de Max Weber poderia, de fato, ajudar a nossa escritora nessa tarefa? De que maneira Cláudia explicaria como se deu o estímulo da intelectualidade de Weber por parte de seus pais e em que medida as experiências universitárias e aquelas vividas fora de seu país de origem contribuíram para a estruturação do pensamento desse sociólogo?

Não pode faltar

Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx são considerados os fundadores da sociologia. Apresentando perspectivas diferentes, os três pensadores produziram reflexões sobre os chamados fenômenos sociais, contribuindo assim para a estruturação da Ciência da Sociedade. Na realidade, esses autores acabaram por inaugurar as bases teóricas e metodológicas da sociologia. Durkheim, como você já deve ter visto, introduz as bases positivistas da sociologia. Marx, por sua vez, desenvolve os princípios daquilo que ficou conhecido como materialismo histórico e método dialético. Já Weber, como veremos no decorrer deste livro, apresenta uma nova concepção metodológica, fundando o método compreensivo.

Max Weber desenvolveu uma obra complexa que perpassa o campo da sociologia e acaba influenciando também a área do direito, da economia, da ciência política, administração e filosofia. O conjunto dos seus escritos reflete o contexto social, político e econômico vivenciado por ele. Porém, não foram apenas essas questões que influenciaram Weber. Sua família, antes de mais nada, teve papel fundamental de estimular a sua intelectualidade. Veremos como se deu essa influência, tanto familiar quanto do meio social, por meio de uma apresentação biográfica do autor.



Assimile

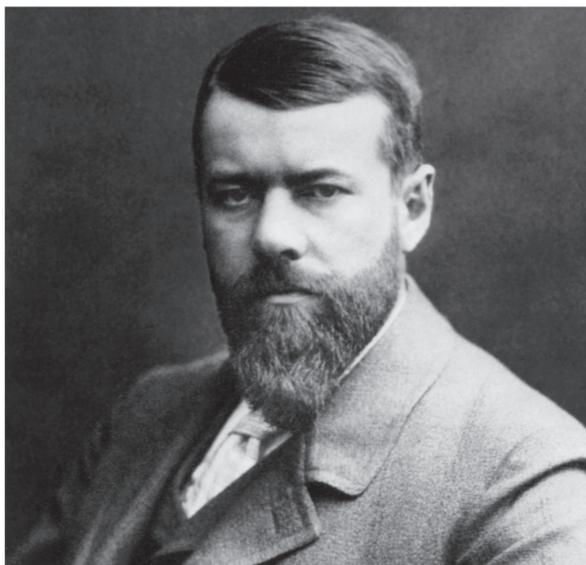
É importante compreender que um trabalho biográfico exige que diversas fontes, como distintos tipos de documentos (cartas, fotos, vídeos e outros), textos e até mesmo outras biografias da pessoa em questão, sejam visitados, revisados, interpretados e analisados para que os fatos da vida de uma determinada pessoa possam ser contados em uma obra biográfica. Porém, tanto as fontes quanto a forma como elas podem ser interpretadas pelos autores de biografias podem variar. Isto significa afirmar que podemos identificar variações e diferenças entre biografias que tratem de uma mesma pessoa.

Conforme aponta Born (2001), a biografia se refere a uma forma de discurso elaborado por um "sujeito autor". No processo de construção de uma biografia, o "sujeito autor" acaba fazendo uma reinvenção identitária de outro sujeito. Dito de outra forma, uma biografia pode ser considerada como uma interpretação subjetiva da história de vida de uma determinada pessoa. Isso significa considerar que esse "sujeito autor" não se limita a apresentar fatos e acontecimentos da vida de uma determinada pessoa. Ele também dá opiniões e expressa as suas percepções sobre a trajetória de vida da pessoa. Por meio das biografias, somos capazes de identificar tanto os aspectos da vida particular da pessoa como também do espaço sócio-histórico em que se desenvolveu a trajetória de vida da pessoa.

Alguns autores se dedicaram a apresentar ou escrever a biografia de Max Weber. Dentre eles, podemos destacar Hans Gerth e Wrights Mills

(1982), e, em especial, Marianne Weber (2003), esposa do pensador e referência maior sobre a vida do sociólogo. Com base nessa bibliografia, apresentaremos alguns pontos importantes da vida de Max Weber que vão nos ajudar a compreender quais elementos foram importantes e, até mesmo, decisivos para o desenvolvimento do seu pensamento.

Figura 1.1 | Max Weber



Fonte: <<https://goo.gl/PWaOWk>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Max Weber, que recebeu o mesmo nome de seu pai, nasceu em 21 de abril de 1864, em Erfurt, Turíngia. Ele era o filho mais velho de uma família de comerciantes de linho e industriais têxteis da Alemanha Ocidental. Seu pai foi um importante jurista e conselheiro municipal que se tornou um bem-sucedido político quando Weber ainda era uma criança. Ao se transferir para Berlim Ocidental, a família Weber foi morar em um bairro chamado Charlottenburg. Foi lá que Weber teve contato com importantes personalidades políticas e acadêmicas que frequentavam a casa de seus pais. Foi enquanto morava com os pais no subúrbio de Berlim que o pensador conheceu intelectuais como Friedrich Kapp, Wilhelm Dilthey, Theodor Mommsen, Julian Schmidt, entre outros.

A mãe de Weber, por sua vez, conhecida como Helene Fallenstein Weber, tinha uma crença protestante e era considerada uma senhora

liberal e culta. Era de uma família de professores e também de autoridades da região de Turingia.

De acordo com Gerth e Mills (1982), o avô materno de Weber foi um funcionário turingiano que fugiu para uma vila em Heidelberg um pouco antes de eclodir a revolução de 1848. Um dos professores de Helene foi o historiador Georg Gottfried Gervinus, que era amigo da sua família e também um liberal. O historiador ganhou notoriedade com a sua obra *História da literatura nacional alemã*.

A partir desse relato inicial sobre a família de Max Weber, você já consegue perceber como o pensador viveu uma realidade que foi propícia ao desenvolvimento da sua intelectualidade. A formação acadêmica e o engajamento político do seu pai, a relação de amigos da família, os professores que contribuíram para a formação da sua mãe, já apontam que Weber estava inserido em um contexto que acabaria influenciando e instigando desde seus gostos pessoais até a sua forma de analisar e compreender essa própria realidade em que estava inserido.

A mãe de Weber, Helene, se dedicou muito à família. Ela cuidava do marido político, dos filhos e também dos amigos da família. Por conta da sua intelectualidade, Max Weber manteve com a mãe uma relação de grande proximidade, mesmo a distância, até seu falecimento, em 1919. Era comum mãe e filho trocarem cartas longas e por diversas vezes cultas. Helene, assim como Weber, recebeu por meio da sua educação familiar uma bagagem cultural que lhe permitiu estabelecer esse tipo de relação mais erudita com o filho. Outro ponto que demonstra o perfil de Helene está relacionado à sua posição diante do cenário de miséria das classes industriárias de Berlim, o que lhe chamava bastante a atenção e despertava nela preocupações humanitárias, além das religiosas, relacionadas a sua crença protestante.

Segundo Gerth e Mills (1982), essas preocupações humanitárias e religiosas de Helene nunca foram compartilhadas com seu marido. Os pais de Weber divergiam bastante em relação a diversas questões públicas. Diante desse cenário familiar, conflituoso, Max Weber, desde cedo, acabou refletindo sobre temas como a tradição familiar e questões de caráter político que circulavam em seu lar. Ele questionava as imposições dos pais e se rebelou, em especial, contra a autoridade do seu pai e a forma como este tratava a esposa.

Convém destacar, conforme aponta Cohn (2003), que essa relação tensa entre os pais de Weber refletiu de forma decisiva na sua formação e na forma como ele interpretou e também agiu durante toda a sua vida.

Aliado à realidade familiar conflituosa, Weber apresentava uma saúde frágil na infância, o que fez com que priorizasse e se dedicasse aos livros, razão pela qual acabou desenvolvendo, ainda jovem, interesses intelectuais próprios e particulares. Não foi por acaso que aos 13 anos de idade escreveu um dos seus primeiros ensaios históricos intitulado *Do curso da história alemã*. Neste ensaio, o pensador faz referência às posições do Papa e do *Kaiser*. Aos 15 anos, já havia consolidado seu hábito e gosto pela leitura, e por esse motivo criticava bastante o gosto dos seus jovens amigos de escola. Para o jovem Weber, seus colegas tinham um gosto vulgar e até mesmo imaturo. O fato era que Max Weber apresentava um amadurecimento intelectual precoce, que inclusive contribuiu para que se distanciasse do pensamento dos seus pais e entrasse em conflito com seus professores. Enquanto sua mãe se preocupava bastante com esse distanciamento intelectual do filho, seu pai se preocupava mais com a sua indiferença religiosa (GERTH; MILLS, 1982).

Weber se envolve com assuntos políticos do seu tempo. O próprio ensaio que publicou aos 13 anos demonstra esse seu grau de entendimento crítico, principalmente relacionado aos acontecimentos políticos. A participação da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial foi amplamente discutida por Max Weber. A grande crítica de Weber à participação alemã durante a guerra envolvia as posições, decisões e erros do Rei Guilherme II. A escolha de Guilherme II, por exemplo, pela guerra submarina foi amplamente criticada por Weber porque teria atraído contra a Alemanha a entrada norte-americana na guerra (COHN, 2003). O próprio surgimento do capitalismo e as transformações que foram produzindo na sociedade tanto do ponto de vista político, como econômico, social e cultural também podem ser considerados como preocupações de Weber.

Os estudos universitários e a vida acadêmica

O jovem Weber, apesar de não gostar da rotina escolar, tinha um talento peculiar que o fez concluir os estudos pré-universitários em

1882 e iniciar os estudos acadêmicos. Aos 17 anos de idade, Max Weber matriculou-se no curso de Direito em Heidelberg, seguindo o caminho do pai. Mesmo optando formalmente pela formação na área jurídica, seus estudos não se limitaram ao direito, dedicando-se também ao estudo de história, cultura, economia e filosofia.

Marianne Weber (2003), por exemplo, destaca como o tema da cultura esteve presente na vida de Weber. De acordo com ela, Weber, ao longo da sua vida, se preocupou de forma intensa com o desenvolvimento dos padrões socioculturais. Um outro exemplo dessas preocupações culturais de Weber pode ser observado nos seus estudos sobre a religião. De uma forma geral, essas preocupações foram e estão refletidas no conjunto de sua obra e demonstram a abrangência do pensamento desse autor.

Durante o tempo em que Weber esteve na universidade viveu uma vida social intensa. Na universidade passou a fazer parte da chamada fraternidade *Allemannia*, que era a organização da qual seu pai também participou durante a vida universitária, tornando-se um grande praticante de esgrima. Durante os três semestres em que esteve em Heidelberg tornou-se tão bom nas bebidas quanto nos duelos de esgrima. De um menino magro acabou se transformando em um homem de corpo robusto e forte, conforme relatam Gerth e Mills (1982).

Aqui cabe uma observação sobre uma diferença na postura e na forma de agir de Weber. Durante a primeira infância, Weber preferiu se recolher para “dentro do seu próprio mundo”, porque a rotina escolar não lhe agradava e também porque ele não identificava muita semelhança entre seus gostos e os de seus colegas de escola.

Aos 19 anos de idade, Weber se transferiu de Heidelberg para Estrasburgo com o intuito de prestar serviços militares. Essa experiência foi marcante na vida do jovem Weber. De acordo com Gerth e Mills (1982), Weber nunca foi um praticante de atividades físicas e o serviço militar acabou exigindo um grande esforço físico por parte do jovem. Além do mais, a rotina militar acabava o afastando da atividade intelectual. O cansaço físico aliado à rotina de bebidas fez com que o jovem pouco produzisse intelectualmente nesse período. Ainda segundo os autores, Weber chegou a fazer críticas ao serviço militar ao mesmo tempo em que conseguiu identificar algo de positivo nessa rotina. Ele recebeu sua patente de oficial e, diferentemente do que ocorreu na época

dos estudos escolares, era querido entre seus superiores e respeitado entre seus subordinados. A dedicação ao serviço militar durou um ano. Em 1884, aos 20 anos, concluiu o serviço militar e retornou aos seus estudos universitários em Berlim e Goettingen, onde prestou seu primeiro exame de Direito.

O serviço militar não deixou de fazer parte da vida do jovem intelectual que retornou para Estrasburgo em 1885 e 1887 para realizar exercícios militares e em 1888 participou de algumas manobras das forças armadas em Posen.

Ao concluir seus estudos, Max Weber foi trabalhar nos tribunais de Berlim, cidade em que morava com seus pais. Em 1890 prestou seu segundo exame de Direito, habilitando-se em Direito Comercial, Alemão e Romano.

Em 1893, Max Weber se casou com Marianne Schnitger, uma sobrinha-neta de seu pai que um ano antes tinha ido a Berlim para estudar. Após seu casamento com Marianne, Weber seguiu com uma carreira exitosa de professor.

Assumiu em 1894 a cadeira de Economia na Universidade de Friburgo. Em 1895, após viagem à Escócia e à costa ocidental da Irlanda, fez sua aula inaugural na universidade e, no ano seguinte, assumiu uma cadeira em Heidelberg tornando-se colega de seus antigos professores universitários (GERTH; MILLS, 1982).

Em 1897, o pai de Max Weber faleceu. Um ano depois, após retornar de uma viagem para a Espanha, Weber adoeceu. Tratava-se de uma doença psiquiátrica, que poderia ser entendida hoje como algo próximo a uma depressão (alguns biógrafos de Weber utilizam a expressão "depressão severa", "depressão nervosa" ou, simplesmente, depressão), que acompanhou Weber até o final da sua vida e que provocou impactos em sua produção intelectual (COHEN, 2003).

Cabe ressaltar que, um pouco antes da morte de seu pai, Weber teve uma séria discussão com ele. Dentre outros motivos, essa discussão e o falecimento do seu pai podem ter contribuído para que ele desenvolvesse uma doença psiquiátrica.

Mesmo doente, ele tentou continuar trabalhando como professor universitário, porém os esforços intelectuais em excesso também lhe faziam mal. Conforme destaca Cohen (2003), o estado de saúde

de Weber acabou interrompendo um período de intensa atividade intelectual do pensador.

Em função da doença, Weber recebeu uma licença remunerada da universidade, foi passar as férias com a família em Veneza e, ao retornar, tentou retomar suas atividades de docente, mas sem sucesso. Novamente recebeu licença da universidade até que, em 1899, se internou em uma clínica para doentes mentais. Max Weber praticamente se afastou em definitivo da docência após essa crise psiquiátrica (COHEN, 2003).

Em 1902, Weber voltou para Heidelberg e retomou suas pesquisas e as suas publicações. No ano seguinte, assumiu, juntamente com Werner Sombart, a direção do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivos de Ciências Sociais e Política Social), com importantes publicações na área das ciências sociais alemã.

Já em 1904, Weber publicou seus ensaios sobre problemas sociais e econômicos da sociedade alemã, sobre a objetividade nas Ciências Sociais e também a primeira parte da obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Ainda no ano de 1904, um colega de Max Weber o convida para participar de um "Congresso de Artes e Ciências" em Saint Louis nos Estados Unidos. Em agosto daquele ano Weber viaja com a esposa para a América.

Podemos observar que foi após o processo de internação, tratamento e recuperação que Max Weber se dedicou à produção das suas principais obras. Como afirma Cohn (2003), a produção que conferiu a Weber maior fama pode ser dividida em três momentos, a saber, de 1903 a 1906, período em que Max Weber publicou a sua obra mais famosa, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e suas principais ideias metodológicas; de 1911 a 1913, quando escreveu o essencial de sua "obra máxima" *Economia e sociedade*; e, por fim, de 1916 a 1919 em que se dedicou a retomar alguns dos temas que já havia estudado, dentre eles, a questão da ética nas religiões mundiais e também se debruçou sobre assuntos envolvendo a realidade política alemã. Não devemos esquecer que esse último momento foi marcado pela participação da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A experiência weberiana na América: a viagem aos Estados Unidos

A experiência de Max Weber na América e, em especial, sua viagem aos Estados Unidos foram significativas para suas reflexões intelectuais.

Ao chegar aos Estados Unidos, Weber teve duas reações distintas. Sentiu-se entusiasmado com a realidade daquele país, sem deixar de lado seu olhar observador e científico. O chamado Novo Mundo lhe causava um desejo imenso de conhecer e viver tudo aquilo que estava diante dos seus olhos sem, contudo, abrir mão da sua capacidade de construir críticas e fazer reflexões sobre aquela realidade, conforme relatam Gerth e Mills (1982).

Weber juntamente com sua esposa e colegas viajou por diferentes lugares dos Estados Unidos e conheceu os contrastes que esse país apresentava. Só para citar um exemplo, o problema envolvendo o desperdício, típico do capitalismo norte-americano, lhe chamou bastante a atenção.



Refleta

Max Weber, ao viajar aos Estados Unidos, teve contato com manifestações protestantes e a vivência na sociedade capitalista americana, elementos que foram importantes para que ele concluísse a obra, já iniciada antes da viagem, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Você já pensou como nossa vida é a todo tempo influenciada pelos acontecimentos ao nosso redor? Desde cedo, já no âmbito familiar, recebemos influências dos pais, amigos e familiares. Ao longo da nossa trajetória, por meio das experiências vividas, vamos também acumulando um capital cultural que acaba sendo refletido na nossa forma de pensar e também agir. Você já deve ter feito, por exemplo, uma viagem para algum lugar diferente daquele em que você vive. Já deve ter observado costumes, tradições, rituais, manifestações culturais, políticas e sociais distintas daquelas com as quais você convive diariamente. Ora, você já parou para refletir em que medida essas experiências influenciaram alguma mudança de seu pensamento?

Ainda segundo Gerth e Mills (1982), durante o período em que esteve nos Estados Unidos, Weber acabou se interessando por diversos assuntos, dentre eles, a imigração, os problemas trabalhistas, questões relacionadas à administração pública e todas as manifestações que diziam respeito ao que ele chamava de “espírito capitalista”. Foi naquele país que Weber pôde observar as maiores manifestações protestantes e, ainda, observar o funcionamento da burocracia em uma democracia.

Convém destacarmos aqui que o conceito de burocracia foi muito discutido pelo autor. Esse conceito permeia sua obra de uma forma geral. Andrade (2004) afirma que, na concepção weberiana, a sociedade moderna estaria enfrentando um processo de racionalização, pois diferentes campos estavam desenvolvendo um caráter mais preciso e científico. Nesse sentido, para Weber, a burocracia, entendida como fenômeno social, seria a representação mais evidente da institucionalização da racionalidade. Ou seja, para o autor, racionalização e burocracia estavam diretamente relacionadas. Estudaremos mais a esse respeito na Unidade 4.

Durante a Primeira Guerra Mundial, já com 50 anos de idade, Max Weber foi encarregado de administrar e organizar nove hospitais na região de Heidelberg. A participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e o cargo que ele acabou assumindo fizeram, assim como sua viagem aos Estados Unidos, com que visse de perto a problemática que envolvia a burocracia, conceito fundamental da sua sociologia.

Após sua estadia nos Estados Unidos, Max Weber volta para a Alemanha e para a Universidade Heidelberg, retomando a escrita de suas obras. No período de 1906 a 1910, na referida universidade, Max Weber participou de calorosas discussões intelectuais com seus colegas acadêmicos, não acadêmicos e também familiares. Especialmente em 1908, ele participou de forma decisiva na organização de uma Sociedade Alemã de Sociologia, influenciando tanto os níveis de discussão como também os temas que seriam trabalhados posteriormente por pesquisadores e sociólogos (ANDRADE, 2004).

A visão de mundo de Max Weber

Entender um pouco sobre a história de vida de Max Weber, desde a sua relação familiar, passando pela experiência universitária e

acadêmica e também uma de suas experiências fora da Alemanha, é fundamental para compreendermos não apenas a visão de mundo do autor como também a abrangência do seu pensamento.

O conceito de visão de mundo apresenta diferentes significados de acordo com a abordagem teórica adotada. Não entraremos e, tampouco, aprofundaremos esse debate. O que nos interessa neste momento é apenas deixar claro para você que a concepção de visão de mundo utilizada por nós está relacionada ao processo de produção de ideias e valores. Assim, consideramos que os conhecimentos e valores que são adquiridos e acumulados ao longo das trajetórias influenciam a maneira que perceberemos o mundo, que nos posicionamos diante das diferentes situações e, até mesmo, agimos.

Ao falar de Weber, estamos falando de um homem que desenvolveu uma maturidade intelectual de forma precoce. A tensão que existia entre seu pai e sua mãe fizeram com que o rapaz assumisse uma posição contrária ao do pai extremamente dominador e patriarcal. Já sua mãe era sua confidente, tanto nas questões pessoais quanto intelectuais.



Exemplificando

Max Weber foi fortemente influenciado pelo contexto familiar, social, político, econômico e cultural no qual esteve inserido.

Podemos exemplificar essa influência analisando uma de suas principais obras: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. A sua experiência de passagem pelos Estados Unidos influenciou diretamente o desenvolvimento dessa obra. Naquele país, Weber teve contato com a sociedade capitalista americana e com as manifestações protestantes que serviram de inspiração para o desenvolvimento de alguns de seus estudos sobre religião.

Um outro exemplo que demonstra como sua vivência influenciou e é influenciada pelo desenvolvimento das suas ideias está relacionada a sua experiência durante a Primeira Guerra Mundial. A administração e organização de hospitais durante o período de guerra permitiu que Weber vivenciasse “por dentro” a burocracia – conceito que o autor já vinha discutindo em suas obras e que possui grande relevância na sociologia weberiana.

A intensa atividade intelectual e a participação ativa na política alemã podem ser entendidas como as duas grandes paixões de Weber. Em relação à política, ele não ocupou oficialmente nenhum cargo. “O mais próximo que chegou disso foi quando participou da comissão encarregada de redigir a Constituição da República de Weimar, em 1919, e quando integrou o corpo de assessores de alto nível da delegação de paz alemã em Versalhes, também em 1919.” (COHN, 2003, p. 9)

Aqui, é importante que fique claro para você que Weber se dedicava muito ao que fazia e se preocupou em definir de forma rigorosa os conceitos que utilizava, evitando a imprecisão das ideias. Isso foi expressado pelo próprio Weber ao afirmar: “Exagerar é a minha profissão”.

Conforme Cohen (2003), essa frase foi dita por Weber em resposta a um amigo que ficou admirado com a forma energética como ele participava dos debates em que se envolvia. Esse exagero de Weber estava situado não só na forma apaixonada em que se envolvia nos debates políticos, mas também na forma intensa de se dedicar à pesquisa, à produção de conhecimento e às reflexões metodológicas. Acrescido a isso, podemos considerar também como exemplo do exagero de Weber suas inquietações em relação a tudo que considerava errado, seja no nível político, seja no campo pessoal.

Diante do exposto, compreende-se que Weber desenvolveu seu pensamento a partir de muitas de suas experiências de vida e que todo o seu trabalho intelectual fez com que ele fosse considerado um dos grandes pensadores do início do Século XX. Dentre as principais obras do autor (publicadas em vida ou postumamente), destacamos: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (escrita e publicada entre os anos de 1904 e 1905); *Ensaio reunidos de sociologia da religião* (conjunto de ensaios escritos após 1915); *Ciência e política: duas vocações* (trata-se de duas conferências realizadas na Universidade de Munique, em 1918) e *Economia e sociedade* (este livro ficou inacabado e foi publicado pela esposa de Weber em 1922).

Em Munique, Max Weber faleceu de pneumonia, em 14 de junho de 1920, aos 56 anos. Parte de suas obras foi organizada e publicada postumamente por sua esposa, Marianne Weber. Esta, além de autora de uma das biografias mais completas sobre Max Weber (como já indicamos), foi também uma pesquisadora que, dentre outros assuntos, se dedicou ao estudo das questões feministas.



Nesta seção, falamos sobre a vida de Max Weber, um dos fundadores da Sociologia. Agora, chegou a hora de você aprofundar seus estudos. Para isso, consulte a obra *Weber, uma biografia*, de Marianne Weber, que apresenta muito mais do que a biografia do autor. Nessa obra, Marianne apresenta uma visão geral da vida social, política, econômica e cultural da Alemanha de Weber. Cabe destacar aqui, retomando um pouco do que vimos no início desta seção, que o trabalho biográfico de Marianne Weber teve como fonte as cartas e escritos do marido e a própria relação conjugal e íntima que teve com ele.

WEBER, Marianne. **Weber**: uma biografia. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2003.

Sem medo de errar

Vamos buscar agora a resposta para a situação-problema elaborada no início da seção? Para isso, devemos considerar os conhecimentos que já foram apresentados, adquiridos e construídos neste texto.

Lembre-se de que Cláudia tinha um desafio pela frente que consistia em escrever a biografia de um dos fundadores da Sociologia, Max Weber. A escritora pouco sabia sobre o autor e por isso teve que realizar diversos estudos e pesquisas para compreender melhor como se deu a construção da visão de mundo do referido pensador.

Ao realizar seus estudos, Cláudia identificou pelo menos três elementos fundamentais que estimularam a intelectualidade de Weber: a família, a vida acadêmica e a sua visita aos Estados Unidos.

Mas em que medida esses três elementos contribuíram para o desenvolvimento do seu pensamento? Vejamos, a seguir, algumas considerações sobre essas contribuições.

Desde a infância, os pais de Max Weber estimularam sua intelectualidade e criaram um ambiente favorável ao amadurecimento intelectual do pensador. Seu pai, que era um advogado e tinha grande envolvimento político como membro do Partido Nacional Liberal, trouxe a política e um círculo de amizades com outros intelectuais e políticos para perto de Weber. Isso acabou criando um espaço para aprendizagens e discussões sobre temas que se tornaram centrais em suas obras. Com sua mãe, Weber também discutia de forma erudita temas diversos do seu contexto. Apesar do envolvimento político e cultural que sua família tinha, ela ainda se organizava de uma forma tradicional. O tradicionalismo e, em especial, a forma como o seu pai se comportava em relação a sua mãe fizeram com que Max Weber se rebelasse contra a tradição familiar sem, no entanto, perder os valores familiares enraizados.

Durante a vida universitária e acadêmica, seja como aluno ou, posteriormente, como docente, Max Weber encontrou na universidade o espaço que precisava para produzir seus ensaios, obras e estudos. O contato direto com outros intelectuais também foi fundamental para estimular sua intelectualidade. A vida acadêmica e a forma como ela se organizava eram vistas por ele como o ambiente possível para exercitar seu pensamento, diferentemente, da vida no serviço militar que não considerava importante o exercício do intelecto e sim o do corpo físico.

As diversas viagens que Weber pôde realizar durante sua vida foram muito importantes para o aprendizado, coleta de informações e desenvolvimento dos conceitos e da teoria weberiana. Como destacamos nesta seção, por exemplo, durante sua visita aos Estados Unidos, Weber teve contato de maneira mais próxima com a sociedade capitalista americana e também com algumas manifestações religiosas protestantes que foram objetos de suas análises.

De forma geral, podemos afirmar que a relação familiar, as experiências escolares, no exército e na vida universitária, as visitas a outros países e continentes, assim como, o contexto histórico de seu país, conforme veremos mais adiante, acabaram influenciando a vida de Max Weber e contribuíram para a formação do seu pensamento.

Faça valer a pena

1. Max Weber é considerado um dos fundadores da Sociologia. No entanto, seus estudos e reflexões não se limitaram a esse campo, desenvolvendo conceitos relacionados às áreas da história, economia, política, filosofia e cultura.

Assinale a alternativa que apresenta dois dos conceitos da sociologia weberiana.

- a) Fato social e anomia.
- b) Racionalização e burocracia.
- c) Luta de classes e proletariado.
- d) Divisão social do trabalho e solidariedade mecânica.
- e) Ação social e fato social.

2. O conjunto da obra de Max Weber é considerado por vários estudiosos do pensamento do autor como amplo e também complexo. Weber teve um período de intensa atividade intelectual, porém uma doença o obrigou a se afastar por um tempo do trabalho intelectual.

Assinale a alternativa que apresenta a doença que provocou o afastamento de Weber da atividade intelectual durante alguns períodos em sua vida.

- a) Meningite.
- b) Alcoolismo.
- c) Doença psiquiátrica.
- d) Tuberculose.
- e) Gripe.

3. Em 1904, Max Weber esteve nos Estados Unidos a convite de um colega para participar de um congresso. Durante o período em que esteve naquele país, teve a oportunidade de conhecer uma realidade social diferente da que estava acostumado na Alemanha. A visita de Weber aos Estados Unidos o aproximou de manifestações da cultura daquele país, o que o ajudou a refletir e escrever a segunda parte de uma de suas principais obras.

Assinale a alternativa que apresenta a obra que foi concluída pelo autor logo após o período em que esteve nos Estados Unidos.

- a) *Economia e sociedade.*
- b) *A ética protestante e o espírito do capitalismo.*
- c) *Ensaaios de sociologia.*
- d) *A ciência como vocação.*
- e) *A política como vocação.*

Seção 1.2

A Alemanha de Max Weber

Diálogo aberto

Após identificar o papel da família de Weber na construção do seu ideário, Cláudia identificou também que o contexto histórico, social, político, econômico e cultural do país desse sociólogo, a Alemanha, foi fundamental para o desenvolvimento do seu pensamento.

Quais elementos da história da Alemanha nossa escritora teve que buscar para compreender a visão de mundo de Weber? De que maneira Cláudia apresentaria, na biografia que está escrevendo, os marcos históricos que foram decisivos para o desenvolvimento da sociologia weberiana?

Não pode faltar

Com o objetivo de compreender o contexto histórico alemão em que se deu o desenvolvimento do pensamento de Weber e, conseqüentemente, da sociologia, faremos aqui um recorte e estudaremos algumas das principais características da história da Alemanha no século XIX e XX. Cabe ressaltar que, conforme aponta Hobsbawm (1995), não podemos passar especialmente pelo século XX sem falar das grandes guerras mundiais, em particular, da Primeira Guerra Mundial.

Inicialmente, convém abordarmos o cenário em que se encontrava a Alemanha no século XIX para compreendermos como se deu sua participação durante o primeiro grande conflito mundial e o período pós-guerra.

A Alemanha no século XIX e os primeiros esforços da unificação alemã

No início do século XIX, um conjunto de Estados independentes compunha a chamada Confederação Germânica. Tal Confederação foi

criada em 1815 e pode ser considerada como uma das deliberações do Congresso de Viena – este, por sua vez, foi organizado para tratar de acordos de paz e redefinições de territórios e monarquias na Europa, após a derrota de Napoleão Bonaparte, ou melhor, o fim do Império Napoleônico.

Podemos considerar que a constituição da Confederação Germânica inaugura os primeiros esforços para a unificação alemã. De acordo com Fulbrook (2012), a Confederação Germânica reunia mais de 30 Estados independentes que estavam comprometidos em defender a soberania das monarquias que participavam da Confederação.

Dos Estados que compunham a Confederação, os mais influentes e fortes eram a Prússia e a Áustria. A Prússia estava sob domínio da dinastia Hohenzollern enquanto a Áustria era dominada pela dinastia dos Habsburgos. Apesar de os dois Estados serem fortes, apresentavam formas diferentes de organizar suas economias.

A Prússia, por exemplo, era mais industrializada e desenvolvia sua economia por meio do investimento que fazia nos outros Estados confederados. Já a Áustria se dedicava à agricultura. Do ponto de vista político, a maior influência dentro da Confederação Germânica estava nas mãos dos austríacos. A Prússia, por sua vez, desejava acabar com o poder austríaco por meio da unificação de todo o território alemão.

Em busca da unificação alemã, a Prússia fez um acordo de cooperação econômica entre os Estados germânicos. Esse acordo, estabelecido na década de 1830, ficou conhecido como Zollverein e excluía totalmente a Áustria. Tratava-se de uma política de livre circulação de mercadorias entre os Estados confederados, ou seja, aboliu-se as taxas alfandegárias das monarquias que participavam do acordo. Evidentemente, a economia austríaca ficou prejudicada nesse cenário.



Atenção

Cabe ressaltar que, até a primeira metade do século XIX, não existia um país chamado Alemanha. Na realidade, o que a gente conhece como Alemanha hoje era um conjunto de Estados e foi um território muito dividido espacialmente e politicamente, disputado por tribos, impérios, grandes líderes e nações ao longo da história. A Alemanha enquanto um Estado Nacional só se consolidaria após o seu processo de unificação política, em 1871 – o qual estudaremos nesta seção.

A unificação alemã

Em 1861, Guilherme I, o então rei da Prússia, nomeou Otto von Bismarck para ser chanceler (primeiro ministro). Estava sendo dado, então, mais um passo importante que culminaria com a unificação dos Estados alemães.

Otto von Bismarck era favorável ao processo de unificação da Alemanha e organizou diversas ações políticas e militares para atingir esse objetivo.

Dentre os conflitos militares, podemos destacar a Guerra dos Ducados, que ocorreu em 1864 e envolvia a Dinamarca, que até então exercia um domínio político sobre os ducados de Schleswig e Holstein. Para sair vitorioso nessa batalha, Otto von Bismarck buscou apoio militar da Áustria e, em troca, cederia territórios. Nesta guerra, os austro-prussianos saíram vitoriosos. E, de acordo com o Tratado de Viena, foi estabelecido que Holstein ficaria para a Áustria e Schleswig sob o domínio da Prússia. Porém, o governo da Prússia, acusando os austríacos de má administração, ocupou o antigo ducado de Holstein (PAZZINATO; SENISE, 2002). Esse fato serviu de justificativa para um novo conflito, a saber, a Guerra Austro-Prussiana ou Guerra das Sete Semanas.

Agora, o confronto direto seria entre a Prússia e a Áustria. Em 1866, o forte e moderno exército prussiano invadiu os territórios da Áustria.

Cabe lembrar que os austríacos tinham pouco apoio internacional. A intervenção da Itália ao lado da Prússia também contribuiu para a derrota austríaca. A Itália recuperou a cidade de Veneza que estava sob domínio austríaco. Vitoriosos na Guerra Austro-Prussiana, os prussianos acabaram passando a exercer um papel central na Confederação Germânica no Norte, criada após a extinção da Confederação Germânica, e formada por 22 Estados da região norte.

Os territórios do sul estavam sob domínio francês e conquistá-los seria o próximo passo para o processo de unificação alemã. Porém, não existia uma justificativa aceitável para a invasão e o confronto direto com a França, o que dificultou inicialmente a conquista da região.

Segundo Fulbrook (2012), o contexto que justificaria o conflito com a França para a conquista dos territórios da região sul da Confederação Germânica envolvia o trono espanhol. Em 1870, esse trono estava vago

graças a uma revolução ocorrida na Espanha. Para ocupar o cargo, o governo da Espanha convidou o príncipe Leopoldo Hohenzollern, que era um parente do rei da Prússia. Napoleão III, rei francês, com medo da possibilidade de expansão do domínio da Prússia, exigiu que a candidatura de Leopoldo fosse descartada. Como resposta ao rei francês, Otto von Bismarck enviou um telegrama ofensivo e adulterado a Napoleão. Estava armado o cenário que levaria ao confronto entre a França e a Prússia (ou seja, a Guerra Franco-Prussiana), pois tanto a população alemã quanto a francesa exigiam uma resposta militar ao episódio do telegrama e da candidatura de Leopoldo ao trono espanhol.

A força bélica da Prússia era maior e acabou aniquilando as tropas francesas e Bismarck, finalmente, conquistou o domínio das regiões da Alsácia e Lorena. Com a vitória na Guerra Franco-Prussiana, Guilherme I e Otto von Bismarck conseguem, enfim, consolidar a unificação da Alemanha, em 1871.

Com a morte de Guilherme I, em 1888, e a grave doença de seu filho e seu breve governo, Guilherme II (neto de Guilherme I) se tornou o *kaiser* e o grande líder do Segundo Reich Alemão. Neste período, Bismarck, cujo poder começou, então, a entrar em declínio em função de divergências com o imperador, é demitido do cargo de chanceler, em 1890 (RODRIGUES, 1994).

É importante destacar aqui que Bismarck era muito habilidoso politicamente, razão pela qual conseguiu estabelecer importantes alianças para manter a Alemanha em uma situação favorável no cenário político da época.

Conforme apontam Lima e Silva (2012), Max Weber reconhecia que Otto von Bismarck era um grande político. Porém, na visão de Weber ele agia de forma centralizadora e acabava impedindo que lideranças políticas por vocação surgissem na Alemanha. A atuação de Bismarck abriu, inclusive, precedentes para o surgimento da burocracia como forma de comando político. A burocracia foi uma preocupação constante na vida de Weber.



Exemplificando

A posição de Weber sobre Otto von Bismarck e o parlamento alemão daquele período é bem exemplificada nos seguintes

trechos que selecionamos de um dos seus textos, a saber, *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída*:

Qual foi então o legado de Bismarck no que aqui nos interessa? Ele deixou atrás de si uma nação, sem qualquer sofisticação política, bem abaixo do nível que, a este respeito, tinha alcançado vinte anos antes (isto é, em 1870). Principalmente, Bismarck deixou atrás de si uma nação sem qualquer vontade política própria, acostumada que estava à ideia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias. [...] [a] impotência do parlamento significa também que o nível intelectual de seus componentes tinha-se reduzido grandemente. [...]. O nível do parlamento depende da condição de que este não simplesmente debata grandes questões, mas de que as influencie decisivamente; em outras palavras, sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no parlamento tem realmente importância ou o parlamento não passa do carimbo involuntariamente tolerado de uma burocracia dominante (WEBER, 1985, p. 20-21).

Com a unificação concluída, os caminhos para que a Alemanha se tornasse um novo Estado com economia e parque industrial forte estavam abertos. Diante desse cenário, a Alemanha teve uma grande ascensão econômica e tornou-se uma das maiores potências da Europa. Não demorou muito para que ela começasse a se envolver em disputas imperialistas, buscando a exploração de territórios da Ásia e da África, que culminariam com a sua participação na Primeira Guerra Mundial.

A unificação da Alemanha (e também da Itália) foi fundamental para a configuração do novo cenário europeu.



Assimile

Diversos eventos ocorridos durante o século XIX foram importantes para a emergência do nacionalismo alemão e acabaram por

influenciar, inclusive, o comportamento dos Estados germânicos. Nesse período, a Alemanha tentou se afirmar dentro de um cenário mais amplo, o europeu. Ao se configurar como uma Nação, a Alemanha acabou desenvolvendo hegemonia política e também territorial.

Nesse período, existia um sentimento comum entre as nações europeias que consistia em alcançar a hegemonia na Europa e, acima de tudo, se defender umas das outras. Nesse sentido, os próprios Estados Nacionais acabavam exigindo e fortalecendo entre seu povo o sentimento de identidade, mas também o de hostilidade com as outras nações. O que se via era a afirmação de distinção e diferenças entre os Estados e o fortalecimento de sentimentos cada vez mais nacionalistas.

A participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial

A Europa inicia o século XX com inúmeros problemas e feridas deixadas pelo século anterior e se torna palco da Primeira Grande Guerra Mundial que durou de 1914 a 1918.

O cenário do chamado Imperialismo (ou Neocolonialismo) gerou diversos problemas que culminariam na Primeira Guerra Mundial. A partilha da África e da Ásia, por exemplo, ocorrida no final do século XIX, não agradou, evidentemente, a todos os países. Enquanto a Inglaterra e a França exploravam várias colônias, a Alemanha e a Itália tinham ficado de fora do processo de neocolonização desses dois continentes.

Havia ainda uma disputada acirrada entre os países europeus por mercados consumidores. Neste contexto, é importante destacar o grande desenvolvimento industrial da Alemanha e o fato de que os seus produtos vinham conquistando qualidade superior ao dos disponíveis no mercado europeu, já que a Alemanha investiu em pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico (RODRIGUES, 1994).



Refleta

O fim do século XIX foi marcado pela colonização e divisão da África e da Ásia no contexto de expansão do Imperialismo

de grandes potências nacionalistas europeias. Essas potências desejavam expandir seu domínio, pois existia uma busca desenfreada por novos mercados consumidores e novas fontes de matérias-primas. No entanto, a partilha do continente africano e asiático foi justificada, em muitos momentos, por uma suposta "inferioridade" desses povos e a necessidade de uma "missão civilizatória".

Você já pensou sobre isso? Qual a sua posição sobre esse assunto?

Nesta seção estamos estudando a situação dos países colonizadores, mas quais foram as consequências do imperialismo para os países colonizados? Reflita sobre isso!

A região da Alsácia-Lorena, tomada da França pela Prússia, era rica em minério de ferro, elemento primordial para o desenvolvimento da industrialização e, em especial, da indústria bélica. Ou seja, havia por parte da França um desejo por revanche e retomada do território até então perdido. A fronteira entre os dois países se tornou tensa e se agravou no momento em que Otto von Bismarck estabeleceu uma aliança com a Áustria-Hungria e com a Itália, formando a chamada Tríplice Aliança. O acordo feito entre essas nações ia desde pactos financeiros e comerciais como também bélicos e militares.

A França, por sua vez, também passou a estabelecer acordos da mesma natureza, principalmente, com o Império Russo e a Inglaterra. A Inglaterra era um dos grandes impérios desse período e temia o avanço alemão. A união entre a França, Rússia e Inglaterra deu origem à chamada Tríplice Entente.

A tensão entre as duas alianças passou a se tornar cada vez mais intensa, principalmente na região da península balcânica, que era disputada pelo Império Russo e Austro-Húngaro. Tratava-se de uma disputa de caráter nacionalista entre o pangermanismo, representado pelo Império Austro-Húngaro, e o pan-eslavismo representado pelo Império Russo.

Como agravante da tensão, em 1908, a Áustria-Hungria anexou a região da Bósnia-Herzegovina, acabando por atrapalhar os planos de

expansão do pan-eslavismo. Além disso, a Alemanha desejava construir uma ferrovia ligando Berlim a Bagdá, no Oriente Médio, que passaria pela península balcânica.

O conflito foi desencadeado de vez na região quando o arquiduque Francisco Ferdinando, que era herdeiro do trono austro-húngaro, foi assassinado por um manifestante de viés nacionalista eslavo. O assassinato ocorreu em janeiro de 1914 na capital da Bósnia, em Sarajevo, e deu início à guerra. Este episódio foi considerado o “estopim” para o início da Grande Guerra.

Em julho de 1914, a Sérvia sofreu com a invasão austro-húngara. Logo em seguida a Alemanha invadiu a Bélgica, Luxemburgo e França, e depois, a Rússia atacou a Alemanha. A partir disso, frentes de batalhas se estabeleceram e diversos conflitos ocorreram na Europa. Novos países como a Itália, Bulgária e Romênia passaram a fazer parte do conflito. Em 1917, a Rússia deixou o confronto após a Revolução de Outubro de 1917 que aconteceu em seu país. A entrada dos Estados Unidos na guerra fez com que os aliados ganhassem mais força nas trincheiras (FULBROOK, 2012).



Pesquise mais

Para saber mais sobre a análise do próprio Weber para esse período e a reconstrução da Alemanha, consulte a obra *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*, escrito por volta de 1917.

Nesse texto, Weber analisa o legado deixado por Otto von Bismarck e as tendências que marcaram a nação alemã durante esse período, dentre elas o avanço da burocracia.

O cessar-fogo ocorreu em 11 de novembro de 1918, evento que ficou conhecido como Dia do Armistício. A guerra acabou tendo os aliados como vitoriosos. O final da guerra também pôs fim em quatro grandes impérios, o Alemão, o Otomano, o Russo e o Austro-Húngaro. Os Estados pertencentes aos Impérios Alemão e Russo perderam grande parte dos seus territórios. Já os Impérios Otomano e Austro-Húngaro desapareceram.

A Alemanha saiu derrotada da Grande Guerra Mundial e teve que enfrentar “duras determinações do Tratado de Versalhes, que reduziu seu território, impôs seu desarmamento e a obrigou a pagar pesadas indenizações aos vencedores.” (PAZZINATO; SENISE, 2002, p. 270)

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, é estabelecida a República de Weimar, com a adoção de uma constituição liberal. Max Weber participou da elaboração da constituição dessa república.

Neste período – final do II Império e os primeiros passos da República de Weimar – Weber elaborou mais alguns escritos políticos para refletir sobre aquela conjuntura, a saber, *A forma futura do Estado Alemão* e *O Presidente do Reich*. Há um grande debate entre os estudiosos de Weber a respeito da existência de uma possível transição em sua análise que vai da preferência por um modelo parlamentar de democracia para a sua variante plebiscitária (SELL, 2010).

Diante do apresentado aqui, podemos dizer, portanto, que a Alemanha de Weber permaneceu por muito tempo monárquica e agrária e que aquele país alcançou um desenvolvimento industrial tardio, quando comparado à França e à Inglaterra. Além dessa característica da sociedade alemã, outras transformações socioeconômicas e políticas, mais especificamente o processo de unificação alemã, a participação da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e a constituição da república alemã pós-guerra, influenciaram as preocupações intelectuais e políticas de Max Weber.

Sem medo de errar

Na seção anterior você pôde identificar, com base no desafio de Cláudia, qual o papel que a família teve na formação da visão de mundo de Weber. A questão de Cláudia agora é identificar em que medida o contexto histórico, social, político, econômico e cultural da Alemanha e da Europa influenciou o desenvolvimento do pensamento de Max Weber. Quais elementos da história da Alemanha nossa escritora teve que buscar para compreender isso?

Cláudia optou por realizar um recorte dentro da extensa e complexa história da Alemanha. Assim, foram recuperados alguns

fatos da segunda metade do século XIX, o processo de unificação da Alemanha e a participação da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Como vimos, nesse período se deu o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e na Europa, o qual se tornou um dos objetos de estudos do pensador.

Na realidade, como você já deve ter estudado em outro momento, a sociologia surge como tentativa de explicação das diversas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que se puseram em curso a partir das chamadas revoluções industriais e do nascimento do capitalismo. Nesse contexto, Max Weber, assim como outros intelectuais desse período, começaram a enxergar a necessidade de organizar uma ciência social que tivesse como objeto de estudo a compreensão do indivíduo na sociedade.

Faça valer a pena

1. O ano de 1815 foi marcado historicamente pela queda de Napoleão Bonaparte após o episódio que ficou conhecido como Batalha de Waterloo. Após a derrota da França napoleônica, as monarquias europeias acabaram passando por uma reorganização.

Dentre as alternativas seguintes, qual apresenta um fato decorrente dessa reorganização do cenário europeu após a queda napoleônica e que foi, em especial, resultado das decisões tiradas no Congresso de Viena?

- a) Enfraquecimento do Império Russo.
- b) Unificação alemã.
- c) Formação da Confederação Germânica.
- d) Unificação italiana.
- e) Criação do Império Francês.

2. Tanto a unificação alemã quanto a unificação italiana, realizadas ao final do século XIX, se deram em um contexto de grandes disputas e tensões entre as potências europeias.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as consequências da unificação alemã.

- a) Enfraquecimento político da Alemanha na Europa e grande onda migratória durante o final do século XIX dos habitantes do sul do país.
- b) Desenvolvimento industrial alemão e desejo de revanche da França.
- c) Estabelecimento de um equilíbrio político na Europa e aliança entre Alemanha e França.
- d) Retração do capitalismo na Europa em função do desejo de revanche francês.
- e) Conquista da Áustria pela França e fortalecimento do Reich alemão.

3. A Primeira Guerra Mundial apresentou diversas causas, em especial, a disputa por territórios, mercados consumidores e o desenvolvimento do nacionalismo. Resultou também na intensificação da tensão entre as nações que compunham a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. Porém, um episódio, em especial, acabou servindo de estopim da guerra.

Qual foi esse episódio estopim para a eclosão da Primeira Guerra Mundial?

- a) Queda de Napoleão Bonaparte.
- b) Invasão da Polônia pela Alemanha.
- c) Formação da Tríplice Aliança entre Alemanha, França e Itália.
- d) Assassinato do príncipe Francisco Ferdinando do Império Austro-Húngaro.
- e) Conflitos no território americano entre a Alemanha e França.

Seção 1.3

O pensamento filosófico e científico alemão

Diálogo aberto

Ao estudar a história de Max Weber, Cláudia identificou que ele, ao lado de outros pensadores, compõe um quadro mais geral do pensamento científico e filosófico alemão. Estas são as novas questões que desafiarão Cláudia na produção da biografia sobre esse autor: Quais foram as contribuições dos pensadores alemães para a obra de Weber? Quais foram esses pensadores? Como seus pensamentos foram apropriados na sociologia weberiana?

Não pode faltar

Nesta seção, vamos discutir a respeito do pensamento filosófico e científico alemão. Em especial, vamos estudar sobre Hegel e o chamado idealismo alemão e as diferenças do idealismo em relação ao positivismo. Vamos analisar as contribuições de Karl Marx e do materialismo histórico e, por fim, mas não menos importante, estudaremos algumas ideias de Friedrich Nietzsche, principalmente no que se refere à afirmação da vida.

Convém deixarmos claro que não é nosso intuito aprofundar o pensamento desses intelectuais e, tampouco, suas respectivas correntes filosóficas e/ou científicas. Nosso interesse é que você, aluno, chegue ao final desta seção compreendendo a complexidade e amplitude do pensamento filosófico e científico alemão mais ou menos contemporâneo a Max Weber, pensamento para cuja construção e consolidação o próprio sociólogo contribuiu.

Hegel e o idealismo alemão

Conforme Lima e Silva (2012), o idealismo alemão pode ser compreendido como uma oposição a uma outra corrente filosófica conhecida como realismo. É importante que fique claro que o idealismo

não apresenta um consenso de perspectivas entre os filósofos, ou seja, existem diferentes correntes de pensamento que podem ser denominadas de idealistas.

Vamos entender melhor em que medida se dá a oposição entre realismo e idealismo?

Para o realismo, os objetos da realidade que são externos ao homem existem por si só, razão pela qual possuem uma razão objetiva. Já o idealismo atribui à razão a existência de uma realidade exterior ao ser humano. Isso significa que as coisas não existem por si só, mas, sim, estão em constante dependência do entendimento que fazemos delas. Dito de outra forma, para o idealismo, as coisas, os objetos da realidade só passam a existir quando nós, seres humanos, passamos a conhecer essas coisas e objetos por meio do pensamento ou da razão.



Atenção

É importante compreender o sentido do conceito filosófico do idealismo, o qual não tem relação com o que assimilamos no senso comum a partir dessa palavra. Uma advertência desse tipo é feita por Maria Aranha (2006, p. 212):

Em filosofia, o conceito de idealismo não se confunde com o sentido comum do termo, que identifica a atitude de pessoas com um grande ideal moral ou intelectual. Do ponto da teoria do conhecimento, idealismo é o nome genérico de diversos sistemas filosóficos segundo os quais o ser ou a realidade são determinados pela consciência: são as ideias que produzem a realidade, porque “ser” significa “ser dado na consciência.



De acordo com alguns estudiosos, dentre eles Cotrim (2010, p. 171), Platão pode ser considerado o principal idealista da Antiguidade ao desenvolver sua teoria das ideias. Podemos destacar, ainda, o filósofo francês Descartes, o qual expressa o seu idealismo por meio da conhecida reflexão: “Penso, logo existo”. Já em relação ao idealismo alemão, precisamente, foi Kant o responsável por suas bases.



Immanuel Kant é considerado um dos maiores filósofos do período moderno da filosofia.

Figura 1.2 | Immanuel Kant



Fonte: <<https://goo.gl/a5ID7e>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Kant foi um grande estudioso do conhecimento, tendo se preocupado em identificar e analisar os seus limites, aplicações e também possibilidades. Em 1781, publicou sua obra principal, a *Crítica da razão pura*. Além de estudar sobre o conhecimento, Kant também se dedicou ao estudo da moral e da religião. Sua discussão sobre a ação moral está presente na obra *Crítica da razão prática*, que foi publicada em 1788. Questões envolvendo a estética também estiveram presentes em obras e no pensamento de Kant. Em a de 1790, Kant funda a estética filosófica moderna.

Cabe ressaltar que o pensamento de Weber foi influenciado pelo de Kant, em especial, pela escola neokantiana. Isso será mais bem abordado na Unidade 2.

Juntamente com Immanuel Kant (1724-1804), Johann Gottlieb Fichte (1726-1814) e Friedrich Schelling (1775-1854) também são pioneiros do idealismo alemão.

Hegel, por sua vez, pode ser considerado o principal expoente do idealismo alemão, tendo herdado de outros intelectuais parte de suas ideias.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel ou, simplesmente, Hegel nasceu em Berlim em 1770, sendo considerado um dos grandes filósofos alemães de toda a história. Hegel se interessava por diversos assuntos, mas as questões religiosas e políticas parecem ter ganhado maior destaque dentro do seu pensamento (LIMA; SILVA, 2012).

Figura 1.3 | Georg Wilhelm Friedrich Hegel



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hegel_portrait_by_Schlesinger_1831.jpg>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Hegel herda de Kant a noção de que o sujeito ou consciência interfere de forma direta e ativa na construção da realidade. Com base nessa perspectiva kantiana, estabelece, conforme apontam Aranha e Martins (2009), o que ficou conhecido como filosofia do devir, do ser como processo e como movimento. Nesse sentido, entende-se que o ser encontra-se em transformação, o que faz com que surja a necessidade de elaboração de uma nova lógica que não seja estática e que parta da ideia de contradição para dar conta da explicação da realidade.

Na dialética idealista existem três momentos: a tese, a antítese e a síntese. Na realidade, trata-se de uma lei de desenvolvimento baseada na ideia de contradição que serve como base para o nosso espírito.

Vamos entender melhor como funciona essa ideia de contradição na visão de Hegel?

Para Hegel, será por meio da contradição que o processo de evolução do real vai ser impulsionado. Isso significa afirmar que uma realidade só avança ou se desenvolve porque carrega em si a contradição. Em outras palavras, uma afirmação ou ideia pura (tese) é um momento provisório que deve necessariamente ser negado (antítese) para que, enfim, possa ser ultrapassado, ou melhor, possa ter a negação da negação (síntese) (ARANHA; MARTINS, 2009).

Um debate entre o idealismo alemão e o positivismo

O idealismo apresenta divergências com outras correntes filosóficas, entre elas o positivismo.

Você já deve ter estudado que positivismo é uma corrente filosófica surgida no início do século XIX na França. O principal pensador dessa linha é Auguste Comte. Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da Sociologia, também é um representante dessa corrente filosófica.

De acordo com Costa (2010), o positivismo foi a corrente filosófica que primeiro se dedicou a definir o objeto de estudo da Sociologia ou da Ciência da Sociedade, distinguindo-a de outras áreas do conhecimento como as da Ciência da Natureza.



O nome “positivismo” tem sua origem no adjetivo “positivo”, que significa certo, seguro, definitivo. Como escola filosófica, derivou do “cientificismo”, isto é, da crença no poder dominante e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis, que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo. (COSTA, 2010, p. 31)

Para o positivismo, conforme aponta Costa (2010), existia uma diferença entre os princípios que regulam o mundo físico e o mundo social. O mundo físico se refere aos acontecimentos que são exteriores aos indivíduos enquanto o mundo social diz respeito às questões

humanas. Cabe ressaltar que, apesar de apresentarem essa diferença de princípios, uma questão aproximava o mundo físico do mundo social. Essa aproximação diz respeito ao fato de que ambos os mundos têm origem natural.

Outro ponto que merece destaque está relacionado ao fato de que os primeiros cientistas e investigadores sociais acabaram por utilizar os métodos das ditas Ciências da Natureza, pois esta área do conhecimento já estava mais consolidada naquela época quando comparada com as Ciências Sociais. É por isso que, antes do surgimento do termo Sociologia, o estudo da sociedade recebeu o nome também de “física social”.

Esses primeiros estudos positivistas tentaram identificar na vida em sociedade os mesmos princípios que existiam na vida na natureza. A sociedade, por sua vez, era compreendida como um organismo formado por partes integradas e coesas que acabam funcionando de forma harmoniosa de acordo com uma lógica mecânica ou física. É nesse sentido que o positivismo também passa a ser conhecido como “organicismo” ou “darwinismo social”. Isso significa que existia uma crença científica que preconizava que as sociedades iriam evoluir ou passar por estágios de desenvolvimento que seguiriam um padrão histórico permanente.

No entanto, você deve estar se perguntando: em que medida há distinção entre o idealismo e o positivismo? Para que possamos compreender melhor a diferença entre essas duas correntes filosóficas, devemos, primeiramente, compreender a diferença histórica que existe nos contextos nos quais elas se desenvolveram.

O idealismo não ficou restrito à Alemanha, mas teve sua origem e, principalmente, sua consolidação a partir da contribuição de pensadores alemães. O positivismo, por sua vez, nasceu na França. Apesar das duas correntes filosóficas terem surgido na Europa, elas nasceram e se consolidaram em contextos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais diferentes. Durante os séculos XVII e XVIII, a Europa passou por diversas transformações significativas que acabaram sendo refletidas nas preocupações dos intelectuais desse período. Porém, enquanto a França vivenciava a era das revoluções burguesas, a Alemanha permanecia monárquica e essencialmente agrária.

De acordo com Costa (2010), a forma como a história é

compreendida nesses dois pensamentos filosófico e científico é que demarca a grande diferença entre as duas correntes. Na Inglaterra e na França, por exemplo, as teorias sociais, políticas e econômicas da época pretendiam encontrar uma certa universalidade nessas realidades sociais por meio de correntes positivistas que estavam relacionadas ao desenvolvimento técnico e científico que foi proporcionado pelo advento do capitalismo. A Alemanha, por sua vez, buscava compreender a particularidade de cada sociedade e realidade social. Ou seja, o pensamento alemão nesse período pode ser entendido por meio da relação entre história e interpretação. Dito de outra forma, no pensamento alemão, a sociedade era entendida e analisada a partir de uma perspectiva histórica. É nesse sentido que se constituiu a diferença primordial entre o positivismo e o idealismo.

Para o positivismo, existe uma lei geral ou história universal. A partir desse pressuposto, a particularidade de cada sociedade ou realidade social não era focada na análise. Na perspectiva positivista, há a convicção de que a história é, na realidade, um processo universal que está relacionado à evolução, considerada única e linear. A diferença entre as sociedades seria apenas referente ao estágio de evolução ou etapa do desenvolvimento, que se identificaria a partir do método comparativo.

Já no idealismo, existe uma valorização da análise histórica pautada em coleta de dados e interpretação de fontes. Diferentemente do positivismo, no idealismo a diferença entre as sociedades está relacionada à origem de cada formação social, portanto, relacionada a sua gênese histórica. Dessa forma, há no idealismo um respeito pela particularidade de cada sociedade. Isso significa que não existe nessa corrente filosófica e científica a ideia de etapas de desenvolvimento ou estágios de evolução, mas, sim, diferenças históricas e diferenças culturais.

Max Weber acaba se aproximando do idealismo alemão e elaborando grandes críticas ao positivismo. Ele defendia, assim como os idealistas, que as Ciências Sociais têm um método científico diferente do das Ciências da Natureza. E mais, diferentemente do positivismo, Weber entendia que era impossível termos um conhecimento total da realidade, pois ela é infinita. Ou seja, não acreditava na ideia de valor universal.



Fazer uma comparação entre as duas correntes filosóficas como realizamos aqui é importante? Por quê? Você já pensou sobre isso?

Conforme apontam Schneider e Schmitt (1998), a ideia de comparação sempre esteve presente no processo de construção das Ciências Sociais de forma intrínseca, já que pode ser entendida como uma atividade relacionada ao processo de aquisição do conhecimento.

Nesse sentido, o chamado "raciocínio comparativo" foi utilizado com o intuito de identificar de uma forma geral as determinações que governam os fenômenos sociais. Mais que isso, a lógica comparativa auxiliou na descoberta das regularidades, na identificação de transformações, deslocamentos, semelhanças e diferenças que regem os fenômenos sociais. Isso porque o método experimental, típico das Ciências da Natureza, passou a ser questionado como possibilidade de interpretação dos fenômenos sociais. Assim, a comparação tornou-se um elemento fundamental, considerando a objetividade das Ciências Sociais.

Cabe ressaltar que o método comparativo apresenta alusões que estão situadas no campo da epistemologia ou da ciência do conhecimento.

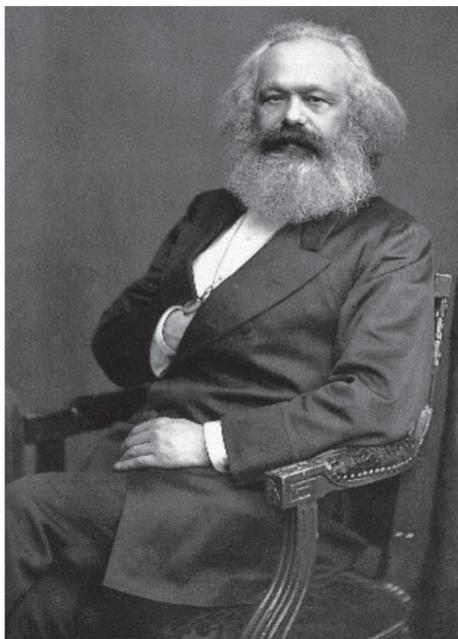
Marx e o materialismo histórico

O materialismo histórico é outra corrente filosófica e científica muito desenvolvida por pensadores alemães. Karl Marx é considerado o maior expoente dessa corrente filosófica. No entanto, cabe ressaltar que essa abordagem metodológica foi desenvolvida por Marx ao lado de Friedrich Engels.

Durante o período que esteve na universidade, Marx acabou se aproximando do pensamento de Hegel. Essa aproximação pode ser observada nos primeiros escritos de Marx.

O desenvolvimento do seu método, naquela ocasião, uma novidade para as Ciências Sociais, possuiu grande contribuição da aproximação existente entre Marx e o movimento operário.

Figura 1.4 | Karl Marx



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Marx_001.jpg>. Acesso em: 19 dez. 2016.

De acordo com Cabrera (2004), o método criado por Marx tinha por objetivo explicar de forma científica o funcionamento da história, rompendo inclusive com os pressupostos do idealismo, que compreendia a realidade como expressão própria da vontade das ideias.



Exemplificando

Para Marx, os problemas não estavam localizados no campo das ideias e sim no mundo material. Então, antes de entender a realidade e transformá-la, era necessário compreender a forma como os homens se relacionavam dentro desse mundo material. Ou seja, compreender a maneira como retiravam e transformavam os bens vindos da natureza e necessários para a sua sobrevivência, assim como a forma pela qual se relacionavam para organizar o trabalho.

Para Marx, não se tratava apenas de compreender como o mundo material prevalecia sobre o mundo das ideias. Era necessário, contudo, compreender como o mundo material e as ideias a ele vinculadas conseguiriam provocar transformações sociais. Isso significa afirmar que, conforme Cabrera (2004) aponta, na perspectiva materialista de Marx, o material ou a matéria só existe em movimento. Nesse sentido, Marx acaba recorrendo à dialética de Hegel para explicar a forma como as transformações são operacionalizadas.

Na visão de Marx, existe na sociedade uma série de conflitos e, acima de tudo, contradições que garantem o movimento e as transformações. Para entendermos então a transformação de cada época histórica é necessário compreender, primeiramente, os conflitos e contradições intrínsecos a cada sociedade, os quais, na análise da sociedade capitalista, estão ligados às classes sociais.

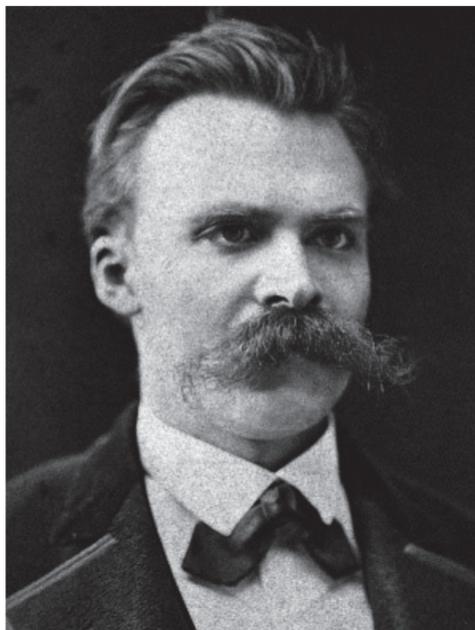
Cabe ressaltar, no entanto, que Marx “inverte” a dialética hegeliana. Hegel dava prioridade para as ideias enquanto Marx priorizava a materialidade. Na obra *O Capital*, Marx afirma: “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.” (MARX, 1998, p. 29)

Para Marx, a filosofia deve partir da realidade concreta, em especial, das relações de produção entre os homens. Ou seja, na visão de Marx o homem constrói sua própria consciência a partir das relações que estabelece com os outros homens e com a natureza. Nesse sentido, compreende a história como um processo caracterizado pelas relações materiais entre os homens. Portanto, cada período da história seria caracterizado por um modo de produção que determina a divisão do trabalho e, conseqüentemente, as contradições entre as classes e suas relações de exploração e dominação (CABRERA, 2004).

Friedrich Nietzsche e a afirmação da vida

Friedrich W. Nietzsche foi um importante filósofo alemão do século XIX. Dentre os temas mais recorrentes em seus escritos, podemos destacar cultura, religião, moral, filosofia, ciência, entre outros. Nietzsche foi um filósofo provocador e sua obra é considerada por vários autores e estudiosos como extremamente complexa. É inclusive em virtude dessa complexidade que muitas leituras das suas obras são feitas de forma equivocada.

Figura 1.5 | Friedrich W. Nietzsche



Fonte: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nietzsche187a.jpg>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Um dos pontos mais fundamentais do seu pensamento se refere à ideia de “afirmação da vida”. Para Nietzsche, o homem dentro de uma perspectiva criadora transforma-se em autor e obra da sua própria vida. A vida é entendida como o próprio processo criador, cabendo ao homem tornar-se dono de si mesmo.

De acordo com Santos (2014), a transformação do homem, na concepção de Nietzsche, pode ser lenta, gradual e até mesmo paciente. O importante seria a construção do homem por ele mesmo, como se ele fosse “sua própria escultura”. Para tanto, seria necessário ao homem desapegar de tudo aquilo que já havia sido predeterminado ou que já estivesse estabelecido socialmente. Na concepção de Nietzsche, seria compreender, acima de tudo, que a vida deveria ser interpretada como se ela fosse uma obra de arte.

Para ele, na vida, assim como acontece com uma obra de arte ou produção artística, existem dores e prazeres. Ou seja, o processo

de construção da vida pode ser doloroso como é o processo de concepção de uma obra de arte, mas, ao final do processo de criação, existe algo prazeroso ou compensatório (SANTOS, 2014). O homem considerado criador e criatura acaba se comportando como artista, permitindo-se passar pelas dores e sofrimento para encontrar a afirmação da vida.



Reflita

Com base nessa concepção de Nietzsche, você já parou para pensar como a vida pode ser interpretada como uma obra de arte?

Vamos pensar no caso de uma bailarina, por exemplo. A bailarina ensaia todos os dias para alcançar a perfeição em seus passos de dança. Ela enfrenta não só as árduas horas de ensaio, como também o cansaço do corpo e as dores nos pés que são constantemente machucados pelas ponteyras da sapatilha. Mas, no fim, ela apresenta ao seu público um espetáculo fabuloso de dança. Assim acontece também com a nossa vida, conforme o pensamento de Nietzsche. Passamos pelas dores e os sofrimentos que fazem parte da vida, mas no fim acabamos encontrando e nos deparamos com algum prazer.

É importante, no entanto, que o homem se torne autor e obra da sua própria vida.



Pesquise mais

Dentre os pontos de maior afinidade entre Weber e Nietzsche, costuma-se destacar o poder, o conhecimento, modernidade e ética.

Para saber sobre as possíveis aproximações entre os dois autores, leia o artigo de Leandro dos Santos, intitulado de *Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche*.

Esse artigo está disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/83625/86555>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Positivismo, idealismo e materialismo histórico. Hegel, Comte, Durkheim, Marx e Nietzsche. Você já aprendeu um pouco sobre cada uma dessas correntes filosóficas e científicas e o modo como esses pensadores acabam desenvolvendo e construindo suas concepções.

No que se refere à aproximação do pensamento weberiano ao método positivista, podemos afirmar que, de uma forma diferente de Comte e Durkheim, Weber também faz uso da comparação como forma de explicação e generalização. Porém, a concepção weberiana não entende a sociedade como um sistema natural que apresenta totalidade. Ao contrário, para Weber, a análise social sempre parte de um ponto de vista. Ou seja, a explicação de um fenômeno social, ou melhor, de uma ação social requer uma interpretação do sentido que determina essa ação, assumindo assim a existência de uma realidade não só infinita como complexa. Para Weber, as leis universais não podem ser utilizadas para explicar os fenômenos sociais, pois, para esse sociólogo, a formulação de leis gerais seria apenas um momento do processo de conhecimento e não um fim em si.

Em relação à aproximação de Weber da corrente idealista e materialista, podemos afirmar que não existe um consenso entre os autores e estudiosos da área das Ciências Humanas e Sociais.

Conforme apontam Lima e Silva (2012), existem autores, dentre eles Marilena Chauí, por exemplo, que destacam que a corrente historicista tende a se tornar relativista na tentativa de superação do método positivista. Para Chauí, Weber não segue nessa linha e acaba criando um método novo de interpretação, que está pautado na construção de tipos ideais.

Tragtenberg, por sua vez, entende que Weber é herdeiro dos idealistas e faz parte da corrente historicista, pois afirma que ele estabelece distinção entre a explicação originária das Ciências Naturais e da compreensão das Ciências Humanas para determinar a relação causal entre os fenômenos. O historicismo é entendido aqui como uma perspectiva que defende a ideia de que a configuração do mundo atual é resultado dos seus processos históricos de formação (LIMA; SILVA, 2012).

Apesar de não ser um materialista histórico, Weber reconhecia a importância de Marx; assim como conferia importância ao pensamento de Nietzsche. Na realidade, a Alemanha de Weber estava fortemente influenciada pelo pensamento desses dois intelectuais.

Isso se expressa da seguinte maneira nas palavras do próprio Weber, em 1920:

A honestidade de um intelectual atual, sobretudo de um filósofo atual, pode ser medida por sua atitude com respeito a Nietzsche e Marx. Quem quer que não admita que partes consideráveis de seu próprio trabalho não poderiam ter sido realizadas sem o trabalho desses dois apenas engana a si mesmo e aos outros. O mundo que espiritualmente e intelectualmente vivenciamos hoje é um mundo substancialmente modelado por Nietzsche e Marx. (HENNIS, 1986, p. 181 apud SANTOS, 2014, p. 140)

Sem medo de errar

Vamos buscar agora a resposta para a situação-problema apresentada no início da seção? Para isso, devemos considerar os conhecimentos que já foram apresentados, construídos e adquiridos nesta seção.

Lembre-se de que Cláudia tinha um desafio que consistia em escrever a biografia de um dos fundadores da Sociologia, Max Weber. Ao estudar a história de vida de Weber, Cláudia identificou que ele, ao lado de outros pensadores, faz parte de um quadro mais geral do pensamento científico e filosófico alemão. Identificar os pensadores e pensamentos que compõem esse panorama científico e filosófico alemão era o novo desafio de Cláudia.

Na realidade, ela deveria identificar em que medida Max Weber se aproximava ou se distanciava dos demais pensadores e pensamentos alemães. Cláudia identificou que o pensamento weberiano não poderia ser enquadrado em apenas uma corrente filosófica e científica.

Vimos, por exemplo, que Weber se opõe ao positivismo enquanto se aproxima, em certa medida, do idealismo alemão e também é influenciado por Nietzsche. O fato é que Weber construiu uma obra ampla e complexa que demonstra como foi influenciado por diversos pensadores e formas de pensamento.

Faça valer a pena

1. Os primeiros cientistas sociais acabaram utilizando os métodos das Ciências da Natureza, pois o campo de investigação das Ciências Humanas e Sociais ainda não estava consolidado. De uma forma geral, as primeiras pesquisas de caráter social tentaram identificar na vida em sociedade os mesmos princípios que existiam na natureza.

Sobre esse assunto é correto afirmar que:

- a) O termo “darwinismo social” foi utilizado para definir os estudos da sociedade após a consolidação da Sociologia como campo do saber.
- b) Antes do surgimento da Sociologia, consolidada enquanto ciência, o estudo da sociedade recebeu o nome de “física social”.
- c) Os estudos da sociedade só passaram a ser desenvolvidos após o surgimento da Sociologia como campo de investigação.
- d) “Organicismo” e “darwinismo social” foram termos utilizados na sociologia compreensiva.
- e) O positivismo surge inicialmente na Alemanha, preconizando a ideia de que as sociedades iriam evoluir seguindo um padrão histórico permanente.

2. Um dos pontos fundamentais do pensamento de Friedrich W. Nietzsche é o entendimento do homem dentro de uma perspectiva criadora que o considera autor e obra da sua própria vida.

Essa afirmação se refere a qual conceito elaborado por Friedrich W. Nietzsche?

- a) Negação da vida.
- b) Criação da vida.
- c) Afirmação da vida.
- d) Concepção de vida.
- e) Inspiração da vida.

3. Os objetos da realidade só passam a existir quando nós, seres humanos, passamos a conhecer as coisas e objetos por meio do pensamento ou da razão.

A afirmação anterior se refere a qual corrente filosófica e científica?

- a) Realismo.
- b) Materialismo histórico.
- c) Positivismo.
- d) Idealismo.
- e) Historicismo.

Referências

ANDRADE, T. O pensamento sociológico de Max Weber. In: LEMOS FILHO, A.; BARSALINI, G.; VEDOVATO, L. R.; MELLIM FILHO, O. (Orgs.). **Sociologia geral e do direito**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun. 2001, p. 240-265.

CABRERA, J. R. O pensamento sociológico de Karl Marx. In: LEMOS FILHO, A.; BARSALINI, G.; VEDOVATO, L. R.; MELLIM FILHO, O. (Orgs.). **Sociologia geral e do direito**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

COHN, G. **Weber**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FULBROOK, M. **História concisa da Alemanha**. Tradução de Bárbara Duarte. São Paulo: EDIPRO, 2012. (Série história das nações).

GERTH; H. H.; WRIGHT MILLS, C. Introdução. In: WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

HENNIS, W. Les traces de Nietzsche dans l'oeuvre de Max Weber. In: HENNIS, W. **La problematique de Max Weber**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986. p. 181-206.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, R. R. A. de.; SILVA, A. C. S. R. E. **Introdução à sociologia de Max Weber**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PAZZINATO, A. L.; SENISE, M. H. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Ática, 2002.

RODRIGUES, L. C. B. **A primeira guerra mundial**. 13. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SANTOS, L. dos. Um mapeamento das aproximações entre Weber e Nietzsche. Plural. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 21.1, 2014, p. 139-156. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/83625/86555>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/anjXe6>>.

SELL, C. E. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? In: **Revista de Sociologia e Política** (versão online) v. 18, n. 37, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300010>. Acesso em: 18 dez. 2016.

WEBER, Marianne. **Weber: uma biografia**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2003.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004

A sociologia compreensiva

Convite ao estudo

Caro aluno, na Unidade 2, estudaremos o processo de formulação teórica que deu origem aos escritos metodológicos de Max Weber. Para tanto, conheceremos alguns dos principais teóricos do círculo intelectual com quem Weber dialogava na Alemanha entre os anos 1894 e 1920, nas Universidades de Freiburg (1894 –1985), Heidelberg (1896 até 1918) e, posteriormente, na cidade de Munique. Frequentemente associado à chamada escola neokantiana ou Escola de Baden, a cultura alemã da época também teve forte inspiração sobre seus escritos. Conheceremos um pouco mais das propostas teóricas dos interlocutores de sua época, como Wilhelm Windelband, Simmel e Heinrich Rickert, oferecendo uma atenção especial à contribuição de Wilhelm Dilthey, considerado como importante referência para o entendimento do método compreensivo weberiano.

Veremos adiante que os diálogos produzidos entre Max Weber e esses autores estão inseridos em um contexto mais amplo, de busca de ferramentas analíticas que possam ser utilizadas para superar o método positivista nas ciências sociais. Essa superação foi feita a partir de questionamentos teóricos que se originaram das discussões sobre ciências naturais e ciências do espírito. Os resultados desses debates são a síntese da própria metodologia weberiana, que a partir de questões éticas de pesquisa e da proposição de novas formas de enxergar o mundo, estabelecem uma crítica do conhecimento que vai além do materialismo histórico e das perspectivas econômicas vigentes, porque posiciona cultura e religião como materialidades a serem igualmente consideradas como importantes para entender as relações sociais das perspectivas dos próprios indivíduos.

Assim, sua metodologia, conhecida como teorias da ação, tem como princípio a compreensão da perspectiva da ação social que orientaria as pessoas a racionalmente atingir seus objetivos no mundo. Essa metodologia é importante porque considera os valores que movem a ação individual das pessoas e pode

servir como complemento à influência das estruturas sociais e econômicas sobre a vida das pessoas.

Estudaremos, ainda nesta unidade, as críticas formuladas por Schütz à sociologia compreensiva de Weber. E, por fim, entenderemos como as teorias weberianas foram recebidas e influenciaram diferentes sociólogos pelo mundo e, em especial, compreenderemos o contexto dessa recepção no caso brasileiro.

O contexto de aprendizagem desta unidade deve ser compreendido a partir da seguinte situação: imagine que você é um cientista social ou uma cientista social que trabalha como pesquisador ou pesquisadora em um centro interdisciplinar de pesquisas, isto é, com profissionais de diversas áreas do conhecimento, atuando no desenvolvimento de pesquisas quantitativas e qualitativas, por exemplo, pesquisa de mercado, produção de dados para planejamento de políticas públicas, entre outras. Ao longo de toda esta unidade, você deverá considerar a sua atuação e os desafios que enfrentará no contexto laboral da empresa para refletir sobre o manejo e a aplicabilidade do método weberiano em sua rotina de trabalho. Reflita sobre alguns questionamentos que poderá encontrar pelo caminho: o que é sociologia compreensiva? Quais são os seus fundamentos? Por que considerar Weber um clássico da sociologia? Como a análise desse pensador nos ajuda a compreender a sociedade contemporânea?

Certamente, você poderá responder a essas questões à medida que for estudando as seções desta unidade. Então, vamos começar!

Seção 2.1

As bases para o desenvolvimento da sociologia compreensiva

Diálogo aberto

Para aplicar o conteúdo que estudaremos nesta seção, é interessante que você considere o contexto em que você é um sociólogo que utiliza as propostas metodológicas de Weber para realizar uma pesquisa de mercado, levando em conta que você trabalha em conjunto com um colega da área de ciências exatas, que está desenvolvendo modelos estatísticos e algoritmos como ferramenta de pesquisa sobre determinado segmento social.

Você começa a dialogar com seu colega sobre as diferenças entre as pesquisas das perspectivas das ciências exatas e das ciências humanas e, nesse debate, você deseja explicar, em especial, o seu método de trabalho que é influenciado pelas ideias de Max Weber. Para tal, você deve refletir sobre algumas questões: é possível utilizar as mesmas metodologias de pesquisa para esses dois modelos de ciência? Como você faria para explicar a diferença entre as ciências? Como os escritos de Max Weber podem ajudar a entender esses modelos científicos? Vamos buscar as respostas para essas indagações?

Não pode faltar

Caro aluno, nesta seção conheceremos alguns dos debates teóricos que estavam em voga na Alemanha no período em que Max Weber escrevia suas obras e que utilizaram a influência do filósofo Immanuel Kant para desenvolver novas reflexões sobre a crítica do conhecimento na história e nas ciências sociais. Conheceremos também como Weber avançou nos debates que diferenciam ciências naturais e ciências da cultura. Estas ele chamou de ciências do “espírito” e, para superar o método da positivista nas ciências humanas, destacou a principal especificidade dessa área: os indivíduos e as formas de ação na sociedade.

A escola neokantiana

O pensamento de Max Weber é síntese de múltiplas composições: da perspectiva do contexto social, de república de Weimar, da constituição tardia do Estado alemão e das escolhas políticas da nação alemã para constituir-se como tal. Da perspectiva teórica, Weber é influenciado por Nietzsche e Simmel, e também por seus contemporâneos, como Windelband e Dilthey, que discutiam novas formas de pensar a sociedade alemã a partir de releituras da obra do filósofo Immanuel Kant. Esse conjunto de intelectuais, chamados neokantianos, que buscavam produzir novas perspectivas sociofilosóficas, tendo a obra de Kant como ponto de partida, estavam majoritariamente divididos entre duas escolas de pensamento: a Escola de Marburgo e a Escola de Baden. Na escola de Marburgo, os debates sobre historiografia e fenomenologia se tornaram predominantes, enquanto na Escola de Baden propunha-se repensar uma teoria do conhecimento fundamentada em perspectivas da ciência, da moral e da ética.

A obra de Max Weber buscou dialogar com diversas correntes teóricas de sua época, mas, de maneira geral, se aproximou um pouco mais dos debates da chamada Escola de Baden, sobretudo no período em que lecionou na Universidade de Heidelberg.

A busca pela compreensão do processo histórico do momento em que a Alemanha se constituía como Estado-nação tornou-se objetivo de reflexão de muitos intelectuais alemães da época. Isso revelou discussões meta-históricas sobre o próprio sentido de pensar e fazer história, ou sobre as distintas formas de se pensar uma narrativa histórica para a Alemanha. Assim, historiadores alemães buscavam, por meio de diversas pesquisas empíricas sobre a realidade alemã, estabelecer uma crítica ao universalismo capaz de abrir caminhos para encontrar uma perspectiva científica que pudesse compreender a especificidade da própria história da integração política tardia da Alemanha, diferente de como era concebida em países vizinhos, como a França, por exemplo. Tendo esse contexto em perspectiva, fazia sentido buscar no próprio conhecimento novas ferramentas para compreender as particularidades da sociedade alemã. Esse processo é chamado de crítica do conhecimento.

As ciências da natureza e as ciências do espírito

Uma das principais características desse processo envolve o debate entre as chamadas ciências da natureza e as ciências do espírito. As ciências do “espírito” remetem à ideia de ciências da cultura, como tudo aquilo que envolve a compreensão de nós mesmos e nossa compreensão sobre o próprio mundo social. A ideia de espírito representa, portanto, a própria ideia de cultura. Cultura é um conceito aplicado por distintos intelectuais de diversas maneiras, mas, neste caso aqui, diz respeito a valores éticos e morais que orientam a vida em sociedade. As ciências do espírito marcam, no caso, a busca pela compreensão das formas de conhecer e pensar o mundo social, que não é inerte, como a natureza, mas está em constante movimento, estimulado por ações individuais e por estruturas que influenciam as próprias relações sociais. E o que isso significa, então? Que não é possível estabelecer um método científico único para compreender as sociedades em geral, porque, à medida que as sociedades se transformam, o método precisa também ser transformado.

Dentre os primeiros pensadores alemães a tratar especificamente do termo “ciências do espírito”, estava Wilhelm Dilthey. A importância do trabalho desenvolvido por Dilthey na obra de Max Weber se encontra na busca por sentidos sociais que nos permitem compreender as experiências humanas de uma perspectiva do plano individual, e não universal.

De acordo com a interpretação que Gabriel Cohn (2003) realiza da obra de Dilthey, há três categorias analíticas que nos permitem compreender os significados da ação social: intersubjetividade, memória e biografia. Isso significa dizer que as pessoas realizam ações individuais com base na dimensão subjetividade, que é produzida a partir do modo como os indivíduos internalizam psicologicamente as relações sociais; por meio da memória dessas relações (que podem ser incorporadas e recriadas temporalmente); e da constituição da narrativa, que reconta a própria história de vida, articulando uma compreensão da causalidade das ações, ou seja, as ações individuais possuem uma dimensão de causa anterior à própria ação, como se fossem respostas conjuntas a partir da junção dessas três categorias.



Refleta

Como você faz para compreender o sentido das ações individuais das pessoas no mundo? Você já refletiu sobre isso?

A resposta de Weber para essa questão está na ideia de *interesse*. Os pesquisadores se propõem a investigar aquilo que lhes interessa, e o *interesse* é uma *categoria* que se expressa através do conjunto de valores, experiências e memórias situadas em uma temporalidade, um espaço específico e inscritas culturalmente. E os valores, por sua vez, são dotados de significados sociais que orientam as ações dos indivíduos. Estudaremos mais adiante as modalidades de ação que se expressam por meio desses valores e como as ações racionais são modalidades constitutivas dos seres humanos que podem ser compreendidas, segundo Weber, a partir do conceito de Tipo Ideal.



Assimile

A sociologia compreensiva tem em sua origem a proposta de compreender a história de vida das pessoas e dos processos que as levaram a executar determinadas ações e, por isso, o trabalho de Dilthey tem uma dimensão psicológica importante, mas não suficiente.

É necessário levar em consideração, por outro lado, que Weber reconhece que as pessoas não estão sozinhas, soltas no mundo social, há estruturas vinculadas a questões culturais, jurídicas e religiosas que contribuem institucionalmente para as ações sociais das pessoas. A conjunção das vontades individuais e da estrutura que as permeia representa uma das bases da perspectiva de compreensão sócio-histórica weberiana.

A categoria analítica que estabelece a conexão entre a dimensão individual psíquica e a estrutura social é chamada de sistema. A integração sistêmica permite às ciências do espírito buscar compreender através da reflexão consciente os valores e propósitos que orientam as ações, sem julgá-las *a priori*, estabelecendo a objetividade crítica de compreender os sentidos. Isso nos permite obter uma compreensão ampla dos processos históricos.



A relação entre conhecimento e interesse e a integração entre sistema e mundo da vida também foram exploradas por outro conhecido intelectual alemão, que herdou e elaborou importantes reflexões à luz da obra de Max Weber, trata-se de Jürgen Habermas. Conheça um pouco mais de sua obra lendo o seguinte livro:

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

A objetividade do conhecimento nas ciências sociais

Para entender a objetividade do conhecimento de que fala Weber, precisamos compreender uma importante etapa do pensamento filosófico. Uma das possibilidades de entendimento do campo da filosofia pode ser compreendida a partir do estudo reflexivo de categorias e conceitos oriundos da vida social. Uma das principais referências da filosofia antiga e também filosofia clássica consiste na busca da compreensão de três categoriais consideradas universalmente importantes: o bom, o belo e o justo. As definições dessas categorias possibilitaram a constituição de três campos de estudo da filosofia: a política, que se ocupará do estudo daquilo que é ou deveria ser considerado idealmente como bom; a estética, que se ocupa das reflexões filosóficas daquilo que é ou deveria ser considerado como belo; e a ética, que se ocupa das reflexões filosóficas daquilo que é ou deveria ser considerado como ideal de justiça.

No contexto da sociologia weberiana, as atribuições históricas dessas três categorias correspondem ao modo de compreensão daquilo que é entendido como valor. A busca por esses significados implica conhecer e estabelecer valores estéticos, éticos e políticos que não necessariamente residem na realidade social ou, ainda, residem de diferentes formas a depender do contexto e do lugar. Já sabemos que uma das premissas metodológicas de Weber trata de realizar um estudo empírico da realidade social a partir do que ela é, de como ela se apresenta como tal para o pesquisador ou pesquisadora; e não como ela deveria ser, porque o dever ser imputa valores morais que afastam a busca científica pelo conhecimento da realidade.

Então, o desenvolvimento das ciências do espírito, para Weber, diz respeito ao conhecimento científico da realidade social, problematizando o lugar e o atributo específico do valor, dando um endereço conhecido a ele na ciência e na política de maneiras separadas. No caso da ciência, ele se torna objeto de reflexão sobre o conhecimento que buscará meios de como estabelecer métodos científicos das ciências humanas capazes de lidar com a impossibilidade de livrar-se dos valores. Valor para Weber diz respeito ao conjunto de regras morais que valem socialmente em cada sociedade, aquilo que é coletivamente introjetado no campo simbólico e também permite disputas entre os distintos valores diferentes, ou seja, o valor é intrínseco à própria cultura.

Afinal, se cada indivíduo possui valores diferentes, como é que se pode atingir a objetividade do conhecimento no campo das ciências humanas? O entendimento de como o valor deve ser problematizado e de qual é o lugar que ele ocupa no campo das ciências da cultura é sintetizado por Weber a partir da reflexão sobre a "objetividade".



A "objetividade" do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor que são as únicas a conferir-lhe valor de conhecimento. E, ainda que a significação dessa objetividade apenas compreenda a partir de tais ideias de *valor*, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível de sua validade. A *crença* – que todos nós alimentamos sob uma forma ou outra – na validade supraempírica de ideias de valor últimas e supremas, em que fundamentamos o sentido de nossa experiência, não exclui, antes ao contrário, inclui, a variabilidade incessante dos pontos de vista concretos a partir dos quais a realidade empírica adquire significado. (WEBER, 2011, p. 105)

O que significa, então, a objetividade do conhecimento nas ciências sociais? Atenção! Não se trata de uma simples diferença entre objetividade e subjetividade, mas de propor uma nova forma

de pensar o conhecimento. A ideia de "objetividade" significa propor uma reflexão sobre as formas de compreender a realidade social dada, de uma perspectiva empírica. Já sabemos que, segundo Dilthey, a maneira de buscar compreender esse mundo social é previamente selecionada por nós, sociólogos, a partir das nossas experiências de vida, inscritas na intersubjetividade e na memória, que sintetizam nossas próprias biografias. Se cada um de nós possui uma maneira específica de enxergar o mundo, como é que poderemos alcançar a objetividade científica de que fala Max Weber?

Para Weber, o conhecimento científico se apoia exclusivamente em fatos da realidade, e não em valores. E como separar os fatos dos valores? Há uma distinção importante sobre essas duas categorias: juízo de fato e juízo de valor. A primeira diz respeito às coisas como elas são, e a segunda diz respeito às coisas como elas devem ser. Cabe a nós concentrar-nos em compreender as coisas como elas são, de fato. A resposta para esse dilema reside justamente no fato de que não existe uma fórmula universal de conhecimento nas ciências humanas. E se não existe universalidade, todo o conhecimento científico só tem capacidade de compreender algum aspecto específico da realidade prévio e conscientemente selecionado. Para Weber, no entanto, o valor é uma categoria importante, ela diz respeito a como as pessoas concebem a ideia de cultura. A cultura, para Weber, é um sistema de crenças e valores socialmente compartilhados, tanto objetiva quanto subjetivamente, de modo que o pesquisador não pode simplesmente acreditar que na hora de realizar sua investigação, ele poderá despir-se de seus valores e tratar da realidade de forma neutra. Não existe neutralidade científica para Weber.



Refleta

Caro aluno, a obra de Max Weber é considerada polêmica e, por vezes, controversa. Deste modo, nem todos os seus intérpretes concordam que ele tenha conseguido, de fato, problematizar o positivismo da maneira que se propôs. Caso queira conhecer uma percepção diferente, veja: LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2003.

Então, como é que se deve proceder? Para Weber, conhecer uma cultura é iluminar os valores que a conformam. No caso do cientista social, é sabido que seus valores agirão em um âmbito muito particular do aspecto científico: o interesse. O valor vai contribuir com aquilo que lhe desperta interesse enquanto problema sociológico a ser investigado na etapa de seleção de seu objeto de pesquisa. É exatamente por isso que a sociologia compreensiva se ocupa também de refletir sobre a própria forma de conhecimento, ou seja, para entender por que determinados aspectos da realidade são relevantes para alguns cientistas sociais, enquanto outros aspectos são menos relevantes e, portanto, acabam sendo menos estudados.

Para Weber, o cientista busca compreender aquilo que mais lhe oferece sentido de compreensão sobre o mundo social. Então, podemos dizer que a experiência de vida do pesquisador exerce influência naquilo que ele irá pesquisar, e, sobretudo, exerce influência em como aquilo será pesquisado, o modo como é, na verdade, o método.

Quando temos vários cientistas sociais buscando compreender os significados sociais de determinados aspectos da realidade social, eles estão também disputando visões de mundo enformadas por ideias de valores próprios oriundos da experiência de vida deles. Se a realidade não pode ser compreendida em sua totalidade, e só é possível compreender parte dela através da ideia que pensamos ter sobre ela, os desentendimentos decorrem das tentativas de sobreposição de ideias de mundo de umas pessoas sobre as outras.



Exemplificando

Vamos tomar como exemplo dois casos literários bastante conhecidos: os livros *A hora da estrela* de Clarice Lispector e *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis.

A personagem principal do conto de Clarice Lispector, que foi escrito na década de 1970, se chama Macabéa, uma datilógrafa alagoana que migra para o Rio de Janeiro. Já no romance de Machado de Assis, o personagem principal, Brás Cubas, é um defunto-autor que narra sua história de vida de trás para frente, no Rio de Janeiro no século XIX.

Com base em uma perspectiva da sociologia compreensiva, ao analisarmos essas duas obras compreenderemos que a visão de mundo da Macabéa é enformada por sua história de vida de ser uma mulher pobre, nordestina que migra para o Rio de Janeiro, e que em sua solidão busca encontrar-se consigo mesma e com seus planos e sonhos. Por sua vez, Brás Cubas, homem de família abastada, ostenta vida adulta boêmia, tendo cursado Direito na Universidade de Coimbra, retorna ao Rio de Janeiro para ser deputado e, rodeado pela família, se perde nos conflitos românticos de uma promessa de casamento e do relacionamento com sua amante.

Ao mesmo tempo em que a morte projeta em Macabéa o ponto auge de sua narrativa, sua hora de estrela; para Brás Cubas a morte é negatizada pelo próprio personagem, projetada como uma derrota final que pôs fim a uma experiência de vida marcada por todas as coisas que ele quis fazer e não conseguiu, assim como Macabéa. As duas perspectivas diferentes sobre a mesma ideia de morte, como um fato em si, trazem duas possibilidades de compreensão da dimensão de vida social e cultural de duas pessoas que são completamente diferentes e verdadeiras entre si. A história desses dois personagens individuais nos permite compreender como a experiência e o contexto alteram as perspectivas de ação individual dos sujeitos sobre a própria vida.

Em ambos os casos podemos perceber como a vida e o sonho dos personagens são construídos a partir da dimensão subjetiva de suas experiências – da história de vida distintas entre ser um homem de família rica na capital do estado e uma mulher, pobre, solitária e imigrante –, da constituição de uma narrativa biográfica e uma memória que aparece na projeção da própria morte.

Sem medo de errar

Este é o momento de retomarmos nossa situação-problema. Vamos lá? Lembre-se de que você, enquanto sociólogo, tinha a tarefa de apresentar para um colega pesquisador algumas diferenças entre as

pesquisas das perspectivas das ciências exatas e das ciências humanas. Com o que estudamos nesta seção, a explicação da diferença entre o funcionamento das ciências exatas e das ciências humanas tem origem na própria perspectiva de superação do positivismo. Diferentemente das ciências exatas, nas ciências humanas não há regras gerais universais científicas capazes de oferecer ferramentas analíticas e metodológicas para compreensão do mundo social e das relações entre os indivíduos.

Se olharmos para os debates historiográficos, perceberemos que a própria compreensão das relações é colocada em perspectiva de acordo com a experiência individual dos sujeitos. O mundo está em constante transformação, de forma que há de se levar em consideração que nada é fixo, nem as pessoas, nem as formas como elas se relacionam com as instituições, nem as identidades, nem os espaços onde estão inseridas, nem as regiões e muito menos as temporalidades. Assim, as ciências humanas têm a tarefa de se repensar constantemente para estar em sintonia com o próprio mundo ao qual se pretende compreender. Por exemplo, o conjunto de valores e regras culturais e morais que se enquadram em determinado contexto pode não se enquadrar para outros contextos, outro conjunto de pessoas em outras regiões.

Por isso mesmo, o diferencial analítico das ciências humanas não se pauta por fórmulas ou modelos explicativos universais, ao contrário, cada metodologia de pesquisa é construída de acordo com o objeto de pesquisa selecionado. Esse tipo de investigação demanda outras ferramentas técnicas de análise qualitativa e quantitativa, e também outra temporalidade de exercício da própria sociologia.

Avançando na prática

Utilizando Weber para pensar a sala de aula

Descrição da situação-problema

Como estudamos aqui, uma das formas de pensar na prática como funciona a perspectiva da objetividade do conhecimento nas ciências sociais é considerar que a ação individual é sempre orientada

por categorias que correspondem à experiência do indivíduo, derivam da memória sobre suas experiências anteriores; de sua biografia, isto é, de como ele enxerga a si mesmo e se insere no mundo social para constituir relações sociais produzindo uma narrativa própria; e da história, que insere esse indivíduo no campo das instituições (jurídicas, educacionais, Estado e religião, quando for o caso) e com os demais indivíduos. O movimento de compreender esses três processos demanda uma reflexividade do próprio sujeito e do pesquisador para compreender a ação social em seu contexto mais amplo.

Tendo isso em mente, considere que você é um professor de sociologia do ensino médio de uma escola e que, no ambiente da sala de aula, um dos alunos tem o hábito de dormir, dificultando sua aprendizagem. Como você compreenderia essa situação e como poderia proceder para resolver o problema?

Resolução da situação-problema

Há muitas formas de proceder neste caso, por exemplo, o professor poderia entrar em contato com os responsáveis legais, ou poderia pedir que o aluno se retirasse da sala de aula e comunicar à direção da escola. Mas, de acordo com uma sociologia compreensiva, o professor deveria buscar compreender os sentidos que orientam as ações desses alunos.

O fato de dormir, por exemplo, não significa necessariamente uma relação de negligência com o professor ou a matéria em questão. Neste caso, o professor pode utilizar a objetividade para compreender se o aluno está inserido em um contexto que provoca algum tipo de alteração no sono: como falta de vitaminas, que poderia indicar uma alimentação inadequada ou insuficiente; insuficiência de sono, ou seja, o aluno não dorme as 8 horas mínimas necessárias e indicadas para crianças de sua idade, e isso poderia ser resultado de alterações emocionais e psicológicas que influenciam no sono, como depressão, luto ou algum tipo de temor causado por violência física ou emocional; ou que o aluno exerce atividade laboral e acaba cumprindo uma jornada de trabalho que extrapola os limites das condições físicas e mentais, ou qualquer tipo de questão por trás que indique que o ato de dormir em sala de aula é uma ação compreendida como uma consequência de fatores ocorridos fora da própria aula.

Nessa situação, o professor poderia perguntar individualmente ao aluno as razões da ação de dormir em sala, buscar orientá-lo com base em suas necessidades e acompanhá-lo para entender se isso corresponde a um caso isolado ou se configura um padrão constante, para, então, tomar as providências administrativas regulares.

Faça valer a pena

1. Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que se deve, somente sobre o que pode e – eventualmente – sobre o que quer” (WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** [S.l.]: Ática, 2011, p. 17).

De acordo com o trecho citado, a perspectiva sociológica que busca a partir da objetividade do conhecimento compreender os sentidos e estabelecer significados das ações individuais, sem questioná-las, é:

- a) Materialista.
- b) Dialética.
- c) Compreensiva.
- d) Cosmológica.
- e) Metafísica.

2. “Pois os fenômenos que nos interessam como manifestações culturais derivam em geral seu interesse – sua significação cultural – de ideias de valor muito diferentes, com as quais podemos relacioná-las. Do mesmo modo como existem os mais diferentes 'pontos de vista' com base nos quais podemos considerar significativos esses fenômenos, pode-se igualmente recorrer aos mais diferentes princípios de seleção para as relações suscetíveis de integração no tipo ideal de determinada cultura” (WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** [S.l.]: Ática, 2011, p. 75.)

No texto acima, o pensador alemão Max Weber recorre a elementos fundamentais presentes nas propostas da escola filosófica neokantiana para construir sua perspectiva crítica da objetividade do conhecimento nas ciências sociais.

Assinale a alternativa que corresponde aos elementos fundamentais da escola neokantiana presentes em Max Weber:

- a) Crítica à ideologia utilizando o materialismo histórico como recurso analítico.
- b) Crítica ao objeto utilizando o fato social como recurso analítico.
- c) Crítica à materialidade do ser a partir da metafísica.
- d) Crítica do conhecimento a partir do estudo sobre o método.
- e) Crítica à ciência da lógica a partir da ética, da estética e da moral.

3. “As ciências da natureza ordenam os fenômenos conforme os seus meios construtivos, na medida em que promovem, através da abstração, a congruência entre os fenômenos a serem ordenados e esses meios construtivos. Em confronto com isso, as ciências do espírito ordenam na medida em que primordial e principalmente retraduzem para a vida espiritual, da qual se originou, a inesgotável realidade histórico-social, tal como ela somente nos é dada, na sua aparência externa ou nos efeitos ou como simples produto, sedimento objetivado da vida. Naquelas, portanto, a abstração; nestas, inversamente, a retradução para o pleno processo vital, mediante uma espécie de transposição. (DILTHEY, 1964, p. 265 apud COHN. **Crítica e resignação:** Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 28).

A contribuição de Dilthey à sociologia compreensiva weberiana emerge da psicologia social e pode ser sintetizada principalmente a partir de três categorias fundamentais. São elas:

- a) Razão, racionalidade e espírito.
- b) Ação, história e temporalidade.
- c) Memória, história e biografia.
- d) Biografia, ação e cultura.
- e) Temporalidade, biografia e cultura.

Seção 2.2

O método compreensivo

Diálogo aberto

Retomando o contexto de aprendizagem apresentado no início desta unidade, considere que você é um sociólogo que trabalha em um instituto de pesquisa. Desta vez, você ficou encarregado de apresentar uma análise sociológica sobre os critérios de seleção de um concurso público para cargos a serem ocupados na prefeitura de determinada cidade. É importante considerar que a razão dessa pesquisa ter sido encomendada é que o Ministério Público apontou irregularidades na contratação de cargos públicos na suposta prefeitura. Verificou-se que amigos e parentes do prefeito ou da prefeita em questão eram ilegalmente beneficiados, reproduzindo valores oligárquicos tradicionais e retirando, na prática, os direitos democráticos da população da cidade de serem politicamente representados pelo candidato mais bem qualificado para ocupar respectivos cargos.

Diante dessa situação, como você procederia? Como você, enquanto sociólogo, identificaria quais deveriam ser os critérios de seleção dos ocupantes desses cargos e como os funcionários concursados deveriam atuar?

Atenção! Não se esqueça de que você deve refletir sobre essas questões levando em consideração a perspectiva política weberiana. Vamos lá?

Não pode faltar

Na Seção 2.1, aprendemos como Max Weber busca construir uma perspectiva científica específica para a compreensão da cultura e da sociedade, sendo considerado como um dos principais fundadores da sociologia moderna, juntamente com Émile Durkheim (seu contemporâneo) e Karl Marx. Vimos também que suas principais áreas de atuação são história, religião, direito e economia e que, de maneira

ampla, Weber entendia o conjunto dessas disciplinas como “ciências da cultura”. Nesta Seção 2.2, vamos aprofundar nosso estudo sobre um dos conceitos mais importantes para a construção metodológica de Max Weber: a ação social. Para isso, retomaremos alguns pontos importantes sobre o desenvolvimento das ciências sociais modernas na Europa.

Fundamentos metodológicos

Recordemos que Max Weber viveu entre 1864 e 1920 na Alemanha, justamente na passagem do século XIX para o Século XX, e que boa parte de suas obras foi publicada postumamente, a partir de manuscritos organizados por sua esposa, a escritora feminista e biógrafa, Marianne Weber. Recordemos também que nessa época as ciências humanas estavam constituindo um campo próprio de atuação, por meio dos debates teóricos entre os intelectuais que buscavam construir métodos sociológicos específicos para as ciências humanas e seu objeto de estudo, a sociedade. Esse movimento de reflexão também aparece na obra de Max Weber, a partir da crítica da universalidade inscrita na base das ciências exatas ou ciências naturais. Como isso funciona?



Exemplificando

O exemplo utilizado por Max Weber para explicar os propósitos que fundamentam as ciências da cultura é o seguinte: um dos pontos centrais da física moderna é a constituição de leis gerais que caracterizam paradigmas universais, como a lei da gravitação universal, formulada em 1687 por Isaac Newton. Para Max Weber as ciências da cultura devem buscar na reflexão teórica o movimento inverso daquele buscado pela física, que não seja universal, posto que trata da sociedade, das pessoas e das relações sociais, que dotadas de instintos e vontades próprias orientam suas ações, como vimos em Dilthey.

Um dos postulados de Weber é que a própria economia deve ser pensada como uma ciência não universalista, vista que ela captura e organiza dados da realidade social, transformando-os em índices que possibilitem reflexividade teórica sobre o modo de condução da vida, da

política, da economia etc. Esse princípio é a mais central diferenciação entre ciência e política na obra de Max Weber. Cabe à ciência compreender e apresentar a realidade social oferecendo abertamente todos os caminhos de reflexão possíveis e apontando as respectivas consequências das escolhas a serem efetuadas. Por sua vez, a escolha de um desses caminhos, esta sim, é da ordem da política. Mas isso não significa dizer que a ciência é neutra, ao contrário, Weber indica que o regime de neutralidade precisa ser questionado teoricamente a partir do método, e não do objeto, que é a própria realidade social.

Weber chegou a essa conclusão depois que observou analiticamente que as discussões sobre economia que pautavam o processo de formação do Estado alemão (lembramos que ele viveu a transação entre o reino da Prússia e a constituição tardia do Estado alemão) estavam baseadas em modelos aplicados à Inglaterra pós-Revolução Industrial. Desse modo, aquelas discussões tinham limitações empíricas quando aplicadas à então recente sociedade alemã ruralizada, pois elas tinham características da base da economia e organizações sociais muito diferentes.

Max Weber começou, então, a refletir sobre a possibilidade da construção de fundamentos de uma economia própria da sociedade alemã, que fosse pensada e direcionada para o contexto específico de sua situação, mas seus companheiros economistas de sua época acreditavam que o melhor caminho para a Alemanha seria seguir os passos da economia política inglesa e adaptar à realidade alemã aos métodos ingleses de desenvolvimento econômico. Esse desentendimento sobre os rumos da economia na verdade eram desentendimentos sobre as formas de compreensão da economia enquanto ciências. Nas palavras de Gabriel Cohn, a situação tornou-se uma controversa metodologia weberiana, não houve um consenso, e isso foi a razão do afastamento de Weber dos debates com os economistas de sua época, e sua aproximação à cultura como uma ciência:



Tratava-se, em suma, de saber se a Economia deve ser concebida como ciência histórico-individualizadora e dotada de conteúdo normativo ou como ciência valorativamente neutra, voltada para a busca de determinadas regularidades gerais da ação humana (COHN, 2003, p. 99-100).

O livro *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* foi publicado pela primeira vez em 1922, e é uma das obras inacabadas de Weber, organizadas postumamente por Marianne Weber. Além desse livro, algumas das obras que constituem as principais reveladoras do arcabouço metodológico desenvolvido por ele são: *O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais* (1917), *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais* (1904-1905), *Ciência como vocação* (1917) e *Política como vocação* (1919).

Nessas cinco obras conjuntamente podemos observar o desdobramento da sociologia como uma ciência que se propõe como objetiva e ao mesmo tempo insere a subjetividade como componente fundamental de seu método analítico; que propõe uma orientação política para a ciência econômica, tomando por base a impossibilidade da neutralidade científica, e ao mesmo tempo insere ciência e política como tarefas analiticamente distintas e que, no entanto, não podem jamais ser dissociadas; que apresenta a compreensão de que o próprio conhecimento não é neutro e que o contexto social é o fundamento analítico da sociologia, e que é preciso ir a fundo na realidade social para compreender o sentido social das ações dos indivíduos. Por essa razão é que podemos ver que o pensamento weberiano é marcado por dualidades insolúveis.

A sociologia de Weber, na verdade, é **centrada na ação**, constituída a partir de modelos analíticos teóricos, chamados de tipologias, que possibilitam exercício imaginativo do cientista, como veremos a seguir.

Ação social como objeto de estudo

Ação social em Weber é uma categoria analítica, ou seja, um recurso metodológico abstrato utilizado para compreender os sentidos ou significados sociais que orientam a ação dos indivíduos, mas nem toda e qualquer ação é uma *ação social*. A ação individual é toda e qualquer ação intrínseca ao comportamento humano, enquanto a ação social é dotada de *sentido social*, isto é, quando uma ação é efetuada com uma finalidade de relação que envolve uma ou mais pessoas. Então, a ação social sempre envolve o outro. Podemos perceber, assim, que a proposta de reflexão sobre a ação social tem como foco compreender o estabelecimento das relações sociais.

O **sentido** é uma das categorias mais importantes para a construção metodológica do conceito de *ação social*. Assim, a **ação social é dotada de sentido** e o papel do sociólogo é de compreender as orientações do sentido da ação.

Weber considera também que as ações podem ter uma finalidade objetiva específica ou podem ser um meio para atingir uma outra finalidade, de modo que o sentido da ação pode ter um grau maior ou menor de evidência para o pesquisador, a depender de sua proximidade com o objeto. Diante da complexidade da interpretação das inúmeras possibilidades de sentidos possíveis, Weber opera com tipologias de divisão da ação, sobre as quais ele mesmo adverte que só existem para fins metodológicos exclusivamente, e jamais podem ser imputadas à realidade social.

Essas tipologias foram pensadas com base em modelos médios de comportamento possíveis operados por um modelo de racionalidade intrínseca. A racionalidade, por sua vez, é a capacidade reflexiva de orientação da ação com todos os graus de evidência possíveis.

De uma perspectiva psicológica, a percepção sobre a consciência de cada ação e suas respectivas finalidades e consequências mudam de indivíduo para indivíduo, como já vimos em Dilthey, ancoradas na biografia, na experiência de vida e na memória das pessoas. No entanto, Weber se afasta da psicologia. Mas, então, qual é a perspectiva weberiana?

Weber está tratando da perspectiva sociológica da ação, ou seja, do sentido social que ela adquire nas relações. Isso quer dizer que, antes de qualquer ação ser executada, todas as possibilidades de ação, suas finalidades e respectivas consequências devem ter o maior grau de evidência possível. Weber constitui, assim, uma perspectiva compreensiva, ou seja, de entendimento da razão que influencia a ação, sem questioná-la do ponto de vista da moralidade, da estética ou da ética. É importante compreender que a compreensão racional da ação pode oferecer apenas uma possibilidade de construção de hipótese a ser mais bem investigada, e não possui uma finalidade interpretativa em si mesma.

O **sentido**, por sua vez, trata também da perspectiva do contexto da ação, que se altera com a temporalidade e com o espaço onde está inserido, mas não é de qualquer sentido ocasional que Weber

está falando. Para o cientista, importa o sentido histórico que pode ser apreendido a partir da ação social.



Assimile

Ação social: nem toda ação é considerada social. De maneira geral, ação social diz respeito à ação que é racionalmente orientada em função de outros indivíduos e que, portanto, estabelece um tipo de nexos das relações sociais a ser compreendido.

Tipologias da ação social

Weber definiu quatro modelos que conhecemos como “tipologias da ação”. Eles não são modelos fechados, nos quais o cientista busca inserir e enquadrar a realidade social, são tipificações que orientam reflexões sobre a ação social no plano da imaginação sociológica, ou seja, da concepção teórica. É importante ter claro que as ações sociais não dizem respeito a um indivíduo ou a determinado indivíduo, de forma que elas são fluidas, se mesclam e podem ocorrer concomitantemente e com muitas variáveis. Weber aponta, inclusive, que, dentro de sua perspectiva teórica, as próprias instituições podem ser concebidas a partir desse modelo, como no caso, o Estado. Isto significa dizer que, a partir da sociologia compreensiva, o Estado pode ser uma instituição concebida como um indivíduo (não como uma pessoa), e que como tal executa ações orientadas.

De acordo com Weber, as tipologias da ação são:

1 - **Ação racional com respeito a fins:** é a ação orientada com uma finalidade específica ou como um meio para atingir essa finalidade delimitada, como se fosse uma ação orientada por um objetivo.

2 - **Ação racional com respeito a valores:** é a ação orientada por valores, independente do resultado final a ser atingido ou das consequências decorrentes dessa ação. Os valores, por sua vez, podem ser compreendidos como valores religiosos, valores ateísticos, de qualquer tipo de crenças, valores éticos, morais, estéticos etc.

3 - **Ação de modo afetivo**: é a ação orientada pelas emoções ou por um estado emocional especificamente caracterizado, por uma sentimentalidade exacerbada.

4 - **Ação de modo tradicional**: é a ação orientada pela tradição, pelos costumes tradicionalmente incorporados.



Exemplificando

Como vimos, a ação social possui quatro subdivisões. Apresentaremos a seguir exemplos de como uma ação individual se torna ação social e pode ser compreendida no âmbito da política pública e do sentido histórico:

1. Ação racional com respeito a fins

Este tipo de ação é aquele em que se estabelece um nexo causal entre a ação e o resultado final. Isso pode ser exemplificado pelo ato de cursar uma faculdade de odontologia para obter um diploma e conhecimento técnico-científico para atuar como dentista.

Essa ação se torna parte da construção histórica quando se observa que, nos dias atuais, as pessoas necessitam ingressar no ensino superior e adquirir os conhecimentos necessários para obter um diploma para exercer sua profissão, no caso do nosso exemplo, de dentista. Se comparada, por exemplo, com a prática séculos anteriores, a odontologia era restrita à simples extração dos dentes e poderia ser efetuada sem a necessidade de um diploma, pois não havia conhecimento técnico disponível para que se realizasse o tratamento dentário da maneira como julgamos cientificamente adequada nos dias de hoje.

2. Ação racional com respeito a valores

Um exemplo possível dessa modalidade de ação seria o de uma pessoa que deixa de consumir produtos de origem animal e se torna vegetariana/vegana porque acredita que todas as formas de vida são iguais e, portanto, possuem os mesmos direitos, razão pela qual devem ser respeitadas. A igualdade

entre humanos e não humanos é um atributo da ética e da moral que, de acordo com Weber, advém da constituição de valores próprios. Quando grupos de vegetarianos passam a se organizar coletivamente para propor formas de alimentação alternativa ao consumo de animais, isso se torna uma ação social que envolve outras pessoas.

3. Ação afetiva ou emocional

Uma ação pode ser considerada afetiva ou emocional quando é guiada principalmente pelos sentimentos, a qual não possui como elemento central as prioridades estabelecidas pela eficácia da razão.

O exemplo mais conhecido para essa modalidade é a amizade, ou seja, quando duas pessoas se tornam amigas e passam a compartilhar histórias, memórias, vivências e espaços. Há outros exemplos utilizados por Weber, como vingança e ciúme.

4. Ação tradicional, de hábito ou de costumes

Essa modalidade de ação está ligada a hábitos tradicionais que repetimos muitas vezes sem perceber as conexões com a origem racional dessas ações. Por exemplo: o uso da vestimenta de cor branca no ano novo é um ato costumeiro de algumas religiões de matriz africana e uma tradição brasileira praticada por pessoas de diferentes religiões e também entre aquelas que não possuem nenhuma religião. Quando várias pessoas em várias cidades adquirem o hábito secular de vestir-se de branco na passagem do ano, oferecer flores à lemanjá e demais rituais, independentemente da religião das pessoas que o praticam, isso pode ser considerado um hábito ou costume tradicional. E ele se torna passível de análise histórica, por exemplo, através da questão sociológica sobre a compreensão dos sentidos simbólicos da influência das práticas religiosas de matriz africana no Brasil. Assim, poderíamos ver como a sociologia compreensiva contribui com a formulação de uma questão teórico-sociológica no plano cultural.

O papel do cientista e a construção do tipo ideal

As tipologias da ação social, como vimos acima, fazem parte de um constructo mais amplo dentro da obra de Max Weber, como uma espécie de suporte para que o cientista social possa iniciar sua investigação. Sabemos que as ações sociais são modelos sociológicos que servem como uma espécie de guia, sendo parte de uma das categorizações centrais da obra de Max Weber, o chamado “tipo ideal”.

A construção do tipo ideal seria, quando necessário, uma das etapas da construção científica para Weber, que se inicia previamente no trabalho de seleção e construção do recorte metodológico e na construção do objeto a ser investigado. Sobre a formulação do conceito, diz Weber:



Obtêm-se um tipo ideal mediante a *acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na qualidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia (WEBER, 2011, p. 73).*

O tipo ideal é considerado como um método que envolve uma exageração de determinada característica típica, uma ênfase propositada e aumentada sobre determinada condição, a fim de poder enxergá-la de uma perspectiva outra, mais aproximada do cientista ou da cientista. Esse método funciona apenas como uma forma prévia de construir um problema científico, uma questão a ser pensada pelo pesquisador e pela pesquisadora.

Diante do exposto, uma questão se torna pertinente: há uma relação entre a tipologia da ação (que analisamos anteriormente nesta seção) e o conceito de tipo ideal?

Sim! A tipologia da ação é um claro exemplo de tipos ideais de ação, os quais podem guiar a investigação científica à construção de uma hipótese.

Uma das reflexões possíveis sobre o tipo ideal é que ele é fundado em expectativas racionais de ação sobre comportamentos específicos e esperados. A princípio, essa parece ser uma ideia limitada sobre as possibilidades de ação social dos indivíduos, no entanto, ela abre um questionamento interessante: em vez de nos concentrarmos no funcionamento e na construção da mudança social, o tipo ideal formula a questão de maneira inversa, isto é, questionar por que mesmo considerando todas as mudanças efetivas inscritas nas pessoas, experiências, espaços, temporalidades, contextos e fatos históricos, determinadas formas de pensamento e organização social persistem? Elas podem até ser transformadas, mas *persistem*, e a razão dessa persistência, conforme aprenderemos nas unidades seguintes, é explicada a partir da ideia de *dominação*.



Assimile

Tipo ideal: formulação conceitual idealizada a partir de uma ideia estabelecida previamente, com o intuito de contribuir para uma formulação metodológica de um problema de pesquisa sobre a realidade social.

A compreensão enquanto método

Os fundamentos metodológicos das bases da sociologia compreensiva são ancorados em alguns conceitos importantes para Weber. Já vimos que as tipologias da ação social têm como proposta construir uma compreensão dos sentidos que orientam a ação social.

Ora, o que significa **sentido** para Weber?

Significa a lógica interna de funcionamento da ação, ou seja, compreender o sentido a partir de fatores que impulsionaram a ação trazendo algo completamente próprio dentro dele. A compreensão como categoria analítica pode surgir de diversas

maneiras, mas, em síntese, ela trata de oferecer um entendimento interpretativo dos sentidos, estabelecendo nexos causais entre as relações sociais. A compreensão é dividida em três partes:

1- **Compreensão do sentido histórico.**

2- **Compreensão aproximativa:** que está ligada ao entendimento de uma média padrão de comportamento esperado que está embasada pela conexão entre o cientista ou a cientista e seu objeto de análise

3- **Compreensão do contexto significativo:** que pode ser utilizada para construir a noção de tipo ideal. Por exemplo, dentro de determinado contexto é esperado que determinados modelos de ação ocorram nas relações sociais, os tipos ideais de ação.

O primeiro ponto dessa perspectiva é justamente poder tratar dos desvios da ação esperada e de compreender o porquê desses desvios. Essa noção é importante para entender aquilo que já foi citado anteriormente sobre a relação entre mudança social e persistência. O segundo ponto importante é recordar que a tipologia social é um estágio de formulação de hipótese, ou seja, a interpretação sociológica consiste em estabelecer os nexos de sentidos sobre as ações sociais e o estabelecimento de relações.

A sociologia compreensiva weberiana é, sobretudo, uma sociologia de sentidos e significações da ação, e não exatamente do indivíduo, como costuma ser identificada. De fato, ela traz a atenção da análise sociológica para a ação individual, ao contrário, por exemplo, de Durkheim, que busca estabelecer as regras de seu método sociológico ancorado na perspectiva da influência que as instituições exercem nos indivíduos.

O terceiro ponto a ser considerado é que a sociologia compreensiva não oferece suporte para compreender a intensidade dos sentidos das ações, de modo que ela se ocupa, então, dos resultados efetivos da ação, independente do grau de intensidade. Mesmo assim, **o motivo** também é uma categoria analítica que busca dar sentido ao comportamento. Para Weber, interpretar uma ação concreta observando a casualidade significa

tornar conhecido o motivo que orienta a ação, ou seja, significa considerar que o motivo e o contexto juntos podem ser o caminho para entender o sentido social da ação.

Qual é o sentido de buscar estabelecer as bases de uma sociologia compreensiva a partir do estabelecimento de tipos ideais construídos sob a égide de modelos inexistentes?

Weber estava buscando apresentar formas possíveis de dizer que o comportamento individual era perfeitamente passível de ser compreendido cientificamente, de modo que, para ele, conhecer as possibilidades efetivas de ação tradicional, afetiva, a partir de valores ou de finalidade específica racionalmente orientada, traria a possibilidade de pensar como estabelecer as bases para compreender a formação do Direito na Alemanha. De sua perspectiva, a legislação deve ser racionalmente orientada de modo a organizar a vida cotidiana e as atividades do Estado alemão sem fazer distinções pessoais, aniquilando privilégios naturalmente herdados. Isso faz sentido se olharmos para a construção da Alemanha tardia, que buscava diluir os privilégios aristocráticos tradicionalmente estabelecidos e buscar, por meio do Estado, uma experiência democrática que independesse das vontades individuais, que a administração pública não ficasse a critério de pessoas ou de grupos específicos, mas como uma política de Estado instituída.

A racionalidade aparece por intermédio do ímpeto científico, buscando trazer à tona uma compreensão da realidade social sem julgá-la previamente, para depois estabelecer um problema efetivo a ser resolvido e apontar os possíveis caminhos de resolução e respectivas consequências. Caberia ao âmbito da política reconhecer a validade científica dos argumentos e selecionar o caminho que traria o benefício desejado e esperado com o conhecimento adequado de suas causas e consequências. Com isso, Max Weber propõe o estreitamento de laços entre conhecimento científico, política e administração pública, de forma que o conjunto desses três oferece suporte racionalmente orientado para fazer suas escolhas.

O trabalho realizado por Weber revelou os benefícios democráticos de uma aproximação entre conhecimento científico produzido nas universidades e centros de pesquisa e direcionamentos políticos da administração pública, afinal, como é que se poderia administrar politicamente uma sociedade sem conhecê-la? Utilizando-se a expressão de Gabriel Cohn (2003, p. 124): “Trata-se, portanto, de avaliar empiricamente a eficácia racional da ação”.



Refleta

Você sabia que a sociologia de Weber é constituída como uma das principais contribuições das teorias de organização e administração das sociedades no século XX? A distinção das tipologias da ação teve como efeito a possibilidade de orientar ética e racionalmente os serviços públicos com a finalidade de diluir privilégios aristocráticos de cargos ou benefícios próprios nas instituições.

Até hoje, quando olhamos para as instâncias políticas, somos intuitivamente capazes de perceber quando determinada ação está sendo tomada com uma finalidade clara e racionalmente orientada com base em estudos científicos ou quando está fundamentada em valores e afetividades particulares, que nem sempre condizem com o benefício comum racionalmente orientado, podendo oferecer prejuízos à coletividade da democracia. Você consegue pensar em alguma questão política que deveria ser orientada racionalmente com apoio científico em vez de valores tradicionais?



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a relação entre os tipos ideais weberianos e sua contribuição à administração pública e à democracia, pesquise gratuitamente na base pública de periódicos científicos *SciELO*.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=en>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

Guarde a indicação deste site. Ele é muito importante para as pesquisas bibliográficas ao longo de sua formação acadêmica e também terá relevância depois, em sua vida profissional enquanto sociólogo.

Sem medo de errar

A sociologia de Weber é bastante utilizada no estudo da administração pública e gestão de organização. Assim, imagine o caso de um prefeito hipoteticamente eleito de uma cidade qualquer (lembre-se de que Weber possui publicações sobre sociologia das cidades e, portanto, este não é um exemplo aleatório), o qual deveria orientar a gestão pública a partir de dados científicos que apresentem a realidade social daquela cidade e suas necessidades em múltiplas instâncias, como cultura, saúde, direitos humanos, moradia, habitação, transporte, educação, urbanização, meio ambiente e outros. Desse modo, do ponto de vista da eficácia racional, seria prudente que o prefeito indicasse pessoas qualificadas em suas respectivas áreas de atuação para executar os cargos administrativos.

Para Weber, a qualificação profissional significa a capacidade de atuar a partir do que as ciências humanas podem oferecer para a aplicabilidade de políticas públicas adequadas por meio do conhecimento responsável. Não seria prudente, por exemplo, a nomeação de alguém a partir da afetividade, da proximidade ou do parentesco. Mais prudente e democrático ainda seria a execução de concursos públicos, que deveriam selecionar os candidatos a exercer determinado cargo a partir da aptidão e formação desenvolvida naquele campo. Por exemplo, um advogado ou jurista jamais deveria ocupar o lugar de um médico ou dentista, uma vez que são conhecimentos e formações distintos. Da mesma forma, um policial militar jamais poderia exercer o cargo de professor ou pedagogo, porque ele deveria estar habilitado e treinado para atuar na segurança pública, enquanto o pedagogo deveria possuir o conhecimento necessário para dedicar-se ao ensino e à educação.

No caso, você sendo o cientista responsável por essa pesquisa no instituto, cabe evidenciar as regularidades do tipo de ação em questão, salientando os efeitos e resultados de cada uma delas para que seja tomada a decisão racionalmente orientada por parte do Ministério Público ou da própria prefeitura em questão.

De acordo com a perspectiva weberiana sobre a objetividade do conhecimento das ciências sociais, o objeto de análise deve distanciar-se de seu analista a fim de que a ação racional seja eficaz, excluindo aspectos afetivos ou emocionais. A responsabilidade do cientista seria a de evidenciar os fatos e apresentar as consequências das ações adequadas e inadequadas para auxiliar cientificamente o poder público no cumprimento de seu papel no âmbito jurídico.

Faça valer a pena

1. No livro *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1922), o pensador alemão Max Weber elabora um de seus principais conceitos sociológicos: o de ação social.

A respeito do conceito de ação social designado por Max Weber, assinale a única alternativa verdadeira.

- a) A ação social orienta-se pela relação que permite estabelecer com o comportamento de outros indivíduos.
- b) A ação social é orientada pela ação individual racional dissociada de sentimentos.
- c) A ação social é definida exclusivamente pela objetividade daquele que realiza a ação.
- d) A ação social é considerada enquanto tal quando é orientada por um fato social.
- e) A ação social é uma ação coletiva, realizada por um conjunto de pessoas socialmente organizadas.

2. Com base na noção de "tipo ideal", Max Weber estabeleceu quatro tipos de ação que oferecem suporte ao cientista social na formulação de um problema sociológico.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente os tipos de ação social construídos por Weber:

- a) Ação racional, ação irracional, ação com respeito a fins e ação causal.
- b) Ação temporal, ação histórica, ação com respeito a valores e ação com respeito a meios.
- c) Ação racional com respeito a fins, ação racional com respeito a meios, ação tradicional e ação religiosa.
- d) Ação irracional, ação racional com respeito a meios, ação de caráter afetivo e ação tradicional.
- e) Ação racional com respeito a fins, ação racional com respeito a valores, ação de caráter afetivo e ação tradicional.

3. " _____ é instrumento indispensável, mas intrinsecamente provisório e de vigência limitada na trajetória do empreendimento científico. Indispensável na medida em que, tomado na sua acepção mais pobre a que Weber alude acima, de 'conceito genérico' com forte referência empírica, ele opera como 'porto de emergência até que tenhamos aprendido a nos orientar no formidável oceano de fatos empíricos' (COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 144).

Nesse trecho, o sociólogo Gabriel Cohn apresenta um dos conceitos mais importantes da obra de Max Weber. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito em questão:

- a) Ação coletiva.
- b) Relação social.
- c) Tipo ideal.
- d) Método compreensivo.
- e) Racionalidade.

Seção 2.3

A sociologia compreensiva entre críticas e influências

Diálogo aberto

Proseguindo nosso estudo, uma nova situação-problema se impõe para que você possa refletir e resolvê-la utilizando o conhecimento que você está construindo ao longo do seu estudo sobre a sociologia weberiana.

Relembre que, em nosso contexto inicial, definimos que você é um sociólogo que trabalha em um instituto de pesquisa interdisciplinar. Certo? Dentro desse instituto, imagine, agora, que você começará uma nova pesquisa e um dos coordenadores responsáveis por esse novo projeto questionou o uso que você faz do referencial teórico-metodológico weberiano.

Inicia-se, assim, um debate entre vocês dois. O coordenador usou o argumento de que essa teoria foi formulada há pelo menos um século e, ainda, em outro país, no caso, a Alemanha. Por isso, ele considera essa abordagem desatualizada e descontextualizada e, então, não contribuiria para a reflexão sobre a sociedade brasileira contemporânea. Quais argumentos você mobilizaria para responder a essa provocação? São muitos, não é? Vamos organizá-los?

Não pode faltar

Como vimos nas seções anteriores, os escritos de Max Weber constituem-se a partir da influência da obra do filósofo Immanuel Kant e dos diálogos com seus contemporâneos, como Rickert, Windelband, Nietzsche, Dilthey e Simmel. No campo das ciências humanas, uma das formas de avanço dos debates teóricos é o estabelecimento da crítica, não com o intuito de invalidar por completo o trabalho de um autor, mas de aprofundá-lo e/ou complementá-lo, propondo questionamentos, direcionamentos que buscam inserir sua obra em novos contextos,

promovendo uma atualidade da teoria sociológica. Por isso, nesta seção, conheceremos a crítica que Alfred Schütz dirigiu à obra de Max Weber e o modo como ela contribuiu para o reposicionamento do debate sobre fenomenologia a partir do conceito de ação. Além disso, estudaremos as influências de Weber na sociologia brasileira e também entre pensadores de outros países.

A fenomenologia de Alfred Schütz e a crítica à sociologia compreensiva

Alfred Schütz nasceu em Viena, foi aluno de Max Weber por um breve período, mas sua carreira foi predominantemente desenvolvida no exílio nos Estados Unidos, causado pela ascensão do Nazismo. Desde 1939 até 1959, sendo esta a data de seu falecimento, atuou como docente no departamento de Filosofia da New School for Social Research em Nova York.

Schütz publicou diversas obras ao longo de sua carreira, dentre as mais conhecidas está o livro *A fenomenologia do mundo social* (1932), no qual realiza uma aproximação das bases teóricas propostas por Max Weber e as proposições sobre fenomenologia escritas pelo filósofo Edmund Husserl, que se constitui como uma de suas principais referências teóricas. A conjunção dessas duas proposições de reflexão resultou na sua principal contribuição teórica: o conceito de fenomenologia social.

Schütz, no livro *A fenomenologia do mundo social* (1932), busca reformular a teoria weberiana da ação (MOTTA, 2010). E, para tal, estabelece uma crítica à ideia de que a ação socialmente orientada é exclusivamente pensada a partir da relação de um indivíduo a outro. Esse autor busca refletir sobre uma perspectiva da subjetividade que incorpore a dimensão psicológica da autorreflexão consciente sobre as ações por parte dos indivíduos, realizando, assim, um trabalho de exegese sobre a compreensão do significado da ação social. Vamos entender melhor o que significa isso?



Vocabulário

Exegese é um termo utilizado para indicar interpretação ou análise profunda sobre uma obra. No caso dos estudos de teoria

sociológica e filosofia, esse termo reforça a análise interna de determinada obra. Há múltiplas formas de realizar uma análise teórica de uma obra filosófica; identificaremos aqui três exemplos:

1- Podemos compreendê-la a partir do contexto histórico e político no qual se insere o autor.

2- Podemos compreendê-la a partir dos debates teóricos nos quais o autor está inserido, e, portanto, a obra passa a ser situada por meio dos diálogos com autores de sua época.

3- A obra pode também ser compreendida a partir da análise interna, com a qual buscamos evidenciar as formas de construção do argumento do autor, suas possíveis contradições e explorar filosoficamente a formulação de cada conceito, através de análise das escolhas das palavras e do ordenamento do texto, como se fôssemos desmontar um aparelho eletrônico para entender sua composição interna. Esse é o tipo de análise exegética, que toma o texto por ele mesmo, buscando compreendê-lo através de sua construção interna.

Esses três modelos de análise de texto são complementares entre si, mas nem sempre é possível efetivá-los conjuntamente. Assim, no campo dos estudos da teoria sociológica ou da filosofia, cada investigador pode selecionar e privilegiar os modelos de análise que correspondem ao problema ou questionamento teórico que se está buscando compreender em determinada obra.

De acordo com a leitura que Schütz realiza de Weber, a **forma de compreensão da ação** consiste em conhecer o sentido que a orienta, já **a forma de interpretar a ação** diz respeito à compreensão do motivo. Então, separa-se compreensão e interpretação, de modo que a primeira diz respeito ao sentido, ou seja, à finalidade da ação, e a segunda diz respeito ao motivo que impulsionou a ação.

O primeiro problema encontrado por Schütz diz respeito à impossibilidade de distinguir entre ação individual e ação social. Para Weber, a ação individual não faz parte do objeto da sociologia. Ela é

considerada como uma ação despropositada, que não é orientada a partir de uma relação com um ou mais indivíduos, pode ser irracional, orientada por algum tipo de desvio programático como doenças cognitivas ou mentais que interferem na plenitude da racionalidade tal como Weber a formulou, ou seja, de uma perspectiva idealizada. A ação individual pode ser também uma simples reação a algum tipo de estímulo, como diz o próprio Weber, abrir um guarda-chuva quando começa a chover. O que faz, então, parte do objeto da sociologia weberiana é a ação social, ou seja, aquela que tem sentido socialmente orientado a partir das relações sociais.

Para Schütz é impossível distingui-las porque toda ação, ainda que automática, cotidiana e impensada tem sentido social pelo simples fato de que está inserida naturalmente na sociedade. Isto é, ainda que os indivíduos não tenham clareza sobre o sentido da ação, isso não significa que ele não exista. Então, Weber acaba imputando um padrão de racionalidade reflexiva que não necessariamente corresponde à possibilidade de reflexividade dos indivíduos, ou seja, ele padroniza a dimensão racional da ação.

Considerando que todas as ações possuem algum tipo de sentido, ainda que este sentido não seja de todo conhecido, Schütz questiona a distinção que Weber faz entre ação e comportamento. Para Weber, o comportamento é individual e a ação é social, então, questiona ele, qual é a natureza da ação? A ação não parte de um indivíduo? Para Schütz não faz sentido pensar a ação dividida em duas partes, individual e social.

Schütz propõe a retomada da dimensão psicológica da subjetividade da ação. Weber já havia tomado de empréstimo de Dilthey essa dimensão psicológica, mas havia excluído a cognição como fator relevante de compreensão do sentido social da ação. Schütz, entretanto, busca justamente questionar a ambiguidade que ele reconhece na formulação weberiana, a qual utiliza o significado social da ação para interpretá-la. Então, ele recorre à dimensão da autorreflexividade do indivíduo para efetivar a sua segunda crítica a Weber. Esta, por sua vez, pauta a impossibilidade de estabelecer uma consciência racional para todas as ações porque as relações sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros trazem perspectivas diferentes sobre o entendimento que cada um possui da situação.

Utilizando recursos argumentativos da lógica presente no filósofo Husserl, Schütz coloca em questão justamente a ideia de compreensão entre o eu e o outro. Por exemplo, se considerarmos que a ação é impulsionada por uma série de categorias como a relação com o passado, com a vivência, com as expectativas e necessidades emocionais e com o contexto, assume-se que a consciência integral sobre toda essa dimensão subjetiva que nos faz agir como agimos deveria estar plenamente decodificada no plano objetivo das pessoas. Mas isso não acontece. Aliás, a psicoterapia busca realizar exatamente esse movimento, trazer à tona o significado das ações das pessoas. Então, existe uma diferença entre o que eu quero fazer, e o que consigo efetivamente fazer, essa diferença é o deslocamento prático. Depois existe uma outra diferença entre o que busco comunicar, o que penso que estou comunicando e o que de fato comuniquei.

Se considerarmos as relações sociais, essa distância amplia ainda mais. Por exemplo, existe a diferença da ação que desejo executar, a ação que penso estar executando e a ação que penso que executei. Depois temos o que penso que o outro indivíduo compreendeu da ação que executei com relação a ele, o que ele de fato compreendeu e o que ele deveria ter compreendido de acordo com as minhas expectativas. Logo, nota-se que a ação assume múltiplos sentidos e significados de acordo com cada indivíduo.

Assim, Schütz afirma que quando se vai a fundo nos sentidos e significados da ação social, a dimensão da intersubjetividade é muito importante e deve ser considerada como relevante na análise sociológica. Da perspectiva fenomenológica, não existe outro, mas uma ideia de outro que criamos a partir de tudo aquilo que compõe a nossa existência física, biológica, psicológica, biográfica, histórica e cultural. Nada pode garantir o cumprimento das etapas entre o desejo de expressar determinada coisa através de uma ação, da ação em si e o entendimento dessa ação pelo outro na forma como almejo que ele entenda. Mesmo que Weber coloque a questão da ação como um tipo ideal da ação, que existe somente no plano das ideias para contribuir com a formulação de um problema sociológico, na prática, de acordo com a crítica de Schütz, o conceito de ação social de Weber perde seu propósito quando desconsidera as relações intersubjetivas.

Schütz aponta também a importância da dimensão da expressão

da ação por meio do corpo, que performatiza uma ação e que deve ser igualmente considerado, e da música como outra forma de expressão. E isso seria mais uma evidência da crítica da separação da ação individual e da social, porque, para ele, os atos naturais da vida cotidiana também são atos objetivamente orientados em relação ao mundo social e, por isso, também possuem sentido social, ainda que não os conheçamos explicitamente. Assim, ele critica o conceito de ação social significativa na forma como foi formulado por Weber, afirmando que toda ação é significativa e propõe, como caminho para uma fenomenologia do mundo social, evidenciar as estruturas que são significativas para o mundo da vida e também as regularidades correspondentes que perspectivam ações motivadas por essas estruturas.

Com essa crítica, podemos inferir que a contribuição de Alfred Schütz à teoria weberiana coloca a dimensão do cotidiano e a dimensão reflexiva da consciência como questões a serem incorporadas pela sociologia de sua época, unificando as categorias da ação.

A interpretação como categoria analítica da sociologia compreensiva

Existe diferença entre sociologia interpretativa e sociologia compreensiva? Sim!

A sociologia compreensiva de Weber trabalha com a interpretação como parte de procedimento analítico de compreensão da ação, diferentemente de Alfred Schütz, que utiliza a interpretação como parte do que ele chama de fundamentos da teoria da compreensão intersubjetiva, segundo a qual o papel da interpretação está inserido no reconhecimento das sobreposições de sentido na natureza das relações. Isto é, a interpretação atua no processo de composição de análise que envolve percepções do alter ego, construção da consciência individual e sentidos que expressam ação no campo da comunicação intersubjetiva. Mas, para Max Weber, a dimensão da interpretação possui outro papel, como veremos a seguir.

Vimos anteriormente que o método sociológico weberiano transcorre por alguns procedimentos, focados sobretudo na construção do processo de conhecimento. Vários elementos fazem

parte desse processo, tais como: o interesse do pesquisador ou da pesquisadora em determinados problemas; a construção prévia do problema na mente do pesquisador, que faz uso do tipo ideal para pensar a construção ideal de funcionamento de determinada estrutura ou ação, como se fosse a exageração propositada de determinada característica a ser examinada; a desconstrução do tipo ideal, que ocorre sob um olhar mais aprofundado do cientista e suscita questionamentos que permitem a formulação do problema sociológico; a formulação do problema sociológico, que diz respeito à construção do objeto; e os resultados analíticos tratando de compreender a razão de ser das coisas e evidenciar as regularidades da ação.

Esse último ponto nos interessa particularmente. A perspectiva de uma sociologia compreensiva no modo como foi formulado por Max Weber busca elementos que nos oferecem possibilidades de compreensão da realidade social, sem imputar julgamentos. Isso implica uma coisa muito importante: o trabalho desempenhado por Weber busca efetuar uma crítica da própria sociologia, das formas de conhecimento dessa realidade social, e não criticar a realidade daquela. Desse modo, ele faz uma crítica do conhecimento (herança da escola neokantiana), que destaca o problema sociológico como efeito das formulações de seu método. É o método sociológico que deve ser pensado de forma a corresponder com a realidade social, e não o inverso. É o pesquisador que deve encontrar ferramentas para compreender essa realidade, e não fazer com que a realidade se encaixe em seu método sociológico ou nas ideias que possui em sua mente.

Isso é muito importante porque tem uma dimensão nos procedimentos que nomeamos acima, que é a da interpretação. Como ela se aplica ao caso de Weber? Vimos acima que a forma de compreensão da ação social consiste em conhecer o sentido que a orienta, e a forma de interpretar a ação diz respeito à compreensão do motivo. Então, compreensão e interpretação são momentos distintos do mesmo processo sociológico. Os sentidos que orientam a ação foram definidos por Weber da seguinte maneira: ação racional com respeito a fins, ação racional com respeito a valores, ação afetiva e ação tradicional. Neste caso, a interpretação significa conhecer os motivos que levam o indivíduo a efetuar determinada ação.



Vejam os um exemplo sobre essa ideia de compreensão e interpretação em Weber. Pense no caso de uma pessoa que não atravessa a calçada por baixo de uma escada.

Essa pode ser considerada uma ação tradicional, considerando que a pessoa tem o costume ou hábito de não passar debaixo de escadas. Sobre a interpretação do sentido que orienta essa ação, podemos assumir que **uma das razões possíveis** é de que a pessoa seria supersticiosa. No entanto, essa seria uma das razões possíveis, ou seja, poderia haver outras razões que desconhecemos. A superstição seria um exemplo de caso de razão tipicamente ideal, isto é, no geral, o indivíduo que tem receio de passar embaixo de escadas é, via de regra, supersticioso, porque há um conhecimento popular disseminado em determinada cultura que indica que passar embaixo da escada pode significar que a pessoa terá azar ou má sorte.

Essa possibilidade de interpretação pode indicar:

- 1 - Que a superstição é uma categoria que influencia as formas de organização social e sociabilidade em determinada sociedade.
- 2 - Que há um sistema de crenças coletivas, a superstição, que possui uma origem histórica passível de ser sociologicamente investigada.

Existe, no entanto, outra forma de pensar essa mesma orientação da razão: assumir que o indivíduo observou os parâmetros básicos de segurança na forma como a escada estava posicionada, e que havia uma pessoa na escada a qual não fazia uso de equipamento de segurança adequado e que, portanto, estava sujeita a uma queda e, então, optou por não atravessá-la. Desse modo, sua ação foi racionalmente orientada com uma finalidade específica: a de proteger-se.

O fato é que, apesar das possibilidades de interpretação, não sabemos exatamente o que motivou a ação. Da perspectiva weberiana, deveríamos interrogar o indivíduo sobre a razão pela qual ele decidiu não passar embaixo da escada e, assim, interpretar analiticamente as expressões de sua resposta.

Por que interpretar? Porque há muitas formas de expressar uma resposta, pode ser por comunicação oral, através de palavras, pode ser que ela seja indicada corporalmente, pode ser que ele expresse verbalmente que temia por sua segurança e, no entanto, execute um gesto que indique também uma superstição. Nesse caso, poderíamos buscar entender que os dois motivos operam conjuntamente, ou ainda considerar a hipótese de que há um receio de afirmar objetivamente que há um impulso supersticioso na ação, por exemplo, o que poderia indicar, nesse caso, que socialmente, por mais que as pessoas sejam supersticiosas, elas têm receio de assumir objetivamente essa condição.

Há muitas possibilidades efetivas sobre o campo da interpretação do motivo da ação social, cabendo ao cientista realizar o trabalho de campo de maneira que corresponda à obtenção das respostas do problema construído. Veja como Max Weber configura o papel da interpretação na análise sociológica:



Assimile

Toda interpretação de uma ação desse tipo, racionalmente orientada por um fim, possui – quanto à compreensão dos meios empregados – um grau máximo de evidência. Com menor grau de evidência, mas suficiente para nossas exigências de explicação, compreendemos também aqueles “erros” (inclusive enredamento de problemas) nos quais poderíamos incorrer ou de cuja formação podemos ter a experiência intuitiva. Ao contrário, muitas vezes não conseguimos compreender, com plena evidência, alguns dos “fins” últimos e “valores” pelos quais podem orientar-se, segundo a experiência, as ações de uma pessoa; eventualmente conseguimos apreendê-los intelectualmente, mas, por outro lado, quanto mais divergem de nossos próprios valores últimos, tanto mais dificuldade encontramos em torná-los compreensíveis por uma *revivência* mediante a imaginação intuitiva. Nessas condições, temos de contentar-nos, conforme o caso, com sua interpretação exclusivamente *intelectual*, ou, eventualmente, quando até esta tentativa falha, aceitá-los simplesmente como dados. Trata-se, neste caso, de tornar inteligível para nós o desenrolar da ação por eles motivada, a partir de seus pontos de orientação interpretados intelectualmente na medida do possível, ou intuitivamente revividos, na maior aproximação possível (WEBER, 1994, p. 4).

Uma das conclusões mais importantes sobre o debate da interpretação na obra de Weber é de que ele abre um caminho para a atualidade da crítica ao universalismo na sociologia contemporânea. O que, no entanto, significa crítica ao universalismo?

Compreender uma ação significa, na prática, de acordo com Weber, evidenciar suas regularidades. Então, temos uma ação social em curso, identificamos essa ação, evidenciamos o seu tipo e conhecemos os seus motivos através da interpretação, certo? A questão é que o grau de compreensão dessa ação advém do fato de que se possa reconhecê-la. E este reconhecimento da ação pressupõe, então, um conhecimento anterior sobre ela. E como isso acontece? Por meio da experiência. Para que se tenha capacidade de reconhecer uma ação e evidenciá-la, é necessário que ao menos se saiba identificá-la, isto é, que haja uma experiência prévia com relação à ação em questão. Essa experiência prévia, por sua vez, Weber chama de valores compartilhados. Você se lembra de que em seções anteriores estudamos a importância do interesse para Weber? Pois então, o interesse advém de valores compartilhados.

E por que isso é relevante para a sociologia? Reconhecer que o limite da compreensão da ação sociológica reside na experiência e nos valores compartilhados significa abrir um caminho para reflexão sobre alteridade. Há um limite de possibilidade de apreensão sobre determinado objeto sociológico ou determinada realidade social; esse limite reside no espaço, no tempo e na biografia do próprio cientista. Então, para que se possa aprofundar as análises sociológicas e o conhecimento sobre determinadas questões e temas, é necessário que se ampliem e diversifiquem cada vez mais os próprios pesquisadores e centros de pesquisa. Quanto maior for a diversidade de experiências por trás da análise sociológica, maior será a possibilidade de diversidade nas questões e reflexões a serem levantadas no espaço de discussões. Isso significa que cada cientista só pode investigar sociologicamente um tema ou uma realidade específica da qual ele compartilha valores?

Não! Os valores compartilhados de que trata Weber representam, em outras palavras, a sua inserção cultural em determinado ambiente. Ou seja, cultura para ele é o conjunto de valores socialmente compartilhados, de modo que podemos

concluir que na obra de Weber o debate sobre interpretação apresenta um indicativo da necessidade de que se *reconheçam os limites analíticos de cada investigação*, ou seja, que se reconheça a impossibilidade de apreensão de seu todo universal. E o limite é dado, em parte, pela própria experiência de vida do pesquisador e pesquisadora em questão. Cada sociedade possui um desenvolvimento próprio de sua cultura e de seus valores, embora haja um universo comum de conhecimento, ou seja, ainda que as pessoas consigam estabelecer uma comunicação comum, os valores e a cultura variam, não sendo universalmente compartilhados.



Pesquise mais

Como desdobramento dessa discussão teórica, a atualidade da crítica sobre a universalidade da experiência e da crítica do conhecimento é problematizada na sociologia contemporânea através de uma corrente de pensamento chamada de **teorias pós-coloniais**, as quais, ao longo do século XX e XXI, vêm desenvolvendo a crítica da homogeneidade da experiência predominante nas ciências sociais contemporâneas.

Pesquise, então, sobre essas teorias pós-coloniais. Você pode começar a busca pelo que foi publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Segue o link com os diferentes números da revista para você pesquisar:

Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/acervo/periodicos/rbcs>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Max Weber e a influência na sociologia brasileira

Somente após 70 anos de sua data de publicação original, o livro *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1922) foi traduzido ao português e lançado no Brasil. No entanto, a versão mexicana da tradução de Weber para a língua espanhola, datada de 1944, possibilitou a circulação das obras do autor no Brasil nos anos 1940. Assim, as obras de Max Weber influenciaram diversos debates no pensamento social brasileiro.

Para conhecer um pouco mais sobre a recepção de sua obra na sociologia brasileira, vamos conhecer o trabalho desenvolvido por dois pesquisadores especialistas no tema. Fernando Correia Dias (1974), que escreveu um importante artigo sobre a primeira fase da recepção de Weber no Brasil, e a socióloga Glaucia Villas Bôas, que, realizando uma recuperação do artigo escrito por Fernando Dias na década de 1970, incluiu novos autores e seus respectivos debates.

Fernando Correia Dias (1974), professor da Universidade de Brasília, realizou um estudo sobre a influência de Weber na sociologia brasileira no final da década de 1970. Seu artigo aponta que o perfil das pesquisas das ciências humanas, na época em que a obra de Max Weber passou a ser conhecida no Brasil, tinha como característica a inclinação de estudos sobre o desenvolvimento das ciências sociais no país e estudos sobre desenvolvimentismo, industrialização e os discursos políticos sobre o processo de modernização pelo qual passava o país. Diversos intelectuais se apropriaram de distintas formas da obra de Max Weber para pensar o desenvolvimento de uma sociologia brasileira, como Alberto Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, L. A. Costa Pinto, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Roger Bastide, Raymundo Faoro e Luiz Pereira.

A recepção de Max Weber pela sociologia brasileira está bastante conectada com o contexto histórico vivido pelo Brasil e também pelo contexto dos debates sociológicos em voga no período entre os anos 1950-1980, que é o recorte temporal proposto por Glaucia Villas Bôas (2014).

No período estudado por Glaucia Villas Bôas, o Brasil passava por um processo de industrialização com a instalação das fábricas e indústrias internacionais de grande porte, além da migração das populações rurais para as cidades, o que resultou na expansão dos grandes centros urbanos. Esse momento foi marcado por discursos sobre a ideia de modernizar o Brasil. O que significa isso? Significa que muitos intelectuais compreendiam que havia um descompasso de organização, projetos e desenvolvimento social e econômico entre o Brasil e os grandes centros europeus. Esses estudos se baseavam em taxas de escolaridade, expectativa de vida, emprego e qualidade de vida em geral. Assim, desenvolveu-se

o argumento de que o Brasil teria uma condição de “atraso”, e que, portanto, deveria buscar estabelecer projetos nacionais modernos. Dentre esses projetos, destacamos o desenvolvimento das instituições públicas e criação de universidades para impulsionar o desenvolvimento de uma ciência própria; a criação de leis trabalhistas que deveriam garantir direitos e boas condições de trabalho à classe trabalhadora; o desenvolvimento de estradas e obras de saneamento básico; a promoção da educação básica através da expansão da rede pública de ensino. Tudo isso estava relacionado à ideia de fortalecimento do Estado. E como isso se relaciona com a obra de Max Weber?

Max Weber realizou suas pesquisas empíricas inicialmente nas comunidades rurais da fronteira alemã com a Polônia. Nesse mesmo período, a Alemanha passava por seu processo de unificação nacional em torno do Estado – assim como no Brasil, também considerado tardio. A passagem de um cenário predominante rural para a urbanização, o fortalecimento das instituições públicas que garantem o exercício democrático de forma impessoal e o desenvolvimento da indústria também marcaram o cenário do período de industrialização e modernização na Alemanha.

Nesse período, Max Weber, cuja biografia já conhecemos, participou ativamente da política e dos debates sobre os modelos econômicos a serem implementados no Estado alemão pós-Primeira Guerra Mundial. Weber participou também dos debates em torno da constituição de República de Weimar, responsável pelo desenvolvimento do parlamentarismo alemão, e que foi diluída posteriormente com a ascensão do nazismo e com a eleição de Hitler em 1933.

Guardadas as devidas proporções (e considerando que entre 1914-1918 a Alemanha participava da Primeira Guerra Mundial), o contexto histórico que marca a produção de Max Weber é similar ao contexto em que sua obra fora recebida no Brasil. Assim, de certa maneira, a discussão em torno de sua obra era uma síntese das discussões sobre um projeto moderno brasileiro, marcado pela industrialização e desenvolvimentismo de caráter nacionalista.

Esse projeto político buscava estabelecer parâmetros racionais de organização e regularização das atividades do Estado.

Isso implicava também que a ocupação de cargos políticos e a administração pública deveriam estar a cargo de pessoas qualificadas para exercer as atividades correspondentes, ou seja, pessoas que estudaram e possuíam conhecimento técnico sobre determinados assuntos. Esse processo deveria marcar o fim da aristocracia rural no país e o rompimento com laços patriarcais na política nacional, segundo os quais os direitos políticos eram exercidos por influência de algumas famílias, cargos ocupados por parentes ou amigos que legislavam em causa própria. O projeto de tornar a máquina estatal individualizada e burocratizada por meio da exigência de processos públicos de contratação de funcionários promoveria o aspecto democrático na administração pública na consolidação do Estado brasileiro.

Mais recentemente, da década de 1980 em diante, outros intelectuais importantes da sociologia brasileira contemporânea também se dedicaram a pensar a obra desse autor, alguns deles são: Glaucia Villas Bôas, Jessé Souza, Carlos Eduardo Sell, Antônio Flávio Pierucci, Josué Pereira da Silva, Leopoldo G. P. Waizbort e Gabriel Cohn.

Gabriel Cohn é atualmente um dos sociólogos mais importantes do Brasil na referência a estudos sobre Max Weber. Sua preocupação com o desenvolvimento e institucionalização das ciências sociais no Brasil, que aparece em vários de seus artigos, revela suas reflexões sobre as relações entre ciência, política, conhecimento e universidade no Brasil (PANIZ, 2016), muito similar às preocupações de Weber sobre a situação do conhecimento e da orientação política na Alemanha.

Além disso, ao longo de sua trajetória acadêmica, Gabriel Cohn passou a dedicar-se diretamente aos estudos da obra de Weber, cujos resultados estão publicados no livro *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social* (1979), entre outros. Cohn é o responsável pela tradução do texto de Weber denominado *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (2006) e também pela revisão técnica do livro *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (1994).

O projeto de modernização e reorganização das estruturas públicas teve como uma de suas principais características a

valorização do conhecimento científico e o engajamento de intelectuais na política e na vida pública – reflexões centrais na obra de Max Weber.

A atualidade desse debate está no centro da atual questão sobre a educação no Brasil. Se, por um lado, o desenvolvimento da ciência e a defesa da ocupação de cargos públicos por pessoas qualificadas do ponto de vista educacional poderiam trazer benefícios à condução da política nacional, promovendo tanto o afastamento de padrões de relações de caráter patrimonialistas, clientelistas e patriarcalistas, quanto o debate sobre teorias das organizações e condução eficaz da administração das contas públicas; por outro lado, podemos perceber que o acesso ao ensino superior de qualidade era restrito a uma parcela muito específica da população, salvo exceções, herdeiros da antiga aristocracia rural brasileira. Então, o país manteve sua tradição de ser conduzido por pessoas pertencentes a uma classe social dominante; ao mesmo tempo em que as populações rurais, negras e indígenas continuavam marginalizadas em muitos aspectos da vida pública, das políticas sociais, política educacional, de habitação, saúde, territorial e laboral.



Refleta

Considerando os debates promovidos pela recepção de Max Weber no Brasil, você acha que faz sentido pensar nessas questões atualmente? Como se configura a relação entre conhecimento e sociedade no Brasil hoje?

Os herdeiros de Weber no mundo

O legado de Max Weber influenciou diversos intelectuais ao redor do mundo. Seu livro *Economia e sociedade* (1922) foi considerado pela Associação Internacional de Sociologia reunida no congresso mundial de sociologia (realizado em Montreal no ano de 1998) a obra sociológica mais influente do século XX. Na mesma lista, seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905) foi considerado o 4º livro mais influente do século XX.

O trabalho de Weber é referenciado como um dos clássicos da sociologia porque seu legado teórico funda as bases da teoria sociológica moderna, reposiciona a relação entre historiografia, sociologia e economia e abre caminhos para reflexões sobre a dimensão religiosa das sociedades modernas estar vinculada às estruturas e formas de organização da sociedade. Esse movimento permitiu a ampliação do debate de classes para outras esferas da vida social, como a compreensão das diferentes perspectivas sobre estratificação social. O legado de Weber tornou-se um dos pilares das discussões sobre teorias da organização e administração pública. A partir de seus escritos sobre dominação e burocracia redefiniu a dimensão e a importância do direito no campo da sociologia, tendo como pano de fundo a discussão sobre o projeto de modernidade que se buscava para a Europa e que repercutiu na formulação de uma agenda sociológica global de discussão sobre racionalidade e razão para o século XX.

De acordo com o sociólogo Carlos Eduardo Sell (2014), a atualidade do legado weberiano na sociologia possui diversos desdobramentos que podem ser compreendidos de maneira ampla a partir de dois caminhos principais:

1 - Pela busca de uma atualidade metodológica presente nos escritos do autor, ou seja, como pensar a relevância da obra de Weber para a compreensão do estado atual da sociedade no século XXI, praticamente um século depois da publicação de seus livros.

2 - Pensando sobre a contribuição de Weber da perspectiva da atual condição da modernidade, sobre as mudanças significativas da história que permitem uma renovação da leitura da obra do autor e do que permanece como relevante dos debates projetados por Weber em sua época.

Esses dois pontos se entrelaçam em diversos aspectos, por exemplo, a respeito da atualidade metodológica, uma das principais vias de discussão sobre teoria sociológica clássica reside no debate sobre o teórico e o empírico, isto é, sobre como estabelecer uma consonância na relação entre realidade social e formulação teórica. Da mesma forma aparece a questão sobre a relação entre pensar o indivíduo e pensar a estrutura social ou, ainda, sistemas

e mundo da vida, que aparece em Alfred Schütz e Habermas. A nosso ver, entendemos que sua contribuição reside justamente nas tentativas de integridade entre essas dualidades, estabelecidas a partir da aproximação entre o macro e o micro. Por meio delas temos um olhar privilegiado sobre o indivíduo, mas ao mesmo tempo centrado na ação social – ou seja, aquela que é orientada em relação a outro indivíduo – e que nos permite trazer à tona a reflexão sobre os sentidos das relações sociais na forma como se estabelecem. Esse mesmo caminho busca inserir as relações sociais dentro de um contexto histórico maior, que vai permitindo a passagem de uma análise microssociológica para uma análise macrossociológica, mas que ao mesmo tempo não é nem uma e nem outra, ou seja, é a integridade conjunta das relações.

Muitos intelectuais de diferentes países tiveram influência do legado weberiano, dentre os quais alguns dos mais notáveis e reconhecidos são Talcott Parsons, Karl Mannheim, Anthony Giddens, Charles Wright Mills, Jürgen Habermas, György Lukács e Wolfgang Schluchter.

Nos Estados Unidos, Talcott Parsons e Charles Wright Mills, cujas principais obras foram publicadas entre os anos 1950-1970, se encarregaram de traduzir os escritos de Weber para a língua inglesa, organizaram suas publicações nos Estados Unidos e desenvolveram estudos sobre teorias dos sistemas e das organizações sociais, conhecidas como teorias estruturalistas e teorias funcionalistas.

O sociólogo britânico Anthony Giddens, por sua parte, tem como mote principal de sua obra a integridade entre instâncias microssociológicas e macrossociológicas, argumento que ele desenvolve a partir da transposição do debate sobre o papel do agente e o papel da estrutura para a composição do conjunto da organização social.

E, por fim, uma das principais referências de casos de influência weberiana e produção de ideias contemporâneas inspiradas nos desdobramentos de suas teorias é representada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. A relação entre conhecimento e interesse, o debate sobre o reconhecimento do valor como forma de verdade produzida, a objetividade do conhecimento

e a impossibilidade de neutralidade como raiz metodológica do caráter científico, a expressão da linguística no campo das teorias de ação e a perspectiva de uma racionalidade projetada para uma modernidade alemã integram os escritos mais conhecidos do autor.

Sem medo de errar

Vamos retomar a provocação realizada no início desta seção? Lembre-se de que você tem que argumentar contra a ideia de que o referencial teórico-metodológico de Weber estava desatualizado e descontextualizado para se analisar a sociedade brasileira hoje.

Diversos caminhos de argumentação são possíveis. Indicaremos um deles, muito baseado no que foi discutido até aqui. O fato de que Max Weber escreveu sua obra na passagem do século XIX para o século XX não significa que ela não possa responder de forma relevante a questões contemporâneas. Para pensar sobre isso, colocamos uma pergunta: como um autor se torna um clássico?

Um clássico se torna um clássico, dentre outras coisas, pelos questionamentos em relação a diversos temas que ele permite formular e não exclusivamente pelas respostas que ele proporcionou em sua época. Vejamos alguns exemplos do caso de Weber.

Existe uma importante diferença entre duas possibilidades de compreensão de uma obra teórica: o diagnóstico de época e a reflexão ampla sobre sua atribuição histórica. A respeito do diagnóstico de época, Weber trouxe a dimensão da individualidade para o plano analítico da sociologia através da formulação das categorias de ação. Sem esse avanço, dificilmente poderíamos discutir o que se conhece hoje por pesquisas sobre formação da opinião pública. Com essas reflexões chegamos ao sentido histórico sobre o diagnóstico de época, que é o tratamento da reflexão teórica. No caso, Weber tratou de forma mais ampla dos pilares do desenvolvimento da organização moderna da sociedade, como o direito, as cidades e a dimensão religiosa, o que nos possibilita, por exemplo, estabelecer conexões extremamente relevantes para questões atuais.

Outro tema muito influenciado pela análise weberiana se refere ao caráter burocrático e racional do desenvolvimento da modernidade europeia. Isso foi investigado, questionado e explorado por diversos intelectuais ao longo do século XX. Por fim, citamos a passagem da condição majoritariamente rural da Alemanha de Weber para a formação dos centros urbanos enquanto um retrato histórico do processo de industrialização, o qual pode ser lido, interpretado e analisado como influência e inspiração teórica por sociólogos de diversos países que passaram por processos semelhantes.

Weber diria ainda que não existe um método sociológico definido a ser acolhido ou rejeitado pura e simplesmente. O método é uma construção que pode variar de acordo com o interesse, os valores e o sentido que se busca apreender de determinada investigação a partir da seleção de cada objeto especificamente. Isso nos mostra como, apesar de a contribuição de Weber ser globalmente reconhecida, ele mesmo em certa medida questiona e problematiza o universalismo da experiência a partir da crítica do conhecimento.

Faça valer a pena

1. “Se compreendo, como diz Weber, certas expressões faciais interjeições verbais e movimentos irracionais como uma explosão de raiva, essa própria compreensão pode ser interpretada de vários modos diferentes. Pode não querer dizer, por exemplo, nada além de autoelucidação, ou seja, a minha ordenação e classificação das minhas próprias experiências do seu corpo. É somente quando desempenho um outro Ato de atenção, envolvendo-me intimamente com você, vendo as *suas* experiências subjetivas como fluindo simultaneamente como *minhas* experiências de você, que realmente ou 'aprendo' a *sua* raiva. Esse voltar-se para a compreensão genuína da outra pessoa só me é possível porque já tive experiências semelhantes à sua, mesmo se apenas em fantasia, ou se já deparei com ela em manifestações externas” (SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Textos escolhidos de Alfred Schütz, (Org. Helmuth Wagnier). Zahar: Rio de Janeiro, 1979, p. 92).

No trecho citado acima, Alfred Schütz formula parte de uma crítica, importante a respeito das categorias de compreensão da ação contidas na obra de Max Weber. A respeito dessa crítica assinala a opção verdadeira.

a) Na crítica que Schütz dirige a Weber, o plano considerado irracional e a ação considerada individual também deveriam ser considerada como ação social, já que toda ação pode envolver a dimensão do outro, mesmo que não seja possível interpretá-la.

b) Na crítica que Schütz dirige a Weber, a ação social pode ser considerada racional, enquanto que a ação individual é considerada irracional porque diz respeito ao inconsciente.

c) Na crítica que Schütz dirige a Weber, a compreensão da ação reside na capacidade do indivíduo em demonstrar vontade e intenção de cada ação, e não do pesquisador.

d) Na crítica que Schütz dirige a Weber, as tipologias da ação não deveriam existir, pois existem múltiplas experiências dos indivíduos, não sendo possível defini-las em apenas 4 tipos.

e) Na crítica que Schütz dirige a Weber, as tipologias da ação deveriam ser racionalmente ampliadas para pelo menos 20 tipos, de acordo com as experiências cotidianas da vida social.

2. Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu *sentido* visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento dos *outros*, orientando-se por este em seu curso (WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1994, p. 3).

No excerto acima, Max Weber estabelece definições sobre o que ele entende por sociologia e como ele distingue o conceito de ação e o conceito de ação social. A respeito dos conceitos de compreensão e interpretação, assinale a alternativa correta:

a) A compreensão incide sobre o sentido social da ação e a interpretação incide sobre a subjetividade cognitiva.

b) A compreensão diz respeito ao método sociológico como um todo, enquanto a interpretação diz respeito à neutralidade axiológica da ação.

c) A compreensão diz respeito ao caráter irracional presente na realidade social, e a interpretação diz respeito aos modos de entendimento dos níveis de racionalidade ou irracionalidade das ações.

d) A compreensão diz respeito ao sentido social da ação e a interpretação diz respeito ao motivo que orienta a ação e, portanto, possui caráter subjetivo.

e) A compreensão diz respeito a um estágio inicial da realidade social, enquanto a interpretação diz respeito às formas de entendimento da formulação da questão sociológica por parte do cientista.

3. Max Weber é considerado um dos principais clássicos da sociologia moderna. A respeito de seu legado, podemos sintetizar sua contribuição a partir de determinados conceitos elementares:

Assinale a alternativa que corresponde a conceitos presentes nos fundamentos sociológicos desenvolvidos de Max Weber:

a) Ação social – Representatividade – Racionalidade – Burocracia – Dominação.

b) Ação social – Psicanálise – Utopia – Objetividade – Racionalidade.

c) Ação social – Tipo Ideal – Corporativismo – Objetividade – Cotidiano.

d) Ação social – Tipo Ideal – Objetividade – Temporalidade – Burocracia.

e) Ação social – Tipo Ideal – Objetividade – Racionalidade – Burocracia.

Referências

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. Dilthey – Conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito. **Revista Trans/Form/Ação**, v. 27, n. 2, Marília, 2004.

COHN, Gabriel. **Coleção grandes cientistas sociais** – Max Weber. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

_____. Max Weber: Muito além do Estado alemão. In: BADER, Wolfgang; ALMEIDA, Jorge de. (Orgs.) **O pensamento alemão no século XX**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DIAS, Fernando Correia. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 47-62, jul./ago. 1974.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

_____. **Teoria do agir comunicativo** – racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOTTA, Rosana Debora. La constitución temporal de la acción significativa: reconstrucción de la crítica de Schütz a Weber en torno a la génesis del sentido de la acción. **Revista de filosofia a parte rei**, Espanha, n. 71, setembro 2010.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social** – um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. V. II: Weber. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PANIZ, Flávia. **Gabriel Cohn e o sentido de pensar teoria "entre nós"**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SCHÜTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world**. Northwestern University Press: Illinois, USA. (1967), [1932].

_____. **Fenomenologia e relações sociais**. Textos escolhidos de Alfred Schütz (Org. Helmuth Wagner). Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 92.

SELL, Carlos Eduardo. Weber no século XXI. Desafios e dilemas de um paradigma weberiano. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, p. 35-71.

VILLAS-BÔAS, Gláucia. A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, 2014, p. 5-33.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Ciência e política** – duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1985.

_____. **Economia e sociedade** – fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1994.

_____. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2011, [1938].

Comportamento religioso, ética e economia

Convite ao estudo

Vamos fazer um breve passeio pelo mundo das artes europeias? “Mas o que a arte tem a ver com sociologia?”, talvez você pense, “será que peguei o livro errado?”. Não, ninguém se enganou: estamos mesmo trabalhando com a Sociologia Compreensiva! Nas aulas anteriores já conversamos um pouco sobre Weber, a Alemanha do seu tempo, a relação com o conhecimento... Agora convidamos você para sentir um pouco do contexto em que sua sociologia compreensiva foi constituída. Isso ajudará você a pensar o objeto e as questões desse sociólogo alemão!

Princípios da cristandade ditavam o modo de vida da Europa medieval (século V a XV). As artes são um belo lugar em que podemos vê-los claramente, por exemplo, em uma das obras de Giotto di Bondone, famoso pintor italiano: *Ognissanti Madonna* [ver Figura 3.1 à frente]. A pintura mostra a olhos nus a influência (determinação?) cristã da época. Não nos cabe analisar o quadro, mas vale a pena olharmos um pouco como os corpos são representados: não podem ser tocados fisicamente (note as vestes), devem ser tocados espiritualmente (veja as cabeças iluminadas pelo louvor a Deus). As expressões são calmas, contemplativas, as bocas são pequenas, fechadas e os lábios são finos, a posição de cada um é fixa. Não há movimento: a figura é estável e nada propensa a mudanças. Bem típico da época!

O século XIX já não é assim: é um momento histórico agitado por mudanças que transformam em anos estruturas que se mantiveram por séculos! À força de um mundo que se abria movido a vapor (Revolução Industrial) e por ideias libertárias (Revolução Francesa), a hegemonia católica ruiu. A religião cristã

não determina mais um jeito único, fixo e imutável de viver o mundo!

Os artistas são sensíveis ao mundo que os cerca, razão pela qual as obras que ficam famosas são um bom modo de acessarmos imaginários da época em que foram produzidas. Nenhuma das características de um quadro de Giotto apareceria, por exemplo, em quadros de Picasso, Renoir, Van Gogh: cada um desses artistas modernos imprime em suas pinceladas cores, formas e gestos que permitem ver outras (e novas!) dimensões da vida.

Isso pode ser visto, por exemplo, na obra *Terraço do Café à Noite* (Figura 3.1), de Van Gogh.

Não deve ser novidade para você que a preocupação com a origem da vida e com as relações sociais é bem antiga, mas a sociologia é bem mais jovem. Ora, como já deve ter desconfiado, a ruptura com o antigo sistema também produz transformações no modo como nos relacionamos com o conhecimento!

Nesta unidade vamos tratar dessa nova relação com o conhecimento, que assume na Sociologia uma de suas formas; e em Max Weber, uma de suas vertentes. Nosso foco é o modo como o pensador trilhou o mundo das ideias e produziu explicações sobre questões sociais que nos afetam. Na Seção 3.1 vamos conversar sobre sua Sociologia da religião: a relação entre Sociologia e religião, o conceito de divino, a influência do comportamento religioso sobre a ética e a economia e o protestantismo e o capitalismo. Em seguida (Seção 3.2), abordaremos os grandes sistemas religiosos e a ética econômica: confucionismo e taoísmo, hinduísmo, budismo e judaísmo. Por fim, a Seção 3.3 é voltada para o livro mais famoso de Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Enquanto abordamos esses pontos, acompanharemos o percurso de Judite, uma estudante do curso de Ciências Sociais inquieta e curiosa. Conforme avançava nos estudos, surgiam perguntas, curiosidades, inquietações... Agora, por exemplo, ela está curiosa sobre uma questão que lhe veio à mente enquanto

procurava compreender o porquê de a Sociologia existir. Ela aprendeu sobre o contexto em que essa área do conhecimento foi constituída (século XIX, avanço do capitalismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa etc.) e o que a impulsionou (o desejo de compreender os fenômenos humanos). Até aí, tudo bem. O que ela não entendeu foi: antes não havia o desejo de compreender os fenômenos humanos? O que será que a sociologia tem a oferecer de específico para ter seu lugar no mundo das ideias?

Como será o encontro de Judite com as teorias weberianas? Como a sociologia da religião pode contribuir para o entendimento de sua questão? O que Weber, especificamente, tem a lhe oferecer?

Figura 3.1 | *Ognissanti Madonna* (1310)



Terraço do Café à Noite (1888)



Fonte: <<https://goo.gl/YMt263>> ; <goo.gl/VQXBYN>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Seção 3.1

Sociologia da religião

Diálogo aberto

Judite, uma estudante de Ciências Sociais, ainda está começando a pesquisa para se entender com sua questão (“antes [durante a Idade Média] não havia o desejo de compreender fenômenos humanos? O que será que a sociologia tem a oferecer de específico, para ter seu lugar no mundo das ideias?”). Ela formulou uma hipótese: o ser humano é curioso, mas o modo de satisfazer às suas questões seria diferente. No mundo medieval, não haveria muito espaço para perguntas: tudo era da vontade de Deus apenas. Talvez isso bastasse porque a vida era mais estável, não havia grandes mudanças na sociedade. Mas, na passagem do mundo medieval para o mundo capitalista moderno, aquela resposta única não seria mais suficiente: as mudanças são rápidas, o mundo fica cada vez mais diferente, e é inevitável a necessidade de outras formas de se relacionar com as pessoas, com o mundo e... com o conhecimento!

Convidamos você a dividir com Judite o desafio de se aventurar na compreensão de formas atuais de sociabilidade. As ideias discutidas por Max Weber vão conduzir esse percurso. “Ora, mas se ele viveu em finais do século XIX, início do XX e, como já dito, as mudanças são rápidas e transformam em anos estruturas que duraram séculos, como é que algo pensado há cerca de um século pode ter a ver com a atualidade?”, pode ser que você se pergunte. Quer saber a resposta? As próximas páginas lhe dirão!

Nosso trajeto será conduzido pelas seguintes questões: o que a sociologia tem a ver com a religião? Qual é o ponto de partida de Weber? Quais são suas questões? Se Weber não estava interessado especificamente em religiões, por que a palavra “protestante” estampa a capa de um de seus livros mais famosos? Como funciona a relação entre o protestantismo e o capitalismo? E ainda: o que é que tudo isso tem a ver com a pesquisa de Judite? Vamos, a partir de agora, às respostas.

Não pode faltar

Recapitulando...

Max Weber (Alemanha, 1864-1920) viveu em um contexto que inspirou obras célebres, como *O almoço dos barqueiros* (Pierre-Auguste Renoir, 1880), *A noite estrelada* (Vincent van Gogh, 1889), *O Beijo* (Gustav Klimt, 1909), *Mulher com guarda-sol* (Claude Monet, 1875), *O Grito* (Edvard Munch, 1893), *Retrato do artista sem barba* (Vincent Van Gogh, 1889), *Retrato do Dr. Gachet* (Vincent Van Gogh, 1890).



Pesquise mais

Figura 3.2 | Mona Lisa (1503-1517)



Fonte: <<https://goo.gl/rdd6od>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Obvious. Disponível em: <<https://goo.gl/tyQ8zC>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

Seria interessante você visitar algumas obras, mesmo que virtualmente, para perceber, para além da teoria, como novas práticas instadas pelo surto capitalista “bagunçaram” ideias que passaram séculos enrijecidas.

Você não gostaria de “ver com seus olhos” o que já lhe disseram exaustivamente com palavras?

Recomendamos em especial dois artigos interessantes:

As obras de arte mais famosas do mundo.

Obvious. Disponível em: <<https://goo.gl/Gk4b3W>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

Pinturas famosas do Renascimento.

Naquele mundo efervescente, às voltas com novidades estruturais, Weber desponta como um dos teóricos que ajudam a consolidar a Sociologia como disciplina acadêmica. Isso não é novidade: nas seções anteriores falamos um pouco sobre sua vida, inspirações teóricas, o mundo que o cercava. Também já deve ter visto que ele é uma das figuras centrais da sociologia *verstehende*

(*verstehen* significa “entendimento”, em alemão, mas depois seu sentido se estende à compreensão de realizações humanas). Nosso ponto agora é: afinal, o que há de original em suas teorias que relacionam comportamento religioso, ética e economia?



Refleta

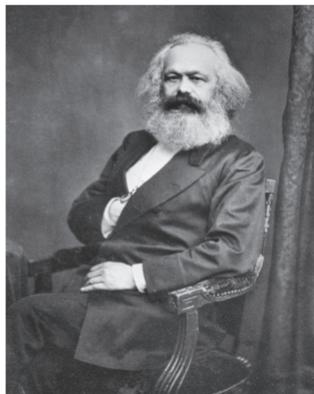
Se olharmos o nome de Weber no Índice de Nomes e Assuntos do *Dicionário do Pensamento Social do Século XIX* (BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (orgs). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 969-70), notaremos que está relacionado de algum modo a vários assuntos: *teoria da ação, autoridade, burguesia, burocracia, capitalismo, carisma, civilização, classe, ação coletiva, comunidade, sociologia comparada, cultura, definição, ditadura, história econômica, teoria das elites, tipo ideal, sociedade industrial, influência, interesses, judaísmo, Kant, marxismo, significado, metodologia, modernidade, modernização, dinheiro, música, naturalismo, normas, poder, profissões, racionalidade, racionalização, seitas, secularismo, história social, estrutura social, sociologia, estado, grupos de status, estilização da vida, valores, sociologia verstehende*.

Quantos assuntos, não é mesmo? Mas... **por que nenhum deles é religião?**

O que a sociologia tem a ver com a religião?

Você já deve desconfiar que, como a sociologia pergunta pela relação entre os homens e as instituições sociais, e a religião é uma instituição social significativa, teríamos aí um primeiro ponto de contato. Se pensou nisso, tem razão: a religião é uma das instituições mais instigantes, abre diversas questões em relação aos fenômenos humanos. Não é à toa que Marx, Weber e Durkheim, que vão constituir as três correntes sociológicas fundamentais depois de Auguste Comte, partiram da crítica à religião. Se antes preceitos religiosos

Figura 3.3 | Karl Marx (Prússia, 1818/Londres (apátrida) 1917)



Fonte: <goo.gl/5G76JX>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Figura 3.4 | Émile Durkheim (França, 1858– 1917)



Fonte: <goo.gl/4ue6mT>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Figura 3.5 | Max Weber (Alemanha, 1864/1920)



Fonte: <goo.gl/i4fGVE>. Acesso em: 17 / mar. 2017.

conformavam determinados modos de organização social (incluindo a própria relação com o conhecimento), os grandes teóricos da sociologia vão confrontá-los. “A religião é alienante”, diria Marx, “é o ópio do povo!”. “A religião é a essência da vida social”, pensaria Durkheim, “é uma espécie de simbologia da própria sociedade, que ‘adora a si mesma’”. Em outros momentos, vamos conversar melhor sobre esses pensadores.

Por ora, vejamos o que Max Weber tem a nos dizer. E temos uma curiosidade para lhe contar: sabia que esse pensador, que é um dos pilares da sociologia religiosa, nem tinha como objetivo entender especificamente a religião? Chegar a um modelo sociológico do fato religioso não estava nos seus planos! O que lhe interessava era o capitalismo moderno ocidental: como se caracteriza? Por que esse sistema, dentre outros possíveis, “venceu” como forma de organização social? O que estaria na base de sua existência, soprando-

lhe a vida e vigor? Ao lidar com essas questões, entendeu que o protestantismo estaria em sua gênese. Vamos conversar melhor sobre isso?



Vocabulário

Existem palavras que falamos e ouvimos com tanta frequência que seu significado nos parece óbvio, não é mesmo?

Não é assim! Cada autor/corrente teórica tem seu modo específico de tratar os conceitos-chave com que trabalha. Com Weber não seria diferente, como já deve ter percebido. Vejamos resumidamente pontos básicos da teoria weberiana:

Capitalismo: para Weber, não há capitalismo, e, sim, capitalismo. Essa diferenciação é fundamental! O capitalismo moderno ocidental é entendido pelo sociólogo alemão como uma forma universal de modernização e racionalização do mundo. Suas características principais são: administração complexa com balanços racionalizantes para proporcionar lucro, contabilidade, ciência moderna, mão de obra "livre", organização racional do trabalho, separação entre local de trabalho e lugar de morar etc.

Sociedade: embora seus feitos tenham convergido para o enriquecimento da sociologia, o estudioso idealista alemão não tinha muita simpatia ao seu reconhecimento como "sociólogo", ele preferia ser chamado de "economista" (COHN, 2013). Weber não concebia a sociedade como uma espécie de "corpo", composta por indivíduos que formariam um "apêndice" dessa formação, e esse entendimento era uma tendência entre sociólogos. Para ele, a sociedade é constituída por uma teia de relações, tecida a partir da articulação entre diferentes ações individuais, de diferentes ordens (religiosa, econômica, artística, científica, etc.).

Divino: a grande questão de Weber tinha a ver com a racionalização da sociedade moderna, e ele perguntava sobre o lugar da religião nesse processo. Preferia se basear na ideia de divino ao invés de vincular-se à ideia de Deus: embora todas as sociedades que ele estudou tivessem determinado tipo de relação com o sobrenatural, nem todas se sustentam no conceito de "Deus".

Qual é o ponto de partida de Weber?

O sociólogo alemão identifica não apenas o modo como a conduta religiosa (ou outra ordem de ação) afeta o comportamento humano, mas também o sentido inverso dessa relação: o modo como o comportamento humano a afeta. Sua sociologia é sempre em via de mão dupla: considera tanto as interferências do mundo no tecido social, como o próprio modo como esse tecido social produz seus efeitos no mundo. E como se dá essa compreensão? Qual é sua visão sobre o mundo que o cerca, a partir de qual vão se abrir questões que o inquietam?

"Desencantamento do mundo" é o modo como ele nomeia o processo histórico ocorrido na civilização ocidental. Segundo o pensador, esse processo se desenvolve de dois modos: a magia

perde espaço nas religiões (desencantamento religioso) e práticas fundadas na ética vão tomando seu lugar. O desencantamento também produz seus efeitos na busca de respostas sobre questões que nos afetam: diante da necessidade de explicações sobre o mundo, as pessoas e suas interações, as forças sobrenaturais, que, controladas magicamente interfeririam nos designios do universo, são substituídas pela ciência e pela tecnologia. Em resumo: as formas modernas de vida são desprovidas de fundamento religioso e metafísico.



Pesquise mais

Pierucci é um sociólogo brasileiro que faz uma análise interessante sobre a noção weberiana de desencantamento do mundo: esse conceito ocupa, segundo o pesquisador, o centro da sociologia proposta pelo idealista alemão. Não só em relação à religiosa, mas ao seu trabalho como um todo. O estudioso brasileiro também argumenta que é preciso passar necessariamente pela sociologia das religiões, pensada por Weber para entender sua sociologia em geral.

Veja: PIERUCCI, Flávio Antônio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito de Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

É por essa via que o teórico idealista explica o desenvolvimento do racionalismo ocidental e sua influência (imposição?) nas formas modernas de sociabilidade. E é justamente esse seu tema: o processo de racionalização do ocidental, que se desenvolve e expande em proporções mundiais.

Quais são suas questões?

Podemos dizer que três grandes questões o conduzem em seu livro mais famoso, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*: o que é capitalismo? Como se formou? Por que os primeiros grandes países capitalistas são protestantes calvinistas?

Raymond Aron (2000) faz uma análise interessante do conceito de capitalismo entendido por Weber, colocando-o em relação com as principais correntes teóricas da sociologia. Vejamos o que o filósofo, sociólogo e comentarista político francês tem a dizer sobre isso:



Esta definição do capitalismo, isto é, da empresa trabalhando para a acumulação indefinida do lucro e funcionamento segundo a racionalidade burocrática, diferente da de Saint-Simon e da maioria dos economistas liberais. Aproxima-se da de Marx, apresentando porém algumas diferenças. Como Marx, Max Weber afirma que a essência do regime capitalista é a busca do lucro, por intermédio do mercado, também ele insiste na presença de trabalhadores juridicamente livres que alugam sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, e, por fim, mostra que a empresa capitalista moderna utiliza meios cada vez mais poderosos, renovando perpetuamente as técnicas para acumular lucros suplementares, o progresso técnico é, aliás, o resultado não procurado da concorrência dos produtores. (ARON, 2000, p. 477)

Quanto às outras questões (como o capitalismo se formou? Por que os primeiros grandes países capitalistas são protestantes calvinistas?): sigamos em frente, vamos explicando para você. Com base no que vimos até agora, já tem algumas ideias a respeito?

Se Weber não estava interessado especificamente em religiões, por que a palavra “protestante” estampa a capa de um de seus livros mais famosos?

Uma resposta rápida seria: “como todos os seus textos posteriores, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* nunca foi publicado sob a forma de livro durante a vida de Max Weber” (POLLACK, 1996, p. 97). Mas isso não explica muito. Afinal, em algum momento alguém juntou os artigos publicados por Weber na forma de livro e o nomeou desse modo, não é mesmo? E em se tratando do livro mais conhecido do estudioso (embora o *Economia e sociedade* seja sua obra mais refinada em termos conceituais), não seria razoável a hipótese do nome estar equivocado e ninguém ter percebido.

Vamos explicar o raciocínio do pensador e aos poucos essa questão vai ser esclarecida.

Para o estudioso, as linhas de ação percorridas por diferentes indivíduos vão tecendo as relações sociais. Ou seja, as ações de

cada um compõem o tecido social. Nem sempre essas ações têm relação entre si, uma vez que cada uma delas tem sua trajetória. Não satisfeito com esses entendimentos, Weber começa a se perguntar: em algum momento, uma passa a ter importância para a outra? Uma ação pode ser significada a partir do modo como se relaciona com outra? Essas questões começaram a inquietá-lo. Ele, então, resolveu investigá-las.



Assimile

A questão de Weber nunca foi a religião em si. Ele queria saber: quais são as possibilidades e as eventuais dificuldades para a constituição de um grande sujeito histórico, ou seja, de grupos sociais capazes de organizar a sociedade em função de determinado projeto?

O exemplo clássico de sua teoria das ações é justamente a explicação sobre o modo como determinadas populações europeias orientam ações religiosas de acordo com ações econômicas e, com isso, prosperam financeiramente.

Como ele fez isso? Como chegou a essas conclusões?

Vamos lá: Weber estudou diferentes sociedades na China, Índia, Europa... Na próxima seção vamos conversar sobre suas reflexões em relação a outras religiões: confucionismo, taoísmo, hinduísmo, budismo e judaísmo. O importante agora é você observar como Weber trabalhava, como funcionava a sociologia compreensiva: a partir de estudos históricos comparativos, o teórico investigava suas questões. Ele não estava interessado em fazer juízo de valor, e, sim, em compreender a relação com os valores.

E o que ele percebeu ao longo de seus estudos? O sociólogo notou que, das organizações sociais que ele teve a oportunidade de estudar, havia algumas que concentravam uma quantidade de riquezas desproporcional em relação a outras. Notou também que essas populações eram protestantes, na vertente calvinista. Então, ele se perguntou: será que existe alguma relação entre a ação religiosa e a ação econômica? Concepções religiosas influenciam o comportamento econômico? E entendeu que sim: haveria uma relação bem marcada entre ambas as condutas! Enquanto

determinadas religiões afastariam os indivíduos de práticas que conduzem ao sucesso do/no mundo capitalista, outras os aproximam de condutas que casam com o sucesso desse modelo econômico.



Exemplificando

A religião católica, por exemplo, teria preceitos que refreariam o empoderamento econômico dos indivíduos: a usura é considerada pecado, a pobreza é incentivada como demonstração de amor a Deus, a graça divina é alcançada à custa de sacrifícios materiais e emocionais etc.

Mas, se olharmos para determinadas orientações do protestantismo (sua vertente calvinista, mais especificamente), perceberemos que seus valores conduzem diretamente ao sucesso econômico.

Como funciona a relação entre o protestantismo e o capitalismo?

Freund (2003, p. 148) sintetiza muito bem uma das principais inquietudes deste que é uma das principais figuras da sociologia *verstehende*:



Houve embriões de capitalismo na sociedade babilônica, romana, chinesa e hindu, mas em parte alguma esses elementos deram margem à racionalização que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo moderno. Este fenômeno é peculiar à sociedade ocidental. A questão é saber por que esses embriões evoluíram para o capitalismo moderno unicamente no Ocidente e não em outras partes. Uma explicação puramente imanente ao econômico, no sentido em que o desenvolvimento econômico se deixaria compreender por si mesmo, é incapaz de justificar essa particularidade.

A relação causal entre o protestantismo e o capitalismo não seria mecânica. O etos protestante seria uma das fontes do capitalismo; se desconsiderássemos o protestantismo na gênese do capitalismo, isso não teria impedido o surto desse modelo econômico. No entanto, sua evolução se daria de outros modos. É isso que Weber pensa.

Sua questão é: qual é a origem do sistema capitalista? Como sua base foi constituída? Basicamente, sua resposta passa pelos seguintes pontos: como teórico idealista, acredita que as ideias mudam o mundo; haveria, pois, um espírito capitalista que geraria o capitalismo. O estudioso percebe que os primeiros grandes países capitalistas – Holanda, EUA, Inglaterra etc. – eram protestantes (calvinistas). Ao olhar para a concepção religiosa, que direciona a visão de mundo dos indivíduos, identifica nessa religião princípios que estão na base do processo de racionalização que caracteriza o capitalismo moderno ocidental.

Aron (2000, p. 480) resume muito bem esses preceitos sob os quais o capitalismo teria sido erigido:

A ética protestante mencionada por Max Weber é basicamente a concepção calvinista, que ele resume em cinco proposições, inspirando-se sobretudo no texto da Confissão de Westminster, de 1647:

– Existe um Deus absoluto, transcendente, que criou o mundo e o governa, mas que não pode ser percebido pelo espírito finito dos homens.

– Esse Deus todo-poderoso e misterioso predestinou cada um de nós à salvação ou à condenação, sem que, por nossas obras, possamos modificar esse decreto divino.

– Deus criou o mundo para sua glória.

– O homem, que será salvo ou condenado, tem o dever de trabalhar para a glória de Deus, e de criar seu reino sobre a terra.

– As coisas terrestres, a natureza humana, a carne pertencem à ordem do pecado e da morte; a salvação só pode ser para o homem um dom totalmente gratuito da graça divina.

Todos estes elementos, precisa Max Weber, estão dispersos em outras concepções religiosas, mas sua combinação é original e única. E as consequências são importantes.

Mas como será que a conduta religiosa calvinista se relacionaria com a conduta econômica? O princípio básico é o seguinte: diante da insegurança causada pela incerteza quanto ao seu destino (que já estaria determinado, mas não se sabe qual é), o homem busca

“sinais” que indicariam se ele seria escolhido por Deus. Então, procura orientar sua conduta em áreas onde os resultados são palpáveis e, pois, serviriam como indícios do seu destino. A economia é um bom campo para isso, já que oferece esse tipo de resultado. Nesse sentido, o sucesso econômico é considerado como graça divina: entende-se que o grau de empoderamento financeiro revelaria respostas diante da questão “serei salvo por Deus? Sou seu escolhido?” Isso, somado a preceitos como o ascetismo (abstenção de prazeres físicos e emocionais), à rejeição à pobreza, ao trabalho como vocação do ser humano, ao utilitarismo ético, etc., constituiria uma ética que é a típica do capitalismo (discutiremos melhor esse ponto na Seção 3.3).

Há, pois, segundo Weber, uma afinidade entre determinada visão de mundo orientada por práticas religiosas calvinistas e determinado estilo de vida econômico.



Assimile

“A tese de Max Weber é a adequação significativa do espírito do capitalismo ao espírito do protestantismo. Exposta em seus elementos essenciais, esta tese pode ser apresentada da seguinte forma: ajusta-se ao espírito de um certo protestantismo a adoção de uma certa atitude em relação à atividade econômica, que é ela própria adequada ao espírito do capitalismo. Há uma afinidade espiritual entre uma certa visão do mundo e determinado estilo de atividade econômica.” (ARON, 2000, p. 480)

Sem medo de errar

Um sociólogo, como qualquer outro estudioso, não é uma pessoa mais “inteligente”. Mas certamente é uma pessoa mais curiosa do que muitas outras! Mais do que isso: não se contenta com ideias de senso comum, por mais que pareçam fazer sentido e nos confortem da sensação de não saber: ele vai além, procura identificar seus incômodos (e, assim, formular questões que vão conduzi-lo em suas buscas), aventurar-se por pontos de vista diferentes, elaborar estratégias e seguir métodos que o guiem nessa jornada...

No contexto proposto para esta unidade, vamos nos colocar de certo modo nessa posição: ao encarar com Judite o desafio de sair do lugar-comum e ir atrás de respostas às suas perguntas, experimentamos o lugar ocupado por um sociólogo. Ainda mais nesse contexto especial, em que o próprio lugar da sociologia é constituído. O surto capitalista em finais do século XIX, início do século XX, não transforma apenas a "cara" da sociedade: a própria relação com o conhecimento está aí investida!

Mas vamos acompanhar essa história de transformações enquanto analisamos a situação vivida por Judite. Você vai perceber que encontrar respostas não é a única parte importante: a própria jornada é fundamental! É a partir dela que colocaremos em prática, por exemplo, a própria metodologia proposta por Weber. Vamos praticar um pouco de Sociologia Compreensiva? Antes de mais nada, temos que lhe dizer: cercar-se de certezas é fácil, o mundo está cheio delas! Sabe o que é difícil? Elaborar uma boa pergunta. Já pensou nisso?

Essa etapa do processo de pesquisa é um grande desafio porque nela é preciso articular diferentes pontos: i) temos que saber bastante para pensar em uma boa questão: ela não é descolada do contexto, o próprio gesto de perguntar já faz parte do processo de pesquisa!; ii) deve poder ser respondida dentro do campo teórico em que seu estudo se inscreve (imagine como teria sido para Weber e outros teóricos de seu tempo terem perguntas que não podiam ser respondidas nas áreas do conhecimento até então constituídas!); e iii) tem que ser capaz de conduzir o pesquisador em seus estudos – quem nunca se sentiu perdido enquanto estuda?

Essas características são básicas e estão bem sintetizadas: certamente também há outras que podem/devem ser olhadas. O que mais você acha válido considerar? Retomemos a pergunta de Judite: antes da consolidação da sociologia como uma área do conhecimento que tem como objeto a compreensão de fenômenos humanos, não havia o desejo de compreender os fenômenos humanos?

Vamos testá-la: i) note quanto conhecimento está investido nessa pergunta: Judite sabe sobre o contexto em que a sociologia emerge, os impactos sociais dos acontecimentos que agitaram o

século, quais foram os acontecimentos mais significativos etc. (veja também como se baseia em reconstruções históricas, tal qual a metodologia proposta por Weber); ii) tem tudo a ver com a sociologia compreensiva weberiana: Judite não tem o objetivo de fazer juízo de valor, ou seja, de julgar o modo como as coisas são; seu intuito é o de compreender a relação entre os valores, ou seja, de identificar princípios sociais que orientam determinadas condutas (no caso, o desejo e o objeto de saber) e ver como eles se relacionam; e iii) é uma pergunta bem abrangente e, ao mesmo tempo, capaz de direcionar o olhar durante o trabalho de pesquisa.

Pensamos que Judite chegou a uma ótima questão! O que você acha? E que princípios você levaria em consideração para formular uma questão de pesquisa? Temos que lhe dizer: esta é uma estratégia válida em todos os contextos de estudos: desde a leitura de um texto até a construção de uma tese! Continuando. Judite conseguiu identificar qual era seu incômodo: basicamente, quer saber sobre o interesse de conhecer fenômenos humanos. Ela já estudou o suficiente para ter uma ideia sobre o assunto, mas não o bastante para afirmá-la. Então, o que Judite faz? Expressa essas ideias na forma de hipótese. É para isso que servem as hipóteses e perguntas: elas organizam o que a gente já sabe sobre o assunto e localizam o que precisa ser buscado para alcançar respostas.

Judite faz assim como Weber: lembra como ele procedeu diante da concentração econômica desproporcional de certas populações europeias? Percebeu que elas tinham em comum o fato de adotarem a mesma conduta religiosa, então pensou: será que essas duas ordens de ação, religiosa e econômica, estão relacionadas?

Judite, diante da mudança na relação com o conhecimento que irrompe em dado momento histórico, em dada sociedade, formula a seguinte hipótese: o ser humano é curioso, mas o modo de satisfazer às suas questões seria diferente. No mundo medieval, não haveria muito espaço para perguntas: tudo era da vontade de Deus e nada mais. Talvez isso bastasse porque a vida era mais estável, não havia grandes mudanças na sociedade. Mas, na passagem do mundo medieval para o mundo capitalista moderno, aquela resposta única não seria mais suficiente: as mudanças são rápidas, o mundo fica cada vez mais diferente, e é inevitável a necessidade de outras formas de se relacionar com as pessoas, com o mundo e... com o conhecimento!

Como a religião é central em sua hipótese, Judite se aproxima de Weber: afinal, é um grande teórico na área! Ficou impressionada com o modo como o estudioso tratou a questão: sendo um teórico idealista, que acredita que o mundo é movido por ideias, encontra em uma religião as “ideias” que formariam o “espírito” do capitalismo. Quem pensaria na relação entre condutas tão diferentes como a religiosa, que implica uma relação com o divino (nada tátil, é tudo abstração!) e a econômica, cujos resultados são materiais? Pois Weber pensou! Enquanto se movimentava pelo mundo, conhecendo diferentes organizações sociais, viu que as populações mais ricas eram protestantes, sobretudo as de orientação calvinista. Uma pessoa “inteligente” (pensando no sentido atribuído ao termo pelo senso comum, que trata a inteligência como a capacidade de acumular certezas, verdades inabaláveis), nunca se aventuraria por um estudo que perguntasse pelo lugar da religião no desenvolvimento capitalista!

Procurar autores clássicos que estudaram a religião foi um ótimo começo: Judite fez bem ao identificar o ponto central de sua hipótese, um gesto tão simples e tão produtivo! E, conforme avançava em sua aventura, sentiu que Weber tinha muito mais a contribuir do que ela havia pensado. Judite imaginou que o autor lhe ensinaria algo importante sobre a religião, o que de fato ocorreu, mas além **do que** disse, o **como disse** foi impressionante! Ou, explicando de outro modo: *as formulações* de Weber fizeram dele uma grande referência na área de sociologia da religião. Mas o *modo como chegou a essas formulações* fez dele um dos grandes intelectuais do século!

Então, Judite deve considerar esses dois pontos: as ideias de Weber sobre as religiões e, além disso (e principalmente!), tatear seu percurso investigativo. A moça curiosa já havia estudado a parte metodológica desenvolvida pelo estudioso, mas entender o exemplo clássico de sua teoria das ações (a relação entre comportamento religioso e comportamento econômico) dá outra dimensão aos estudos.

O que você acha da hipótese pensada pela aspirante a socióloga? Com base no que conversamos até agora, você acha que se sustenta? Nas próximas seções, vamos continuar discutindo conceitos e teorias que vão ajudar muito Judite a se entender com suas questões.

A pergunta ideal

Descrição da situação-problema

Clarice ouviu duas músicas sobre o assédio sexual no carnaval: "Se você quiser" (Pedro Abramovay e Gustavo Moura; disponível em: <<https://goo.gl/nb2pYN>>; acesso em: 1 maio 2017) e "Marchadelas" (Carla Vizeu, Maira Guedes e Sheila Sanches; disponível em: <<https://goo.gl/6aR5w3>>; acesso em: 1 maio 2017).

Clarice tem se interessado por questões relacionadas à cultura do estupro na nossa sociedade e está fazendo um trabalho acadêmico sobre isso. Decidiu usar a letra das músicas como material de análise, porque percebeu que as ações de ordem sexual são orientadas de modos distintos, embora ambas sejam contra o assédio sofrido por mulheres no carnaval: enquanto "Se você quiser" é um convite ao sexo com respeito ("beijar, cair na farra, é mesmo uma delícia. É que se for na marra, é caso de polícia", "quero seu amor / se você quiser / me olha, me beija, me molha / que isso é tão gostoso / quando a gente quer" etc.), "Marchadelas" demoniza o sexo, é pura cultura da castração (por exemplo: "não me cutuca, usa a cuca ou quebro o pau", "tira os zói da fia, seu panaca" etc.).

Clarice ainda está se organizando para desenvolver a pesquisa. O que sabe é que esse material lhe interessa, e quer mobilizar a sociologia compreensiva, nos moldes weberianos. Ela está fazendo o curso de Sociologia da religião e pensou que as aulas seriam entediantes e cansativas, mas, ao estudar Weber, o que foi aprendendo lhe deu ânimo para percorrer as questões que a inquietam. O que Clarice quer mesmo é sentir um pouco o que fez de Weber um dos grandes autores do século. Ficou impressionada ao saber que ele, um dos grandes clássicos na Sociologia da religião, nunca esteve interessado em estudar sobre a religião especificamente: o que fez foi elaborar uma teoria, a teoria das ações, cujo grande exemplo clássico é a relação entre conduta religiosa e conduta econômica. E, ao estudar essa relação, a teoria que a sustenta explica qualquer outra esfera social! E ainda tem mais: o modo como organizou as ideias, atravessado pelo processo de racionalização que lhe moveu teorias e práticas, é fundamental até hoje nos estudos acadêmicos.

A pergunta que Clarice quer pesquisar ainda está em construção. Sua ideia inicial é algo do tipo: *qual música expressa um modelo ideal de conduta diante do sexo?* Será que essa questão pode ser investigada à luz do escopo metodológico que ela quer seguir?

Resolução da situação-problema

Não. A pesquisa que Clarice está estruturando é valiosa, faz ver questões atuais que afetam formas de sociabilidade, e certamente a Sociologia Compreensiva teria muito a contribuir nesse campo de investigações. O problema da pergunta é que, embora possa ser investigada à luz das ações individuais que se articulam formando o tecido social, ela implica escolha de um modelo considerado ideal. Faz juízo de valor. Esse é um ponto crucial na Sociologia Compreensiva. O objetivo é compreender (e não julgar!) como as diferentes ações, realizadas por diferentes agentes, realizando diferentes trajetórias, produzem determinada teia de relações (e não outra).

Faça valer a pena

1. Analise as seguintes questões:

I) Existe vida após a morte?

II) De que modo o capitalismo se impõe ao mundo e direciona seus sentidos?

III) O que pode responder pela continuidade das relações nas organizações sociais?

Qual (ou quais) pergunta(s) interessava(m) a Max Weber?

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

2. Para Weber, não há _____, e, sim, _____. Essa diferenciação é fundamental! O capitalismo moderno ocidental é entendido pelo sociólogo _____ como uma forma _____ de _____ e _____ do mundo. Suas características principais são: administração complexa com balanços racionalizantes para proporcionar lucro, contabilidade, ciência moderna, mão de obra _____, organização racional do trabalho, separação entre local de trabalho e lugar de morar etc.

Qual alternativa corresponde aos dizeres que preenchem adequadamente as lacunas?

- a) capitalismo, capitalismo, alemão, única, padronização, homogeneização, livre.
- b) bondade, maldade, alemão, inaceitável, abuso, exploração, oprimida.
- c) maldade, bondade, alemão, louvável, civilização, modernização, qualificada.
- d) capitalismo, capitalismo, alemão, universal, modernização, racionalização, "livre".
- e) religião, divindade, alemão, superior, espiritualização, divinização, pecadora.

3. Para se ter uma ideia de como ele [Max Weber] marcou [o pensamento social], há poucos anos, a Associação Internacional de Sociologia fez um levantamento: pediu a 100 especialistas no mundo todo que elaborassem listas dos 10 livros do século, como eles diziam. E 95 respostas foram obtidas. E 95 indicações foram dadas a Max Weber. Nenhum outro pensador teve sequer 60 indicações – o que, aliás, já é um bocado" (COHEN, Gabriel. **Café filosófico**: a Sociologia de Weber. Disponível em: <<https://goo.gl/lr4MG9>>. Acesso em: 21 fev. 2017).

Qual foi a grande proeza intelectual de Weber?

- a) Escrever livros, em uma época em que apenas os monges dedicavam-se a tarefas relacionadas à escrita.
- b) Ao relacionar duas ordens de ação distintas (no caso, economia e religião), chegou a um método de compreensão que também pode ser aplicado em qualquer outra forma de ação.
- c) Provou que o método científico aplicável no estudo de fenômenos da natureza é o mesmo a ser utilizado para compreender as relações humanas na sociedade.

d) Assim como Marx, fez da sociologia uma disciplina capaz de prever acontecimentos futuros com base na análise de fatos sociais do presente.

e) Mostrou que determinadas condutas religiosas fortalecem os laços sociais e, outras, os enfraquecem.

Seção 3.2

Os grandes sistemas religiosos e a ética econômica

Diálogo aberto

Estamos seguindo com Judite, uma iniciante na área da sociologia que se aventura pelos veios da compreensão. Como já conversamos, ela está inquieta diante de questões que se abrem enquanto ela estudava sobre a constituição da disciplina como área do saber. A principal pergunta em que ela está pensando é a seguinte: o desejo de compreender os fenômenos humanos não existia antes do contexto em que a sociologia irrompeu? Ora, se esse é seu objeto, então antes de seu advento como disciplina não havia interesse em questões dessa natureza?

E, você, já pensou em algo do tipo? Que perguntas vêm à sua mente quando visualiza mentalmente aquele momento em que o mundo parecia rodar vertiginosamente?

Diante dessa inquietude, Judite organiza o que estudou até então e outros conhecimentos dispersos aqui e lá: formula uma hipótese. E por que uma hipótese? Bem, o que ela conhece sobre o assunto ainda não lhe permite fazer uma afirmação, mas também não pode ser desconsiderado. Uma hipótese é mais ou menos isto: algo de que temos uma ideia, mas precisamos testar para ver se ela é validada ou não.

A curiosidade de Judite tem que dividir espaço com outras coisas da sua vida, como o trabalho, o estudo e o lazer (afinal, como dizem: "ninguém é de ferro!"). Então, ela pensa em estratégias de pesquisa para aproveitar bem o pouco tempo que tem para estudar e fazer com que ele renda bastante! Ela sabe que existe *fast food* mas não "*fast study*", não dá para passar em algum lugar, pegar conhecimentos e simplesmente mandar para dentro. Mas sabe também que abrir o livro na página 1 e seguir até a última página, sem nenhuma estratégia de estudo, dá mais sono do que vontade

de aprender: o livro não se faz entender sozinho, é preciso pensar em formas de conduzir o processo de estudo!

Vamos descobrir junto com ela se Weber é um autor entediante, que nos faz gastar tempo com teorias abstratas e sem relação com a vida real, ou se de fato o pesquisador desenvolveu ideias que ajudam Judite a lidar com questões tão significativas? E ainda: será que os estudos sobre o que Weber chama de sistemas religiosos mundiais têm relação com o que ela está tentando descobrir?

Judite lê e relê sua hipótese: em cada (re)leitura, concentra sua atenção em um ponto e, depois, vai articulando suas descobertas para conseguir respostas. Vamos relê-la também? Segue: *o ser humano é curioso, mas o modo de satisfazer às suas questões seria diferente. No mundo medieval, não havia muito espaço para perguntas: tudo era da vontade de Deus e nada mais. Talvez isso bastasse porque a vida era mais estável, não havia grandes mudanças na sociedade. Mas, na passagem do mundo medieval para o mundo capitalista moderno, aquela resposta única não seria mais suficiente: as mudanças são rápidas, o mundo fica cada vez mais diferente, e é inevitável a necessidade de outras formas de se relacionar com as pessoas, com o mundo e... com o conhecimento!*

Mas... “por que religião, no singular”, pensa Judite, “e não religiões, no plural, já que há mais de uma?”. Assim como nós, ela sabe que uma religião específica, a cristã, se impôs hegemonicamente. Porém, “se Weber é uma pessoa tão curiosa assim, será que ele investigou outras religiões?”, pensou a moça que não tem medo de perguntas. “Até porque”, prosseguiu com seus pensamentos, “se o teórico encontrou uma relação entre a esfera religiosa e a esfera econômica, ele não poderia ter se fiado apenas em uma religião específica”, conjecturou. Aliás, ela se lembrou de ter lido que essa ideia de ver se havia uma relação entre as esferas econômica e religiosa partiu de uma coincidência identificada por Weber: as populações calvinistas eram muito mais ricas do que qualquer outra.

Convidamos você a nos seguir pelas próximas páginas desta jornada que nos tira da zona de conforto, daquilo que já conhecemos, e nos coloca para pensar de novas e outras maneiras! Aceita o desafio?

Não pode faltar

Recapitulando...

Para expressar sinteticamente o porquê de estarmos agora discutindo com você as explicações compreensivas de Weber, fazemos das palavras de Aron (2000, p. 457-8) as nossas:



As *questões* a partir das quais Max Weber elaborou uma sociologia da religião, da política e da sociedade atual foram *de ordem existencial*. Têm a ver com a existência de cada um de nós, com relação à vida em sociedade, à verdade religiosa ou metafísica. Max Weber perguntou-se quais as regras a que obedece o homem de ação, quais as leis da vida política, que sentido o homem pode dar a sua existência neste mundo. Qual é a relação entre a concepção religiosa de cada pessoa e a maneira como vive, sua atitude em relação à economia, ao Estado? A sociologia weberiana se inspira numa filosofia existencialista que propõe uma dupla negação. *Nenhuma ciência poderá dizer aos homens como devem viver, ou ensinar às sociedades como se devem organizar. Nenhuma ciência poderá indicar à humanidade qual é o seu futuro*. A primeira negação o opõe a Durkheim, a segunda, a Marx (grifos nossos).

Essa é a ideia central não só da seção anterior, não só desta seção, não só desta disciplina: ela perpassa todo o pensamento weberiano: seu ponto de vista, questões, objeto, metodologia... Percebe? Ousamos dizer que a melhor recomendação que podemos lhe dar é esta: invista sua atenção aqui, a síntese de Aron faz ver o que moveu Weber em seus estudos. Não basta ficar decorando (ou tentando decorar, memorizar) teorias e conceitos: é preciso entender o funcionamento, ou seja, a articulação entre contexto, teoria, objeto, questões, fundamentos... E a palavra é esta: articulação! É dessa forma que é possível avançar nos estudos de modo mais produtivo!



Pesquise mais

Dimitri Fernandes, que é professor de Sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), gravou alguns vídeos nos quais valem a pena dar

uma olhada: sobre a sociologia e a religião (disponível em: <<https://goo.gl/bmtXxF>>; acesso em: 12 maio 2017) e o modo como Marx, Weber e Durkheim pensam a religião (disponível em: <<https://goo.gl/MHyXHo>>; acesso em: 12 maio 2017). Sua exposição é bem básica e sintética, mas ajuda a situar as visões para que você avance na leitura dos autores depois. Vamos conferir?

Em que medida as concepções religiosas influenciam o comportamento econômico?

A questão acima é o ponto de partida de Weber em sua sociologia das religiões. Como já vimos, essa pergunta não aparece do nada, não “brota” de repente na cabeça do estudioso: ela deriva de suas constatações diante dos estudos historiográficos que realizou, em que, com base em análises comparativas, percebeu que as condutas religiosas e as econômicas pareciam fazer seus trajetos de braços dados.



Exemplificando

O exemplo clássico de Weber, vale retomar, é o das populações europeias protestantes: seus estudos estatísticos e historiográficos mostraram que elas detinham uma concentração significativamente maior de bens materiais, em comparação com outras populações.

No entanto, podia ser uma coincidência ou haver alguma outra explicação! Weber foi investigar.

Percebe como temos que aprender muitas coisas, precisamos saber muito para conseguir formular perguntas? Não parece, não é mesmo? É comum as pessoas pensarem que estudar é sinônimo de encontrar respostas. Mas não é bem assim! Essa nossa jornada com Weber está mostrando como o trabalho do pesquisador é muito mais movido por (boas) perguntas do que por certezas. Notou? Ainda mais no caso das explicações compreensivas weberianas: o entendimento é uma aventura cravada de pontos de interrogação por todos os lados.

O sociólogo e historiador alemão estudou religiões consideradas mundiais para entender melhor como as ações religiosas poderiam

reverberar em ações econômicas. Agora vamos conversar sobre isso: quais são essas religiões? Que critérios mobilizou para entendê-las como tal? Como funcionam? Essas são as questões iniciais que vão constituindo o percurso weberiano até sua grande pergunta.



Vocabulário

Lembrando: as definições seguintes não esgotam as nuances dos conceitos, fazendo ver apenas sua parte essencial. Consideramos que, mais importante do que lhe oferecer uma espécie de minidicionário, é sinalizar as noções em que precisa investir bastante atenção para com o tempo perceber como são significadas especificamente pelo autor. É possível lhe garantir: essa atenção faz toda a diferença nos estudos!

Religião: não se restringe a um conjunto de crenças (como no senso comum), nem se trata de uma realidade *sui generis* (como em Durkheim): é uma ação comunitária. Weber pergunta por suas condições e efeitos no tecido social.

Ação comunitária/ação social: "a ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado" (WEBER, 1982, p. 215). A religião é entendida como uma ação comunitária.

Ética econômica de uma religião: "refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões." (WEBER, 1982, p. 309)

Quais são as "religiões mundiais"?

Ouçamos as próprias palavras de Weber (1982, p. 309, grifos nossos):



Entendemos pela expressão "religiões mundiais" as cinco religiões ou sistemas, determinados religiosamente, de regulamentação de vida que conseguiram reunir à sua volta multidões de crentes. A expressão é usada, aqui, sem qualquer conotação de valor. *A ética religiosa confuciana, hinduísta, budista, cristã e islamita pertencem todas à categoria das religiões mundiais.* Uma sexta

Figura 3.6 | Max Weber
(Alemanha, 1864/1920)



Fonte: <goo.gl/i4fGVE>. Acesso em: 12 abr. 2017.

religião, o **judaísmo**, também será examinada aqui, porque contém as condições históricas preliminares decisivas para o entendimento do cristianismo e do islamismo e pela sua significação histórica e autônoma para a evolução da moderna ética econômica do Ocidente — significação, em parte real e em parte suposta, que foi muito discutida recentemente. As referências às outras religiões só serão feitas quando forem indispensáveis às ligações históricas.



Pesquise mais

Flávio Pierucci é um sociólogo brasileiro que investiu bastante na compreensão do trabalho de Weber em suas nuances. Dentre os trabalhos que produziu, Pierucci escreveu um artigo em que nos diz que “Weber não teve tempo de vida bastante para escrever um tratado sistemático inteiramente dedicado à religião muçulmana, como era sua vontade. Um ensaio exclusivo sobre o Islã de fato constava de seu programa de estudos comparativos sobre ‘A ética econômica das religiões mundiais’, mas morreu antes da hora, tendo-os feito, e extensos, para o judaísmo antigo, para as religiões da China (confucionismo e taoísmo) e as da Índia (hinduísmo e budismo)”. Vamos conferir?

PIERUCCI, Flávio Antônio. Máquina de guerra religiosa: o islã visto por Max Weber. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 62, p. 74, mar. 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/Xabvr0>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

Como funcionam?

Vamos fazer algo um pouco diferente: mostraremos para você a síntese das conclusões dos estudos de Weber em relação a cada uma das religiões que investigou. Depois conversaremos sobre seu processo de estudos. Mais do que as classificações do sociólogo idealista, é importante compreender seu percurso investigativo. Por isso, faremos essa inversão: você já vai ver em essência para onde

Weber olhou e o que viu, e depois entraremos em detalhes.

O teórico idealista organiza cada um dos agentes religiosos conforme o quadro esquemático que montamos a seguir para ilustrar seu pensamento:

Quadro 3.1 | Agentes religiosos



Fonte: elaborado pelo autor.

Weber também classifica as religiões conforme sua posição diante do mundo:

Quadro 3.2 | Religiões versus posição diante do mundo

	Afirmção	Salvação			
Voltada para ... do mundo		Fora		Dentro	
Tipo de relação com o divino		Ascética	Mística	Ascética	Mística
Ação diante do mundo	Adaptação/acomodação	Superação	Fuga	Domínio	Resignação
Religião	Taoísmo, confucionismo e islamismo	Monge cristão ocidental	Hinduismo e budismo	Protestantismo ascético e judaísmo	Cristianismo oriental e sufismo

Fonte: elaborado pelo autor.

Confuso, não? São muitas informações!

Não se preocupe: a ideia era você ter um primeiro contato. Conforme for avançando, novos saberes vão se filiando à sua rede de conhecimentos e o sentido vai se formando. Para isso, retome quantas vezes forem necessárias os quadros esquemáticos.

Como / o que olhar nos grandes sistemas religiosos mundiais?

Não cabe aqui desenvolver em detalhes as ideias de Weber, mas trazemos a seguir alguns recortes essenciais: além de apresentarem pontos fundamentais de sua teoria, também sinalizam lugares importantes a serem olhados. Tomando as páginas mencionadas como referência, você pode ir buscar no original sua localização e expandir as ideias, estudar um pouco mais para captar detalhes da sociologia compreensiva weberiana. São várias possibilidades de leitura!

Sobre o modo como trabalha a religião: será que Weber está interessado em fazer uma espécie de inventário dos sistemas religiosos mundiais para saber melhor sobre suas crenças? Vejamos o que o estudioso tem a nos dizer: “não é da ‘essência’ da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária [...]. A ação religiosa ou magicamente motivada, em sua existência primordial, está orientada para este mundo.” (WEBER, 2000, p. 281)

Sobre a relação entre ética econômica e ética religiosa: “nenhuma ética econômica foi, jamais, determinada **exclusivamente** pela religião” (WEBER, 1982, p. 310, grifos nossos). E como o calvinismo teria impulsionado o capitalismo? Que tal uma visita a esse trecho do livro para conferir se o autor estaria se contradizendo?

Sobre a teodiceia diante do processo de racionalização do mundo: “à medida que os reflexos religiosos e éticos sobre o mundo se foram tornando cada vez mais racionalizados e primitivos, e as noções mágicas foram eliminadas, a teodiceia do sofrimento encontrou dificuldades crescentes” (WEBER, 1982, p. 318). Você tem uma ideia de quais seriam essas dificuldades? O que mais será que Weber nos diz sobre isso?

Sobre o modo como entende os grandes sistemas religiosos mundiais: “todas as grandes religiões são individualidades históricas de

natureza altamente complexa” (WEBER, 1982, p. 336). Será que elas se interligariam de algum modo ou funcionariam separadamente, cada qual com características próprias?

Sobre o interesse nas religiões mundiais: “as características das religiões que têm importância para a ética econômica nos interessam principalmente de um ponto de vista preciso: a forma pela qual se relacionam com o racionalismo econômico” (WEBER, 1982, p. 337). Se você situar essa citação no livro, vai entender melhor, por exemplo, a que se refere o autor quando fala em “racionalismo econômico”.



Refleta

Se toda a teoria da ação social weberiana se sustenta na ideia de ações individuais, por que motivo o pensador idealista alemão estuda esferas da vida social, como a religião e a economia?

Em que medida as concepções religiosas influenciam o comportamento econômico?

Voltamos agora à nossa questão inicial desta seção, que é o centro das atenções do estudioso alemão diante da sua sociologia religiosa. Agora já temos condições de pensá-la!

Weber faz um estudo comparativo e descritivo das religiões mundiais (éticas religiosas) e entende que a religião (o protestantismo, de vertente calvinista) seria um dos elementos causais da ética econômica do capitalismo ocidental. Vamos ver melhor isso?



Assimile

Weber desenvolve uma teoria explicativa do processo de racionalização das cosmovisões religiosas, olhando para o modo como se colocam diante do mundo e a medida do seu desencantamento. Segundo o sociólogo, o potencial de racionalização de cada religião tem a ver com seu modo de representar os fenômenos objetivamente (como natureza pura) ou eticamente (conforme seus fins).

Como já dissemos, mais de uma vez e de diferentes formas, interessa ao sociólogo e historiador a interação entre as diferentes esferas da vida. Como é esse movimento que tece as tramas da teia

social, segundo o pensador, seu olhar incide sobre as diferentes formas de interação e o sentido da ação.

Em relação às ações religiosas, entende que, enquanto a religião oriental conduz à contemplação, a religião ocidental é regida pelo ascetismo racionalizante. Essa é a diferença histórica entre esses dois tipos de religião. Dela, derivam alguns fundamentos: 1) a ideia de um deus onipotente está na base da concepção religiosa do Oriente próximo e, pois, segue um rumo que não o caminho da autodivinação ou da união mística com a divindade; 2) a religião ocidental é paradoxal, diferentemente da teoria do *Karma*: um mundo imperfeito é criado por um deus perfeito; 3) ainda pensando a religião ocidental, a relação com seu deus é regida por leis morais; 4) a característica racional da salvação deriva das tradições romana e judia; e 5) enquanto a religião ocidental se baseia em um deus pessoal, as religiões asiáticas centralizam o controle na magia ou no *dharma* (dever ritual).

“É claro que o modo de vida determinado religiosamente”, diz Weber (1982, p. 310) ao teorizar sobre os sistemas religiosos mundiais, “é, em si, profundamente influenciado pelos fatores econômicos e políticos que operam dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais”. O autor também nos adverte:

Iríamos perder-nos nessas discussões se tentássemos demonstrar essas dependências em toda a sua singularidade. Só podemos, no caso, tentar retirar os elementos diretivos na conduta de vida das camadas sociais que influenciaram mais fortemente a ética prática de suas respectivas religiões. Esses elementos marcaram os aspectos mais característicos da ética prática, as características que distinguem uma ética das outras; e, ao mesmo tempo, foram importantes para a respectiva ética econômica. (WEBER, 1982, p. 310)

E quais seriam esses elementos? Como Weber os trabalha? É ainda nas palavras do estudioso que encontramos eco a essas questões:



De alguma forma devemos focalizar apenas uma camada. As camadas que são decisivas na formação dos aspectos característicos de uma ética econômica podem variar no curso da História. E a influência de uma camada apenas jamais é exclusiva. Não obstante, em geral, podemos determinar as camadas cujo estilo de vida foram pelo menos predominantemente decisivos para certas religiões. (WEBER, 1982, p. 310)

Como vimos, os exemplos trabalhados pelo estudioso são: o confucionismo, o hinduísmo, o budismo, o islamismo e o cristianismo. Vamos destacar o que Weber (1982) entendeu sobre as cosmovisões do que considerou como sistemas religiosos mundiais: suas respectivas condutas e posições diante do mundo.



Assimile

Confucionismo: “era a ética estamental dos prebendários, dos homens com educação literária que se caracterizavam pelo racionalismo secular. Quem não pertencia a essa camada *culta* não tinha importância. A ética religiosa (ou se o quisermos, irreligiosa) desta camada determinou o modo de vida chinês muito além da própria camada.” (WEBER, 1982, p. 310-11)

Hinduísmo: “o hinduísmo original era esposado por uma casta hereditária de letrados cultos, que, afastados de qualquer cargo, funcionavam como uma espécie de conselheiros ritualistas e espirituais para indivíduos e sociedade. Formavam um centro estável para a orientação da organização estamental, e influíam na ordem social. Somente os brâmanes, *educados* no Veda, formavam, como portadores da tradição, o estamento religioso plenamente aceito. E só mais tarde um grupo estamental não brâmane, formado de ascetas, surgiu ao lado dos brâmanes e com eles competiu. Mais tarde ainda, durante a Idade Média indiana, o hinduísmo ganhou influência. Representava ele a ardente religiosidade sacramental do salvador, e difundiu-se entre as camadas inferiores com seus mistagogos plebeus.” (WEBER, 1982, p. 311)

Budismo: “foi propagado pelos monges, rigorosamente contemplativos, mendicantes, que rejeitavam o mundo e, não tendo lares, migravam. Somente eles eram membros integrais da comunidade religiosa; todos os demais continuavam sendo leigos religiosos de valor inferior: objetos da religiosidade, e não sujeitos.” (WEBER, 1982, p. 311)

Islamismo: "durante seu primeiro período, o islamismo foi uma religião de guerreiros que queriam conquistar o mundo, uma ordem cavaleiresca de cruzados disciplinados. Faltava-lhes apenas o ascetismo sexual dos cristãos na era das Cruzadas. Mas, durante a Idade Média islâmica, o sufismo contemplativo e místico conseguiu uma situação pelo menos de igualdade, sob a liderança dos técnicos plebeus de orgiástica. As irmandades da pequeno-burguesia nasceram do sufismo, de uma forma semelhante aos terciários cristãos, exceto pelo fato de se terem eles desenvolvido muito mais universalmente." (WEBER, 1982, p. 311)

Judaísmo: desde "o Exílio, o judaísmo foi a religião de um 'povo pária' cívico [...] Durante a Idade Média o judaísmo ficou sob a liderança de uma camada de intelectuais treinados na literatura e ritual, uma peculiaridade do judaísmo. Essa camada representou uma intelectualidade pequeno-burguesa cada vez mais quase-proletária e racionalista." (WEBER, 1982, p. 311)

Cristianismo: "começou sua carreira como uma doutrina de artesãos jornaleiros itinerantes. Em todos os períodos, sua poderosa evolução externa e interna foi uma religião especificamente urbana e, acima de tudo, cívica. Isso aconteceu durante a Antiguidade, durante a Idade Média e no Puritanismo. A cidade do Ocidente, ímpar entre todas as outras no mundo – e o corpo de cidadãos, no sentido em que só surgiu no Ocidente – foi o principal teatro do cristianismo." (WEBER, 1982, p. 311-312)

O *confucionismo*, o *taoísmo* e o *islamismo* seriam religiões focadas na adaptação, na acomodação ao mundo; a salvação, pois, não seria uma preocupação que conduz suas práticas. Com as outras religiões, não seria assim: o modo como encarariam a salvação divina é o eixo das condutas que preconizam. O *cristianismo ocidental* procuraria superar as mazelas do mundo, e a salvação divina estaria condicionada à privação de confortos materiais. Já o *budismo* e o *hinduísmo*, na concepção de Weber, proporiem uma espécie de fuga do mundo, envolvendo-se em práticas contemplativas e voltadas a forças sobrenaturais. O *cristianismo oriental* e o *sufismo* também seriam regidos por esses tipos de práticas, mas a postura não seria de fuga do mundo e, sim, de resignação diante do modo como se apresenta. Já o *protestantismo ascético* e o *judaísmo* têm em comum com o cristianismo ocidental a abstenção de prazeres materiais, mas

diferem em dois aspectos: estão voltados para dentro do mundo (não para o céu/inferno, por exemplo) e as condutas têm como guia o domínio do mundo.

Talvez você se angustie, pensando: "será que preciso saber ('decorar') as características de cada uma dessas cosmovisões?". Não! Isso seria cansativo e contraproducente. O que precisa ser visto com atenção é o fato de que os diferentes modos de buscar a salvação divina determinam diferentes condutas sociais. Percebe? Baseado nisso, Weber entende que as ações religiosas constituem uma das fontes de transformação social. E do processo de racionalização religiosa ("desencantamento do mundo") irromperam o calvinismo (século XVII) e outros movimentos ("seitas"), em que o caminho da salvação seguido não passa por ritos ou fugas místicas, e, sim, por determinada relação com o trabalho e com os bens materiais.



Assimile

Da sociologia compreensiva weberiana emprestamos características que tornam os estudos mais produtivos: 1) o foco é a conexão de sentidos, ou seja, como determinadas ações se articulam com outras e vão tecendo uma rede de sentidos que vão constituindo a organização social em estudo; 2) o método é racionalista, ou seja, captável intelectualmente (e não afetiva ou artisticamente, por exemplo) e 3) a ideia é identificar a rede de filiação de ações que vão configurando determinada realidade social e não outra (dizer como algo deveria ser ou sinalizar como ela seria no futuro são ações que estão fora de questão).

Você está percebendo como o processo de racionalização que tanto interessa a Weber também move suas práticas? Mais do que isso: move nossas práticas acadêmicas!

Porém, não é nada fácil convertê-lo efetivamente em práticas de pesquisa. Vamos converter os pontos 1 e 2 em estratégias de pesquisa que vão ajudar muito nas leituras!

Sumário

Você costuma consultar o sumário apenas para saber em que página está cada capítulo? Se responder afirmativamente, então temos que lhe dizer: esta é uma parte muito importante dos livros. O sumário esquematiza

o pensamento do autor, fazendo ver os pontos pelos quais ele passa e como se articulam. Vale a pena fazer uma análise do sumário: vai lhe render uma compreensão bem mais acurada da obra que está lendo.

Referências bibliográficas

A parte das referências bibliográficas não serve apenas para mostrar os estudos investidos no trabalho em questão: analisá-la ajuda você a situar o contexto teórico do autor. E ainda: se estiver na fase de seleção de materiais bibliográficos que vão sustentar sua argumentação, textos importantes da área podem servir de inspiração para identificar estudos que possam ser produtivos em sua pesquisa.

Dicionário do Pensamento Social do Século XX (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

Este é um material de referência muito produtivo. Você pode consultá-lo tanto do modo tradicional (ler os verbetes para ter uma ideia geral do panorama de discussões do tema em questão) quanto de maneiras criativas e instigantes. Por exemplo: i) ao olhar o Índice de Nomes e Assuntos, você tem uma ideia dos autores/conceitos que perpassam o tema que está investigando; ii) dá para seguir a cadeia remissiva dos verbetes (um "puxa" outro: ao finalizar um verbete, geralmente é indicado outro que tenha a ver com ele) e procurar refletir sobre o modo como se articulam; iii) ver a parte em que há pequenas fichas biográficas de autores significativos, etc.

Grifos e marcações

Marque visualmente seus textos, para que identifique o que precisa rapidamente. Mas não o faça a esmo: pense em estratégias! É interessante, por exemplo, criar símbolos específicos para cada situação (como colocar um asterisco ao lado de possíveis citações que possam fazer em seu trabalho, pôr colchetes – “[,]” – nas partes que tragam definições, outro sinal para sinalizar as perguntas, etc).

Certamente essas recomendações não se restringem apenas a estudos inscritos na sociologia compreensiva: você pode mobilizá-las em trabalhos acadêmicos de um modo geral. No entanto, elas não deixam de ter suas raízes em princípios da teoria racionalizante explicativa de Weber, não é mesmo?

Agora é sua vez: você se arrisca a pensar em mais estratégias de pesquisa para que seus estudos sejam mais produtivos?

Sem medo de errar

Na seção passada acompanhamos o início do processo investigativo de Judite, que até então havia conseguido identificar qual era a questão que mais a incomodava: *antes da consolidação da sociologia como uma área do conhecimento que tem como objeto a compreensão de fenômenos humanos, não havia o desejo de compreender os fenômenos humanos?*

Judite também avançou na articulação entre o que ela já sabia e sua pergunta-chave: formulou uma hipótese, que vai testar ao longo de seu trajeto (*o ser humano é curioso, mas o modo de satisfazer às suas questões seria diferente. No mundo medieval, não havia muito espaço para perguntas: tudo era da vontade de Deus apenas. Talvez isso bastasse porque a vida era mais estável, não havia grandes mudanças na sociedade. Mas, na passagem do mundo medieval para o mundo capitalista moderno, aquela resposta única não seria mais suficiente: as mudanças são rápidas, o mundo fica cada vez mais diferente, e é inevitável a necessidade de outras formas de se relacionar com as pessoas, com o mundo e... com o conhecimento!*).

Judite percebeu que costumamos nos referir à religião no singular, como se não houvesse outras. Ela mesma fez isso, ao pensar em sua hipótese! Foi procurar saber se Weber tinha algo a dizer sobre outras religiões. E havia: ele procurou compreender religiões que atraíram uma quantidade significativa de adeptos pelo mundo e foi notando a essência de cada uma delas, separadamente: enquanto o cristianismo ocidental, o protestantismo ascético e o judaísmo, por exemplo, preconizavam a abstenção de confortos materiais, o budismo, o hinduísmo, o cristianismo oriental e o sufismo se organizavam em torno de práticas contemplativas voltadas a forças sobrenaturais. Também havia outras diferenças, mas ao olhar cada uma Weber chega a um ponto significativo: era o modo de lidar com a doutrina da salvação que determinava posturas que afetam (influenciam) a sociedade. E é assim que identifica uma abertura importante para prosseguir rumo à compreensão de sua questão central: o que estaria na origem do capitalismo?

Prosseguindo com Judite: um turbilhão de ideias agitava sua mente! O que você imagina que ela poderia estar pensando? Se

estivesse no lugar dela, o que destacaria, do que já vimos até agora, como contribuições significativas para responder à questão que Judite formulou e/ou confrontar sua hipótese? Como dissemos, eram várias ideias movimentando o pensamento da garota. Vamos destacar o seguinte: o que aprende com Weber sobre os sistemas religiosos mundiais a aproxima de respostas para sua questão. "Ora", pensa Judite, "se, de um lado, quero saber se antes da sociologia existir não havia o desejo de compreender fenômenos humanos, e, de outro, Weber mostra que as condutas religiosas interferem na vida em sociedade (que inclui a relação com o conhecimento, claro!), então havia uma relação entre condutas religiosas (assim mesmo: no plural!) e o desejo de compreender (ou não) os fenômenos humanos!"

Outro ponto que lhe chamou a atenção: a aspirante à socióloga (ou, no mínimo, a moça curiosa que quer entender questões que a afetam) notou que: i) ao analisar os sistemas religiosos mundiais, o estudioso alemão mostra como são impactados pelo processo de desencantamento do mundo, ou seja, há um processo de racionalização que afeta tanto as cosmovisões religiosas quanto a força de dogmas religiosos como forma de explicação do mundo; e ii) esse processo de racionalização afeta diretamente a relação com o conhecimento: dele irrompem novos modos de pensar e de organizar as ideias.

A partir do ponto i) começa a sustentar teoricamente sua hipótese: havia uma hegemonia religiosa que determinava, inclusive, a relação com o conhecimento. Mas o processo de desencantamento, espinha dorsal das teorizações de Weber, muda essa relação. E o mais interessante é que, ao estudarmos a relação entre comportamento religioso e comportamento econômico, podemos notar como é rico esse processo: não é simplesmente um "enfraquecimento" das religiões adiante da racionalização do mundo! As próprias religiões são afetadas por essa racionalização, o que isso produz efeitos diversos: o estudo dos sistemas religiosos nos mostra como cada cosmovisão interfere na conduta econômica, e uma delas (que estudaremos mais especificamente na próxima seção) acaba formando as bases sobre as quais o capitalismo moderno ocidental se assenta e acaba por impor sua hegemonia ao mundo.

A partir do ponto ii), Judite vai se enveredando mais e mais pelo próprio processo de racionalização discutido por Weber para avançar. Faz uma pausa para planejar o modo como vai prosseguir: ainda há bastante trabalho pela frente para responder sua questão! Quais serão seus passos? Em que sentido vai caminhar? Para onde deve olhar? Essas são algumas das questões em que vale a pena pensar antes de seguir a jornada. E você? O que viemos conversando até o momento despertou alguma questão que gostaria de investigar? Como tem sido o “efeito Weber” em sua mente?

Avançando na prática

Pré-conceitos

Descrição da situação-problema

Dora está cursando a disciplina de Sociologia Compreensiva e resolveu fazer uma pesquisa seguindo a metodologia proposta no curso. Ao estudar a relação entre os sistemas religiosos e a conduta religiosa, percebeu a força do processo de racionalização impulsionando novas formas de sociabilidade. Mais do que isso: teve contato com uma forma de se aventurar pelo mundo do conhecimento, proposta por Weber, que a instigou!

A estudante ainda está pensando como vai trabalhar, qual é sua questão, de que modo vai tratá-la, o que ela quer com a pesquisa... Mas, com base no que vem aprendendo com Weber sobre seu exemplo clássico da teoria das ações que desenvolveu (a relação entre as esferas religiosa e econômica), decidiu aplicar essa teoria para compreender questões que a têm inquietado.

Dora ficou muito incomodada com um artigo que leu e quer refletir sobre o tema que ele coloca. O texto se chama “Modelo negra recria ensaios para mostrar falta de representatividade no mundo da moda” (**Redetv!** Notícias. Disponível em: <<https://goo.gl/Ws6J9h>>. Acesso em: 7 dez. 2016).

Ela quer incluir esse artigo em seu material de análise, porque entende que a proposta não rompe com um padrão de beleza idealizado, nem com seu fundamento (o apagamento das diferenças, de diferentes tipos de beleza): apenas substitui um de seus traços.

Muito significativo historicamente, mas não o suficiente para bastar por si só: os processos identitários articulam diferentes aspectos, e o preconceito funciona justamente tomando apenas um elemento como determinante (no caso, a cor da pele) e apaga os demais.



Esta é uma das fotos "recriadas" pela protagonista da campanha.

Dora está pensando em se aprofundar nessa questão. Ela conjecturou que a própria contradição gerada pelo preconceito racial vai abrir uma fissura nesse modo de compreensão da vida e corroê-lo aos poucos. Dessa forma, no futuro, o preconceito vai ruir completamente e teremos uma sociedade em que os sujeitos não serão mais categorizados conforme sua cor de pele. A metodologia proposta pela teoria explicativa de Weber é adequada para tratar a questão de Dora?

Resolução da situação-problema

Não. O direcionamento está fora da metodologia compreensiva weberiana: fazer previsões não está no escopo das teorias explicativas do estudioso. Como mostramos logo no início desta seção, "a sociologia weberiana se inspira numa filosofia existencialista que propõe uma dupla negação. Nenhuma ciência poderá dizer aos homens como devem viver, ou ensinar às sociedades como devem se organizar. Nenhuma ciência poderá indicar à humanidade qual é o seu futuro. A primeira negação o opõe a Durkheim, a segunda, a Marx." (ARON, 2000, p. 457-8)

Não estamos dizendo que Dora está errada, que não teremos de modo algum uma sociedade dividida racialmente no futuro e/ou que o preconceito ruiria a partir de suas próprias contradições etc. Também não estamos dizendo que a direção que ela tomou

está errada, que não pode fazer uma pesquisa para investigar essas ideias que conjecturou.

Não é isso! O ponto é: Dora tem que decidir o que é mais importante, porque os elementos de sua pesquisa precisam se articular: questão, objeto, objetivo, metodologia etc.). Ela tem que olhar o seguinte: se achar que o mais importante agora é praticar a Sociologia Compreensiva, precisa repensar o foco do seu trabalho; caso seja do seu desejo investigar se de fato essa sua ideia inicial se sustenta, então precisa mobilizar outro método de pesquisa. E aprendamos com ela: não existe pesquisa errada. O que existe é pesquisa desarticulada, inviável. Você percebe a diferença?

Faça valer a pena

1. Ao estudar diferentes populações mundiais, Weber se depara com o seguinte fato: países protestantes (sobretudo os calvinistas) tinham uma concentração de riqueza muito superior aos demais países. Esse foi o ponto de partida para sua sociologia religiosa, cujo método é aplicável para o estudo de quaisquer outras ações.

De que modo a ética religiosa interfere na ética econômica?

- a) A relação entre uma e outra é automática.
- b) A ética religiosa é uma das fontes de determinação da ética econômica.
- c) A ética religiosa determina exclusivamente a ética econômica.
- d) São sinônimos: Weber descobre que fazem parte da mesma esfera da vida social.
- e) A ética religiosa não interfere na ética econômica.

2. Weber classifica as religiões conforme sua tomada de posição diante do mundo.

Associe a conduta diante do mundo com seu respectivo sistema religioso:

- | | |
|--------------|---------------------------------------|
| I. Superação | 1. Cristianismo oriental e sufismo |
| II. Fuga | 2. Protestantismo ascético e judaísmo |
| III. Domínio | 3. Hinduísmo e budismo |
| III. Domínio | 4. Monge cristão ocidental |

Assinale a alternativa que contém a sequência correta da associação entre as colunas.

- a) I-1; II-2; III-3; IV-4.
- b) I-2; II-1; III-3; IV-4.
- c) I-4; II-3; III-2; IV-1.
- d) I-1; II-3; III-2; IV-4.
- e) I-3; II-4; III-1; IV-2.

3. “Toda teoria é política e tem articulações complexas com a forma como o político dominante se significa na sociedade e na história”. Isso não significa que se trate de “uma relação imediatista, nem automática. [Essa] relação [...] não tem a ver com o cientista em si, mas com as determinações que, de maneira mais ou menos direta, estão presentes na sua produção científica [...]. Tem a ver com o modo como o político se instala na formação social e aí produz seus efeitos” (ORLANDI, Eni. **Ciência da linguagem e política**: anotações ao pé das letras. Campinas: Pontes, 2014, p. 112).

De acordo com a perspectiva apresentada, analise as seguintes afirmações sobre a Sociologia Compreensiva de Weber:

- I. Por ser compreensiva, a teoria é neutra, sem nenhum viés político.
- II. A teoria é inevitavelmente política.
- III. O fato de ser política não significa que a teoria de Weber tenha algum viés partidário.
- IV. Como toda teoria é política, então certamente Weber tem algum direcionamento de esquerda.
- V. Como toda teoria é política, então certamente Weber tem algum direcionamento de direita.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) III e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

Seção 3.3

A ética protestante e o espírito do capitalismo

Diálogo aberto

Judite, aquela moça que não tem medo de assumir suas dúvidas e ir em busca respostas, quer compreender um fenômeno humano bastante significativo socialmente: a própria relação com o conhecimento. Veja bem: Ela não quer propor uma relação que considere adequada, nem fazer um estudo que a permita projetar o modo como essa relação se dará no futuro. Não que esses objetivos não sejam válidos, só não lhe servem. Ela quer algo que é subvalorizado, muitas vezes, na nossa sociedade: *compreender*. Você já pensou em como as certezas pré-constituídas costumam ser tão valorizadas que esvaziam os espaços para dúvidas, perguntas, novos aprendizados? Em um mundo cheio de “achismos”, em que frequentemente a opinião parece brotar de mentes recheadas de conhecimentos já prontos, nem sempre entendemos o valor do gesto de assumir um não saber e... aprender, pesquisar, investigar... Compreender!

Às vezes parece que ser inteligente é ficar engessado em suas certezas, como se as dúvidas e inquietudes fossem sinal de ignorância, não é mesmo? Você tem percebido como não é bem assim?

Estamos acompanhando Judite nesse gesto de coragem que é a jornada da compreensão. E a palavra é essa: coragem! Afinal, esse percurso implica necessariamente sair da zona de conforto. Implica assumir que há conhecimentos que não temos, que há outras formas de pensar o mundo, outras possibilidades de explicação... É um gesto de coragem porque implica se movimentar, sacudir nossas certezas empoeiradas e... avançar!

Quando começou a estudar, Judite pensava que saber era sinônimo de ter respostas, de encontrar explicações verdadeiras. Agora que está vendo que o saber é mais amplo, estudar tem

outras dimensões: inclui a identificação de incômodos (que podem/devem ser transformados em questões), a articulação de diferentes estratégias de pesquisa, o movimento de ir e vir entre um estudo e outro.

Ao se permitir ver o que Weber tinha a dizer sobre a relação entre ética religiosa e ética econômica, um dos aspectos que chamou muito a atenção de Judite foi a formulação de perguntas: “se uma religião formou o espírito do capitalismo”, raciocinou, “parece que a ousadia de perguntar forma o ‘espírito’ da teoria weberiana”.

Afinal: que perguntas direcionaram Weber em seus estudos? De que modo contribuíram para a formulação de suas teorias e conceitos? O que o autor só pôde afirmar depois de perguntar algo, ou seja, o que só pôde descobrir por conta das questões que foi pontuando?

E ainda: será que a teorização que dá vida ao estudo batizado como *A ética protestante e o espírito do capitalismo* pode ajudar Judite a se aproximar das respostas que busca?

Não pode faltar

Recapitulando...

Weber faz uma análise que envolve os seguintes aspectos:

- Comportamento financeiro diante da religião.
- A relação entre as organizações religiosas e as condutas na esfera econômica.
- O modo como as classes e os estratos sociais tendem a dirigir suas condutas religiosas.
- Os diferentes modos de lidar com a salvação e os impactos de cada um na economia.



Pesquise mais

Richard Swedberg é professor de sociologia na Universidade de Estocolmo e autor de uma obra reconhecida no meio acadêmico. Em

1998 ele publicou o livro *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*, cujo fio condutor é a discussão sobre o trabalho investido por Weber no sentido de integrar analiticamente a ideia de "comportamento guiado por interesses" e a ideia de "comportamento social".

Recomendamos esse trabalho inclusive porque a grande proeza intelectual de Weber foi captar as tendências de seu tempo e teorizá-las de modo a constituir uma base explicativa na qual outros contextos podem ser analisados. Ou, dizendo de outro modo: seria empobrecedor pensar em Weber apenas como um grande teórico da sociologia religiosa (embora o seja, também!), ou como alguém que desenvolveu conceitos e teorias aplicáveis apenas à Alemanha de seu tempo. A leitura deste livro ajuda a captar novas e outras possibilidades de pensamento advindas do trabalho do sociólogo e historiador alemão.

Segue a referência: SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

Na seção passada falamos sobre o modo como Weber entendeu e teorizou as religiões mundiais (ou seja, as que atraem "multidões" de crentes), e apresentamos suas constatações em relação ao vínculo de classe das religiões que Weber estudou.



Exemplificando

O confucionismo é típico de uma camada mais culta, de homens com formação literária; o hinduísmo reunia letrados indianos; o budismo, altamente elitista, tinha monges como adeptos; o islamismo inicialmente era uma religião de guerreiros; o judaísmo, de párias e, depois, foi sendo assumido por intelectuais; e o cristianismo, no início uma crença adotada por artesãos.

Também já conversamos sobre o trabalho de Weber em sua sociologia religiosa: questões, objeto, o que o levou por esse caminho, etc. Agora vamos olhar especificamente seu livro mais famoso, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Você tem curiosidade para saber o que tem de tão notável, afinal, nesse livro tão conhecido? Já deve ter uma ideia, não é mesmo? Mas vamos nos voltar neste momento exclusivamente a este estudo: vamos com você desbravar esse clássico da sociologia! Certamente

nenhum livro didático vai dispensar sua leitura integral, mas lhe daremos as coordenadas necessárias para guiá-lo nesta empreitada audaciosa: resumo, pontos-chave, questões principais... Vamos lá!

Resumindo

A ética protestante e o espírito do capitalismo é uma das obras consagradas na literatura mundial. A origem do capitalismo é explicada por Weber à luz de uma perspectiva cultural: segundo o estudioso, a teologia protestante (calvinista) impôs uma ascese que culminou no espírito do capitalismo. Refuta, pois, o materialismo histórico como única explicação possível para o sistema capitalista: indica um “espírito” gerador desse sistema, que estaria na base das ações econômicas.



Reflita

Vejamos o sumário de uma das edições do livro em questão:

INDICE	
INTRODUÇÃO DO AUTOR	1
I – O PROBLEMA	
1 Filiação Religiosa e Estratificação Social	19
2 O “Espírito” do Capitalismo	28
3 A Concepção de Vocação de Lutero; Tarefa da Investigação... ..	52
II – A ÉTICA VOCACIONAL DO PROTESTANTISMO ASCÉTICO	
4 Fundamentos Religiosos do Ascetismo Laico	65
A. O Calvinismo	67
B. O Pietismo	90
C. O Metodismo	98
D. As Seitas Batistas	101
5. A Ascese e o Espírito do Capitalismo	110
NOTAS DO AUTOR	133
ÍNDICE REMISSIVO	227

Fonte: Weber (1967, p. 131).

Além de indicar a página onde se encontra determinado capítulo, essa é uma parte que apresenta a estrutura da ideia desenvolvida pelo autor. Já notou isso? Analisando o sumário que mostramos a você, o que consegue dizer do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*? E, se começar a articular com o que já sabe até agora, o que dá para extrair dessas poucas linhas?

As diferenças socioeconômicas entre protestantes e católicos representam o primeiro ponto tratado por Weber: segundo o teórico, elas derivam das cosmovisões religiosas. A explicação sobre o que entende por “espírito” do capitalismo vem na sequência e, com isto, Weber expõe mais claramente sua tese. Fazem parte da primeira parte do livro, ainda, a diferença do conceito de vocação entre Calvino e Lutero e uma explanação sobre o objeto de pesquisa do autor.

Na segunda parte, o tema inicial é um estudo das condições históricas e teológicas do protestantismo calvinista e sua expansão pelo mundo, gerando o “espírito” capitalista. Por fim, o sociólogo trata da ascese protestante, mostrando como ela determinou o “espírito” do capitalismo. Para o autor, esse “espírito” preexiste ao próprio capitalismo: já estava ativo nos Estados Unidos antes mesmo de tomar a forma que esse sistema econômico tem atualmente.



Pesquise mais

Talvez você já tenha percebido que as elaborações teóricas de Weber que formam sua sociologia da religião não se atêm apenas a um de seus livros mais famosos, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Em seu livro didático, por exemplo, também mobilizamos outras obras do autor:

WEBER, Max. **Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982 [1946].

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1922].

Além dessas referências, há também o *Ensaaios reunidos de sociologia da religião*. E recomendamos a leitura do volume da “Coleção Grandes Cientistas Sociais”, em especial do artigo “Religião e racionalidade econômica”. O livro foi organizado por Gabriel Cohn, um dos especialistas em Max Weber no Brasil. Também é de sua autoria a “Introdução”.

Segue a referência completa: WEBER, Max. **Religião e racionalidade econômica**. COHN, Gabriel (Org.). Weber. São Paulo: Ática, 1991.

Gabriel Cohn também compartilha um pouco do seu conhecimento sobre Weber em uma entrevista que deu para a Univesp TV, em que responde

perguntas como: qual a importância de Weber para a Sociologia? Como enxergava a sociedade capitalista? A sociedade ideal seria a da dominação racional legal? O que o *Economia e sociedade* trouxe de novo para a sociologia? Ele também fala sobre *A ética econômica e o espírito do capitalismo*.

Outra ótima oportunidade de vê-lo desenvolver o assunto é assistir à sua participação no Café Filosófico.

Onde encontrar?

- Entrevista à Univesp TV (Disponível em: <<https://goo.gl/TCVg1f>>. Acesso em: 12 maio 2017).

- Café Filosófico (Disponível em: <<https://vimeo.com/60246357>>. Acesso em: 12 maio 2017).

Pontos-chave

Para aproximar você um pouco mais do sociólogo e historiador alemão, selecionamos alguns recortes em que aparecem pontos-chave da teoria expressa em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Note que eles constituem uma espécie de roteiro dessa viagem pelo mundo do conhecimento feito por Weber: cada tópico é um dos passos que o autor deu na direção da compreensão de suas questões. Também destacamos as **questões** que vão movendo o pesquisador em suas buscas por respostas (em **destaque**).

Essa parte pode ser lida de várias maneiras: você pode apenas atentar para os **tópicos** (a parte em **destaque**), e terá um panorama geral do percurso trilhado pelo sociólogo, pode ler fazendo esse movimento entre o geral (o tópico) e o específico (a citação), ou ainda seria bacana procurar no livro original onde está a citação e situá-la no contexto do livro (em que página está? Faz parte de qual capítulo? Como ela se articula com os parágrafos anterior e posterior e, num contexto mais amplo, com o estudo feito por Weber?). São muitas as formas de aproveitar esse recurso que estamos lhe proporcionando! Você pode combinar essas possibilidades, criar as suas, conferir se mencionaria também

a mesma citação ou se escolheria outra, etc. Só não vale seguir aquela leitura linear e desconectada, tão entediante... Encara o desafio? Vamos lá!

Estava Weber, inquieto, procurando formas de compreender o que teria inspirado ânimo e vigor ao capitalismo. Estudou várias organizações sociais e notou que “os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital” eram “predominantemente protestantes”. Conforme avança, vai se perguntando pela **relação entre religião e economia**: “a filiação religiosa não é uma causa das condições econômicas, mas, em certa extensão, aparece como resultante delas”. Tateando explicações para essa relação, o autor nota que “os mais desenvolvidos economicamente e os mais favorecidos pelos recursos e pela situação natural, principalmente as mais ricas cidades, é que aderiram ao protestantismo no século XVI”. É neste momento que pergunta: **por que razão as regiões de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja?**. E pondera: “a resposta a ela não é tão simples como se poderia pensar” (WEBER, 1967, p. 19-20, grifo nosso).

O caráter revolucionário da Reforma, que rompe com o domínio católico, atrai o olhar do estudioso: “é necessário notar [...] o fato de a Reforma não ter implicado eliminação do controle da Igreja, sobre a vida cotidiana, mas antes na substituição do controle vigente por uma nova forma” (WEBER, 1967, p. 20).

Weber fala ainda sobre uma **diferença** significativa **entre católicos e protestantes**, que interfere em práticas relacionadas à esfera econômica: “o domínio da Igreja Católica, ‘punindo o herege, mas perdoadando o pecador’ (...), é atualmente tolerado por povos de caráter econômico inteiramente moderno, e nasceu entre as mais ricas, e, economicamente, mais avançadas, nações da Terra, por volta do século XV” (WEBER, 1967, p. 20). Poderíamos pensar que a reforma teria o objetivo de sair da opressão religiosa, de se libertar do jugo dogmático, não é mesmo? Mas não é bem assim. Weber nos mostra que o problema, para os reformadores dos países com alto desenvolvimento econômico, não era o controle excessivo, mas a falta de controle. Tudo isso o faz pensar:

Como se deu então que, naquele tempo, os países mais avançados economicamente, e, dentro deles, as classes médias 'burguesas', não somente falharam na resistência a essa tirania inédita do Puritanismo, como ainda a defenderam heroicamente, de uma maneira raramente vista antes, e nunca depois manifestada (...)? (WEBER, 1967, p. 21, grifos nossos)

Também lhe interessou a **diferença entre a visão católica e a ascese protestante**: “o católico é mais tranquilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível, mesmo que isto implique uma renda menor”. E prossegue: “isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio ‘coma ou durma bem’. No presente caso, o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado” (WEBER, 1967, p. 23). Continua olhando para a **tendência religiosa predominante** nos países que teve a oportunidade de estudar:

Os católicos franceses mostram-se em suas camadas inferiores, muito interessados pelos prazeres da vida, e, nas mais altas, abertamente hostis à religião. Da mesma forma, os protestantes alemães são atualmente absorvidos pela vida contemporânea, e, nas camadas superiores indiferentes, em sua maioria, às questões religiosas. (WEBER, 1967, p. 24)

Nas páginas finais deste primeiro capítulo (“1. Filiação religiosa e estratificação social”), encontra na literatura clássica novas pistas que reforçam a **relação** que lhe parece haver **entre comportamento religioso e comportamento econômico**:

Montesquieu (*Esprit des Lois* [O espírito das leis], Livro XX, capítulo 7^o.) diz dos ingleses que ‘eles foram os que mais progrediram de todos os povos do mundo em três coisas importantes: na religião, no comércio e na liberdade’. *Não será possível que sua superioridade comercial e a sua adaptação a instituições políticas liberais tenham algum ponto de contato com esse grau de religiosidade que Montesquieu observou entre eles?* (WEBER, 1967, p. 27, grifos nossos).

Agora vamos entrar no outro capítulo, “2. O espírito do capitalismo”.



Refleta

O que você acha do título desse capítulo? Por que será que Weber juntou pontos tão distintos, economia (capitalismo) e religião (espírito) já no segundo capítulo do seu livro?

As páginas iniciais do capítulo são dedicadas a sentenças elaboradas por Benjamin Franklin (logo adiante vamos lhe mostrar uma descoberta muito interessante de Weber sobre isso!). Trata-se de um texto que evocaria qualidades morais, ações tingidas por uma ética religiosa que é justamente a que formaria o “espírito” capitalista.

Até aqui não lhe dissemos uma novidade, uma vez que há tempos estamos tocando nesse ponto. No entanto, o vínculo entre religião e economia ainda se mantém? Weber nos diz que não: há um movimento de articulação entre ações conduzidas pelas éticas religiosa e econômica em determinado momento histórico, porém **o capitalismo vai se desvinculando de sua base religiosa conforme avança pela via utilitária:**



Todas as atitudes morais de Franklin são coloridas pelo utilitarismo. A honestidade é útil porque assegura o crédito; do mesmo modo a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade, e esta é a razão pela qual são virtudes. Uma dedução lógica disto seria que, por exemplo, a aparência de honestidade bastaria quando fizesse o mesmo efeito, e um guia supérfluo dessa virtude evidentemente, pareceria a Franklin um desperdício improdutivo. (WEBER, 1967, p. 32)

De outra feita, Weber (1967, p. 33, grifo nosso) sintetiza magistralmente o ideário de Franklin:



Ante a pergunta: *por que se deveria ‘fazer dinheiro do ganho dos homens?’* o próprio Benjamin Franklin,

embora fosse um deísta pouco entusiasta, responderia em sua autobiografia com uma citação da Bíblia, com que seu pai, intransigente calvinista, sempre o assediou em sua juventude: 'se vires um homem diligente com seu trabalho, ele estará acima dos reis'.

"E daí?", talvez você pense, "por que o que Franklin disse teria tanta importância assim? Ele não diz nada de tão extraordinário assim!". E concordaríamos com você: não precisa ser alguém da envergadura de Weber para identificar características típicas do capitalismo no que Franklin diz. No entanto, é agora que vamos lhe contar o que sinalizamos inicialmente quando lhe dissemos que Weber fez uma descoberta interessante. O ponto crucial é o momento em que Franklin elaborou essas ideias: "na terra natal de Benjamin Franklin (Massachusetts), o espírito do capitalismo (no sentido que lhe conferimos) estava presente antes do "desenvolvimento capitalista". E quando seria isso? "Já em 1632 havia queixas contra as manifestações específicas de habilidade calculista na busca do lucro ocorridas na Nova Inglaterra, que assim se distinguia das outras colônias, na América do Norte." (WEBER, 1967, p. 35)

Destacamos, ainda neste capítulo, questões que Weber formula conforme avança em suas buscas:

Como é que uma atividade, quer era, na melhor das hipóteses, eticamente tolerada, transformou-se em uma vocação no sentido de Benjamin Franklin? Como se explica historicamente o fato de no centro mais altamente capitalista daquela época (...) fosse considerado eticamente perigoso, ou fosse quando muito tolerado, aquilo que, nas retrógradas circunstâncias pequeno-burguesas da Pensilvânia do século XVIII, onde a economia se via ameaçada (...) a regredir ao estágio primitivo de troca (...) a mesma coisa fosse considerada moralmente digna de louvor e pudesse mesmo equivaler a uma norma de vida? (...) De que rol de ideias originara-se a concepção de uma atividade dirigida para lucros, encarada como uma vocação para a qual o indivíduo se sentisse com obrigações? Por que foi esta ideia que determinou o modo de vida do novo empreendedor, sua fundamentação ética e sua jurisdição? (WEBER, 1967, p. 49, grifos nossos)

”

No capítulo seguinte (“3. A concepção de vocação de Lutero; tarefa da investigação”), Weber nos diz que **há na teologia luterana um processo gradativo que culmina na concepção de trabalho como vocação divina**: “com a realização progressiva da ideia de ‘sola fide’, em todas as suas consequências e resultados decorrentes, na oposição cada vez mais aguda contra as ‘deliberações evangélicas’ dos monges ‘ditadas pelo demônio’, foi surgindo o conceito de vocação (WEBER, 1967, p. 53). **A concepção de trabalho como vocação divina começa com Lutero, mas ainda se baseava no ponto de vista tradicionalista**: “quase não é preciso apontar para o fato de Lutero não poder ser identificado ao ‘espírito do capitalismo’, pelo menos no sentido em que temos usado esse termo, nem, aliás, em qualquer outro sentido” (WEBER, 1967, p. 54). **O conceito de vocação luterano não explica o espírito do capitalismo**, esse conceito “só possuía [...] um alcance problemático [...]. Com isso, não se quer dizer que também a forma luterana da nova ordem de vida religiosa não tivesse tido um significado prático para o objeto de nossa investigação. Antes pelo contrário.” (WEBER, 1967, p. 58)

Vale lembrar também o que Weber reforça: “não existe nenhuma tentativa de fazer juízo de valor, sócio-político ou religioso, do conteúdo da Reforma”. O que o sociólogo e historiador pretende, então? Ele nos diz: “trata-se de tornar mais claro o impacto que os motivos religiosos tiveram no processo de desenvolvimento da moderna cultura secular.” (WEBER, 1967, p. 61)

Na segunda parte do livro, o capítulo inicial (4. “Fundamentos religiosos do ascetismo laico”) é dedicado ao estudo do calvinismo, do pietismo, do metodismo e das seitas batistas, ou seja, dos “representantes históricos do protestantismo ascético.” (WEBER, 1967, p. 65)

Deste capítulo, destacamos inicialmente o que seria **a doutrina mais característica do calvinismo, a predestinação**, que teria gerado “o sentimento de uma inacreditável solidão interna do indivíduo. No que era, para o homem da época da Reforma, a coisa mais importante da vida – sua salvação eterna – ele foi forçado a, sozinho, seguir seu caminho ao encontro de um destino que lhe fora designado na eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo” (WEBER, 1967, p.72). **O calvinismo estabelece uma religiosidade racional, na qual o indivíduo se encontra sozinho em seu percurso individual**, e:

[...] parece um mistério como a indubitável superioridade do Calvinismo na organização social pode se relacionar com suas tendências para arrancar o indivíduo dos mais fortes laços pelos quais ele se liga a este mundo. Todavia, por mais estranho que possa parecer, ela decorre da forma peculiar que o amor fraternal cristão foi forçado a assumir através da fé calvinista, sob a pressão do isolamento interno do indivíduo. Em primeiro lugar, ela decorre disto dogmaticamente. O mundo existe para a glorificação de Deus, e somente para este fim. O cristão eleito está no mundo apenas para aumentar esta glória, cumprindo seus mandamentos ao máximo de suas possibilidades. Mas Deus requer obras sociais de cristão, porque Ele deseja que a vida social seja organizada segundo seus mandamentos, de acordo com aquela finalidade. (WEBER, 1967, p. 75)

É aqui que Weber chega a um ponto nevrálgico de seu percurso: a questão da salvação. "A questão '**sou um dos eleitos?**' deve ter empurrado para segundo plano todos os outros interesses. **E como posso estar seguro deste estado de graça?** Para o próprio Calvino, isso não foi um problema." (WEBER, 1967, p. 76, grifos nossos)

É justamente a questão da predestinação que se torna crucial no destino capitalista. Vejamos.

Da doutrina da predestinação decorre a dúvida quanto à salvação, e a necessidade de se resolver com ela:

Por um lado, [...] a falta de autoconfiança era o resultado da falta de fé, portanto, de graça imperfeita. A exortação ao apóstolo de fortalecimento da própria vocação é aqui interpretada como um dever de obter certeza da própria dedicação e justificação na luta diária pela vida. Em vez dos humildes pecadores, a quem Lutero prometia a graça se a Deus se confiassem em fé penitente, foram produzidos estes santos autoconfiantes. (WEBER, 1967, p. 77)

A isso se acrescenta o trabalho incessante, base do espírito do capitalismo, que deriva do puritanismo: "por outro lado, a fim de

alcançar aquela autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada, como o meio mais adequado. Ela, e apenas ela, afugenta as dúvidas religiosas e dá a certeza da graça” (WEBER, 1967, p. 77).

Do próximo capítulo (“5. A ascese e o espírito do capitalismo”), destacamos o modo como Weber enxerga **a relação entre o calvinismo e os bens materiais** (e, pois, com o capitalismo):



A ideia do dever do homem para com os bens que lhe foram confiados, aos quais se subordina como administrador, ou até como “máquina de ganhar dinheiro”, estende-se com seu peso paralisante sobre toda a vida. Quanto maiores as posses, mais pesado será o sentimento de responsabilidade, se prevalecer a mentalidade ascética em conservá-los integralmente para a glória de Deus, ou em aumentá-los através de infatigável trabalho. A gênese deste tipo de vida remonta também, como tantos outros traços do moderno espírito capitalista, à Idade Média, mas foi só na ética do protestantismo ascético que ele encontrou seus fundamentos morais mais consistentes. Seu significado no desenvolvimento do capitalismo é óbvio. (WEBER, 1967, p. 122)

Outro ponto fundamental é a **dissociação entre o capitalismo e sua base religiosa**:



Desde que o ascetismo começou a remodelar o mundo e a nele se desenvolver, os bens materiais foram assumindo uma crescente, e, finalmente, uma inexorável força sobre os homens, como nunca antes na História. Hoje em dia – ou definitivamente, quem sabe – seu espírito religioso safou-se da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu abrigo. (WEBER, 1967, p. 131)



Assimile

Basicamente, o estudo de Weber passa por três pontos: 1) estranhamento, 2) formulação de questões e 3) investigação. Vejamos:

1) Estranhamento: o grau de racionalização atingido no ocidente é inédito. Houve países ricos não ocidentais, muito desenvolvidos artística, científica e/ou economicamente, mas em nenhum deles haveria a combinação de características típica do capitalismo ocidental.

2) Questões: as três grandes questões investigadas por Weber são:

O que é capitalismo? / Como se formou? / Por que os primeiros grandes países capitalistas são protestantes calvinistas?

3) Investigação: para o estudioso, as linhas de ação percorridas por diferentes indivíduos vão tecendo as relações sociais. Ou seja, as ações de cada um compõem o tecido social. Nem sempre essas ações têm relação entre si, cada ação tem sua trajetória. Não satisfeito com esses entendimentos, Weber começa a se perguntar: em algum momento, uma ação passa a ter importância para a outra? Uma ação pode ser significada a partir do modo como se relaciona com outra?

O exemplo clássico de sua teoria das ações é justamente a explicação sobre o modo como determinadas populações europeias orientam ações religiosas de acordo com ações econômicas e, com isto, prosperam financeiramente.

Com isto, oferecemos a você uma visão geral do trabalho que Weber investe em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e reforçamos o convite: que tal uma visita à obra do autor para olhar o que mais nos diz sobre os tópicos que recortamos? Sabemos que a leitura de um clássico é sempre um desafio, mas esperamos que nossos esforços ao menos lhe inspirem a vontade de tentar!

Sem medo de errar

Estamos acompanhando Judite, uma iniciante na sociologia, nesse gesto de coragem que é a jornada pela compreensão. E a palavra é esta: coragem! Afinal, esse percurso implica sair da zona de conforto. Implica assumir que há conhecimentos que não temos, que há outras formas de pensar o mundo, outras possibilidades de explicação... É um gesto de coragem porque implica se movimentar, sacudir nossas certezas empoeiradas e... avançar!

Foi o que fez Weber: a princípio, por exemplo, as esferas religiosa e econômica são diferentes e parecem ser independentes: uma não tem relação alguma com a outra! Enquanto a esfera religiosa tende a unir as pessoas, a econômica tende a dividir, a colocar em conflito; enquanto a esfera religiosa produz resultados abstratos (a ideia de moral, de retidão etc.), a econômica produz resultados materiais (dinheiro, que se converte em bens das mais diversas ordens). E assim por diante: há muitas diferenças entre uma esfera e outra, e nada parece articulá-las. Até que Weber faz todo um percurso em que ele captura um momento em que essas esferas se relacionariam e produziriam efeitos impactantes para o mundo todo! Judite está impressionada com as descobertas do sociólogo: basicamente, i) teria havido toda uma movimentação religiosa na qual irrompe a doutrina calvinista e sua influência social; ii) as condutas praticadas pelos calvinistas teriam produzido resultados que impactam a esfera econômica e geram o espírito que formaria o capitalismo e lhe sopraria vida e vigor; e iii) pouco a pouco, o capitalismo teria se desprendido de sua base religiosa e ganhado vida própria, irrompendo pelo mundo e se colocando como sistema político e econômico hegemônico.

Essas descobertas só são possíveis porque Weber teve a audácia de questionar o mundo em que viveu! Ele se aproximava de respostas para sua grande questão (o que originou o capitalismo, fazendo dele um sistema político e econômico que “vence” os demais?) à medida que fazia pequenas perguntas (que tal revê-las, na parte “Pontos-chave” desta seção?).

Ao se permitir ver o que o sociólogo que é um dos grandes nomes do cenário intelectual mundial tinha a dizer sobre a relação entre ética religiosa e ética econômica, um dos aspectos que chamou muito a atenção de Judite foi justamente a formulação de perguntas: ela foi percebendo que o trajeto do autor não é cimentado por certezas e, sim, cravado de pontos de interrogação que irrompem e vão abrindo novas aventuras pelo conhecimento. Em vez de ser um caminho fechado, aprisionador, é um caminho libertador, que nos tira da obrigação de ser “inteligente” (“sabe-tudo”). É difícil e desafiador, pensa Judite, e ainda assim libertador. E você, o que pensa disso?

Quando começou a estudar, Judite pensava que saber era sinônimo de ter respostas, de encontrar explicações verdadeiras. Já

reparou como é comum tratar o conhecimento como um dogma, uma certeza inquestionável? E você, lembra de alguma situação em que se apegou de tal forma a uma certeza sua que a sentiu como um dogma, uma verdade absoluta?

Pois bem, agora que Judite está vendo que o saber é mais amplo, estudar tem outras dimensões: inclui a identificação de incômodos (que podem/devem ser transformados em questões), a articulação de diferentes estratégias de pesquisa, o movimento de ir e vir entre um estudo e outro...

Quando pegamos um livro na prateleira, "esquecemos" todo o processo que o constituíu. No caso de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, olhar para esse processo é especialmente importante, e Judite bem o percebe. Você se lembra sobre o que falamos na última seção sobre a importância de Weber na Sociologia da religião e, para além disso, no cenário intelectual mundial?

É, mas o processo de pesquisa não é nada fácil. Temos que lidar com momentos de desânimo, empolgação, frustração, inquietude, irritação, calma... Cada etapa de pesquisa ativa uma emoção (ou um misto delas!) e encaramos tudo isso diante desse desafio. Conforme nossos passos vão se sucedendo, já não somos quem éramos antes: Weber, por exemplo, não seria o Weber que conhecemos se não tivesse se enchido de coragem para seguir esse rumo. Já pensou nisso? Antes de todo o *glamour* que um nome como o dele conquista no mundo das ideias, há toda uma insatisfação com as certezas disponíveis e uma busca por respostas que atendam às suas curiosidades, dúvidas, inquietações... Não é uma questão de ser mais inteligente, ou melhor do que os outros. É uma questão de ser muito curioso e de dar espaço para essa curiosidade em sua vida. Já dissemos algo sobre isso, não é mesmo?

Pois é justamente esse ponto que está na base do processo de racionalização que tanto chama a atenção de Weber: as explicações de ordem mágica ou teleológica não servem mais, a curiosidade e a busca por respostas passam pelos caminhos da ciência e da tecnologia.

Judite resolveu encarar esse desafio. E nós, junto com ela, estamos aqui, de braços dados, lidando com essa grande aventura! Vamos deixar para você escolher que autores lerá (e, principalmente, como

os lerial!), se acha que a hipótese dela se sustenta ou não, a que conclusões chegaria ao final dessa caminhada, etc. Nosso ponto é mostrar para você como funciona a Sociologia Compreensiva, que é a base do estudo feito por Judite, para que sinta um pouco os efeitos e consequências desse modo de pensar em questões.

Uma pesquisa se sustenta basicamente em um tripé: objeto, questão e método. Cada um desses pontos se desdobra, e a teia formada pela articulação entre eles é o que constitui a pesquisa. Vamos sistematizar o trabalho de Judite:

- Objeto: a relação com o conhecimento.
- Questão: antes de a sociologia irromper não havia o desejo de compreender os fenômenos humanos?
- Método: sociologia compreensiva (racional).

O objeto de pesquisa advém de algo que chama a atenção do pesquisador. No caso de Judite, ela estava estudando sobre a constituição da sociologia como disciplina, como área do saber, e aprendeu, como já vimos, sobre o contexto em que essa área do conhecimento foi constituída (século XIX, avanço do capitalismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa etc.) e o que a impulsionou (o desejo de compreender os fenômenos humanos). Até então tudo bem. O que ela não entendeu foi: antes não havia o desejo de compreender os fenômenos humanos?

De sua questão deriva uma hipótese: o ser humano é curioso, mas o modo de satisfazer às suas questões seria diferente. No mundo medieval, não havia muito espaço para perguntas: tudo era da vontade de Deus apenas. Talvez isso bastasse porque a vida era mais estável, não havia grandes mudanças na sociedade. Mas, na passagem do mundo medieval para o mundo capitalista moderno, aquela resposta única não seria mais suficiente: as mudanças são rápidas, o mundo fica cada vez mais diferente, e é inevitável a necessidade de outras formas de se relacionar com as pessoas, com o mundo e... com o conhecimento!

Para investigá-la, ela busca estratégias que tornem suas leituras mais produtivas (como conversamos na última aula, lembra?). Também

já conversamos sobre a metodologia que Judite segue, baseada na Sociologia Compreensiva weberiana, que se sustenta no seguinte tripé: 1) o foco é a conexão de sentidos, ou seja, como determinadas ações se articulam com outras e vão tecendo uma rede de sentidos que vão constituindo a organização social em estudo; 2) o método será racionalista, ou seja, captável intelectualmente (e não afetiva ou artisticamente, por exemplo) e 3) fazer uma pesquisa para 3.1) dizer como a relação com o conhecimento deveria ser ou 3.2) sinalizar como ela será no futuro estão fora de questão.

E agora deixamos você com estas perguntas: também mexe com você essa questão que mexeu com Judite? Se fosse pesquisá-la, que autores consultaria? Como faria as leituras?

Avançando na prática

... (des)necessárias?

Descrição da situação-problema

Márcia Neder é uma pesquisadora brasileira. Escreveu um artigo chamado "A mãe desnecessária", em que discute o papel materno. Vamos conferir:

A boa mãe é aquela que vai se tornando desnecessária com o passar do tempo. Várias vezes ouvi de um amigo psicanalista essa frase, e ela sempre me soou estranha. Chegou a hora de reprimir de vez o impulso natural materno de querer colocar a cria embaixo da asa, protegida de todos os erros, tristezas e perigos.

Uma batalha hercúlea, confesso. Quando começo a esmorecer na luta para controlar a supermãe que todas temos dentro de nós, lembro logo da frase, hoje absolutamente clara. Se eu fiz o meu trabalho direito, tenho que me tornar desnecessária. Antes que alguma mãe apressada me acuse de desamor, explico o que significa isso.

Ser 'desnecessária' é não deixar que o amor incondicional de mãe, que sempre existirá, provoque vício e dependência nos filhos, como uma droga, a ponto de eles não conseguirem ser autônomos, confiantes e independentes. Prontos para traçar seu

rumo, fazer suas escolhas, superar suas frustrações e cometer os próprios erros também.

A cada fase da vida, vamos cortando e refazendo o cordão umbilical. A cada nova fase, uma nova perda é um novo ganho, para os dois lados, mãe e filho. Porque o amor é um processo de libertação permanente e esse vínculo não para de se transformar ao longo da vida. Até o dia em que os filhos se tornam adultos, constituem a própria família e recomeçam o ciclo. O que eles precisam é ter certeza de que estamos lá, firmes, na concordância ou na divergência, no sucesso ou no fracasso, com o peito aberto para o aconchego, o abraço apertado, o conforto nas horas difíceis. Pai e mãe – solidários – criam filhos para serem livres. Esse é o maior desafio e a principal missão. Ao aprendermos a ser ‘desnecessários’, nos transformamos em porto seguro para quando eles decidirem atracar (NEDER, M. Geledés. Disponível em: <<https://goo.gl/hVaHRn>>. Acesso em: 9 abr. 2017. Grifos nossos).

Gina leu esse texto e está pensando em levá-lo à faculdade: a turma está explorando a sociologia religiosa de Weber. Na aula passada, falaram sobre a relação entre ética religiosa e ética econômica, e o que mais lhe chamou a atenção foi um comentário do professor: **as formulações** de Weber sobre essa relação fizeram dele uma grande referência na área de sociologia da religião. Mas **o modo como chegou a essas formulações** fez dele um dos grandes intelectuais do século! Ela não entendeu muito bem na hora. Ficou pensando nisso, mas a ideia ainda não fazia muito sentido para ela. Conversando com Judite, compreendeu: essa relação é “apenas” o exemplo clássico de uma teoria que o consagrou intelectualmente, por ser aplicável a qualquer outra questão social. Ela ficou instigada a tentar fazer isso: pegar um objeto que não tenha nada a ver com a esfera religiosa e mobilizar o que aprendeu na disciplina para analisá-lo.

Gina leu o texto de Márcia Neder sobre a maternidade, e ficou pensando: “será que esse seria um exemplo da proposta de Weber? Pelo fato de buscar compreender o papel materno, poderíamos dizer que foi pensado à luz da Sociologia Compreensiva?” Gina tende a achar que sim, e está pensando em levar à aula para conversarem sobre isso. Será que é uma boa ideia?

Resolução da situação-problema

Sem dúvida esse artigo é bastante interessante: faz as ideias se movimentarem, dá aquela sacudida nas nossas certezas pré-constituídas. Se vamos concordar com o ponto de vista da autora ou não, essa é outra questão. Mas, ao nos perguntarmos se ela tira o assunto do lugar-comum, se traz novas ideias para pensar... sim, diríamos que nisso Neder é muito boa!

É uma ótima ideia levá-lo à aula para discutirem, embora Gina esteja equivocada quanto à perspectiva teórica de Neder. De todo modo, uma boa discussão só pode chatear quem quer se provar "inteligente" o tempo todo, não é mesmo? Perceber que se confundiu não é um problema para quem quer se entender com suas dúvidas, com suas questões: ao contrário, é essencial para desembaraçar as ideias e poder avançar em suas buscas!

Se Gina tiver coragem de confrontar suas próprias ideias, dará de presente a si mesma a possibilidade de descobrir que o texto de Márcia Neder não é um exemplo de estudo realizado à luz da Sociologia Compreensiva. Primeiro, porque, embora Neder trate de ações individuais (assim como Weber), seu foco são essas ações em si. Ela não está interessada em entender como essas ações individuais vão se entretecendo e formando o tecido social. Seu ponto é outro! Além disso, a noção de *compreensão* de autores como Weber se desprende da ideia de dizer como algo deveria ser. O que está em jogo é entender o que fez com que fosse de determinada maneira, e não de outra.

A via pela qual Márcia Neder incursiona é diferente: argumenta, em sua perspectiva, como uma mãe deve ser. Basicamente: a perspectiva do sociólogo weberiano é focada em compreender **como é**; a da psicanalista (é essa a área de Márcia Neder) é focada em **como deve(ria) ser**. São pontos de vista válidos, cada um à sua maneira, mas... são diferentes, bem diferentes. Percebe?

Gina poderia fazer ou encontrar uma pesquisa focada na compreensão do papel materno conforme a proposta de Weber, mas o direcionamento seria diferente do rumo que o texto de Neder tomou.

Faça valer a pena

1. Considere as seguintes perguntas, recortadas de estudos significativos na área de sociologia:

I) “Por que lá [na China e na Índia, países ricos e com desenvolvimentos notáveis] não alcançou o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico o mesmo grau de racionalização que é peculiar ao Ocidente?”

II) “Montesquieu (*Esprit des Lois* [O espírito das leis], Livro XX, capítulo 7^o.) diz dos ingleses que ‘eles foram os que mais progrediram de todos os povos do mundo em três coisas importantes: na religião, no comércio e na liberdade’. Não será possível que sua superioridade comercial e a sua adaptação a instituições políticas liberais tenham algum ponto de contato com esse grau de religiosidade que Montesquieu observou entre eles?”

III) “Como é que uma atividade, que era, na melhor das hipóteses, eticamente tolerada, transformou-se em uma vocação no sentido de Benjamim Franklin? Como se explica historicamente o fato de no centro mais altamente capitalista daquela época, em Florença, nos séculos XIV e XV [...] fosse considerado eticamente perigoso, ou fosse quando muito tolerado, aquilo que, nas retrógradas circunstâncias pequeno-burguesas da Pensilvânia do século XVIII, onde a economia se via ameaçada [...], a mesma coisa fosse considerada moralmente digna [...]? Falar aqui de um reflexo das condições “materiais” sobre a “superestrutura ideal” seria patentemente insensato. De que rol de ideias originava-se a concepção de uma atividade dirigida para lucros, encarada como uma vocação [...]? Por que foi esta ideia que determinou o modo de vida do novo empreendedor, sua fundamentação ética e sua jurisdição?”

IV) “Na base de todos os sistemas de crenças [...] deve haver necessariamente um certo número de representações fundamentais que [...] em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes desempenham as mesmas funções. São esses elementos permanentes que constituem o que há de eterno e de humano na religião [...]. Como é possível chegar a atingi-los?”.

V) “A conhecida frase ‘a religião é o ópio do povo’ é considerada como a quintessência da concepção marxista do fenômeno

religioso pela maioria de seus partidários e oponentes. O quão acertado é este um ponto de vista?”.

Quais questões encontraremos em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*?

- a) I, II e III, apenas.
- b) I e V, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) IV, apenas.
- e) V, apenas.

2. A religião é uma das instituições mais instigantes, abre diversas questões em relação aos fenômenos humanos. Não é à toa que Marx, Weber e Durkheim, que vão constituir as três correntes sociológicas fundamentais depois de Auguste Comte, tomaram a religião como objeto de estudos.

Em relação à religião, o ponto central de Weber é compreender:

- a) Seus símbolos e representações.
- b) Como funcionam os rituais.
- c) O que há em comum em todas as religiões.
- d) Como suas práticas interferem na conduta econômica.
- e) A supremacia da Igreja Católica.

3. “O capitalismo vinculava-se à racionalização na vida prática. Foi a presença muito significativa de protestantes de várias seitas entre os empresários e os trabalhadores qualificados nos países capitalistas mais industrializados que sugerira a Weber a possibilidade da existência de algum tipo de afinidade particular entre certos valores presentes na época do surgimento do capitalismo moderno e aqueles disseminados pelo calvinismo” (BARBOSA, M. L. O.; QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: BARBOSA, M. L. O. et al. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 133).

Atualmente qual é a relação entre a esfera religiosa e a esfera econômica, segundo os princípios de Weber?

- a) Não há relação, são esferas independentes e autônomas.
- b) O capitalismo se dissociou de sua base religiosa inicial.
- c) Uma esfera só existe em consonância com a outra.
- d) A relação é de adversidade, uma esfera repulsa a outra.
- e) A riqueza material depende única e exclusivamente da filiação religiosa.

Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (Orgs). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

COHN, Gabriel. Café filosófico: A sociologia de Weber. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/lr4MG9>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LAZARTE, Rolando. **Max Weber: Ciência e Valores**. São Paulo: Cortez, 2001.

POLLACK, Michael. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (parte II). **Mana** [on-line], v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/abdNci>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1922].

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982 [1946].

Tópicos especiais da sociologia de Max Weber

Convite ao estudo

Max Weber foi um homem extremamente atento ao seu tempo, um erudito que pensou nos caminhos para o desenvolvimento de sua pátria, a Alemanha, e os fundamentos sociológicos e racionais da sociedade moderna.

Como observaremos, muito embora exista uma distinção em suas sociologias específicas, Weber compreende a esfera da política, da economia e do direito pela mesma ótica da racionalização. Deste modo, estudaremos nesta unidade as tipologias e o processo de racionalização dessas esferas.

A política, a economia e o direito são três pilares da sociedade ocidental, de maneira geral, são interdependentes, ou seja, o processo de racionalização de uma dessas esferas não se faz sem a racionalização de outra. Assim, a manifestação racional do capitalismo não poderia surgir na história da humanidade sem a formulação de um direito racional e sem a burocracia, que, como iremos estudar, é a forma de dominação política mais tipicamente racional.

Para avançar na discussão de todos esses temas, trabalharemos com o seguinte contexto de aprendizagem: Antônio trabalha em um banco e, recentemente, foi promovido ao cargo de gerente. Por isso, ele precisa se atualizar e se preparar para lidar com um novo tipo de clientela em sua empresa. Antônio será responsável pela área de empréstimos e investimentos, e trabalhará com novos clientes que buscam recursos do banco para pequenos e grandes investimentos.

Seu primeiro cliente é um empreendedor microempresário. Antônio deve não apenas oferecer assessoria econômica, mas também auxiliá-lo com a documentação necessária para a abertura de sua empresa. Nesse empreendimento o microempresário se assusta com a quantidade de documentos necessários para abrir sua pequena empresa: são certidões, autorizações, termos de compromisso e uma infindável gama de documentos que parecem não ter razão de ser.

Esse contexto permite-nos levantar as seguintes questões: qual a importância da burocracia para o capitalismo moderno? Qual a relação entre a burocracia e o Estado? E a esfera do direito, como esta se relaciona com a política e a econômica? Como a temática da racionalidade é discutida nessas distintas esferas?

Exploraremos todos esses questionamentos nesta unidade! Em especial, na primeira seção, abordaremos a sociologia política elaborada por Weber, na segunda seção, trataremos da sociologia econômica e, na última, discutiremos alguns elementos sobre o direito pela ótica da sociologia compreensiva.

Vamos lá?

Seção 4.1

Sociologia e política

Diálogo aberto

Você já parou para pensar como funciona a burocracia no Estado moderno? Quantas vezes você já não se viu perdido em meio à necessidade de tantos documentos e prazos, dentre outras exigências burocráticas? E quantas vezes não nos sentimos impotentes diante de um burocrata que, em vez de nos esclarecer, se utiliza de regras e leis obscuras para nos manter ainda mais confusos? Isso é burocracia? Será que é sobre isso que Weber trata em suas obras?

Nesta seção, vamos estudar sobre o processo de racionalização do Estado moderno e da política, assim, poderemos observar de maneira científica as diversas orientações do Estado e da política. Estudaremos também as formas de dominação traçadas por Weber: a dominação tradicional, a dominação racional-legal e a dominação carismática. Isso contribuirá para que você avance um pouco mais no seu conhecimento sobre a sociologia weberiana e, em especial, em sua relação e compreensão sobre a política.

Como observaremos, Weber traça diversas formas de dominação política no decorrer da história e interpreta a burocracia como uma forma de organização histórica que alcança sua racionalidade com a modernidade. Muito embora a burocracia possa parecer obscura, ela é a forma mais eficaz de organização moderna. A burocracia trabalha com regras impessoais, impedindo o arbítrio; ela é rotineira, dando uma boa margem de previsibilidade nas organizações, além de exigir um constante processo de especialização e delimitação das funções.

Entendendo que a burocracia pode ser compreendida como o império das leis e dos funcionários especializados, tentemos refletir um pouco como seria uma sociedade sem burocracia. Imagine uma sociedade sem leis, ou melhor, uma sociedade em que as leis e regras sejam ditadas de acordo com a arbitrariedade de um determinado chefe. Suponha que nessa sociedade os funcionários do Estado

ocupassem cargos de acordo com a proximidade que tivessem desse líder e que esses funcionários não soubessem nada sobre o funcionamento das leis e tampouco fossem pessoas preparadas para ocupar aqueles cargos. E, então, como seria essa sociedade?

Imaginamos que você poderia pensar: isso acontece em muitos lugares do Brasil! O que é uma meia verdade. É fato que no Brasil ainda temos muitas formas de clientelismo político e práticas de nepotismo, porém é verdade também que nos últimos anos uma série de leis e procedimentos jurídicos e administrativos vem sendo criada para evitar essas práticas, não é mesmo? A discussão desta seção nos possibilitará uma melhor reflexão sobre esse aspecto.

Agora, vamos retomar o contexto de aprendizagem da unidade e, em especial, a situação-problema desta seção. Antônio, que está assumindo um novo cargo como gerente de um banco, ao entrar em contato com novos clientes, tem se questionado sobre a real necessidade de tanta documentação para prosseguir com o seu trabalho com novos contratos de empréstimos. Diante dessa situação, questionamos: será que essa burocratização não cria obstáculos para a livre-iniciativa privada? Não seria a morosidade da burocracia um empecilho para o desenvolvimento econômico? No entanto, como começar um empreendimento sem normas e regulações? Como garantir que o empreendedor cumpra sua parte no processo? E, ainda, como garantir que as regras do contrato sejam impessoais e válidas para todos? Convidamos você a encontrar algumas dessas respostas nesta seção. Vamos começar?

Não pode faltar

Max Weber dava especial atenção para a ação política, considerando que é por meio da política que os homens podem tornar-se senhores de seus destinos. É certo que a política é uma ação do cotidiano, entretanto, ela é também ação institucional e profissional, uma ação de líderes que possuem vocação e podem “pôr os dedos entre os raios da roda da história” nas palavras do nosso autor.

Essa preocupação com a política é fruto de seu tempo, e a instabilidade da jovem nação alemã, o surgimento da democracia

de massas na América e a Revolução Russa influenciaram seu pensamento político e sociológico.

A interpretação da política

Em uma das suas mais importantes conferências, no capítulo "Política como vocação", Weber (2011) busca compreender as diferenças institucionais dos Estados Unidos (EUA) e da Alemanha para traçar a formação de tipos diferentes de democracia, além de analisar quais são os requisitos necessários para o homem político.

Analisando os Estados Unidos (EUA), Weber vê surgir naquele país uma democracia de massas caracterizada pelo diletantismo (amadorismo) dos funcionários públicos, que, de maneira geral, eram indicados pelo partido. O modelo plebiscitário da democracia norte-americana fazia com que os partidos se tornassem verdadeiras máquinas de caçar votos, muitas vezes comandadas por grandes empresários que defendiam interesses econômicos de seu grupo. Não menos problemático era o caso da Alemanha, na qual uma máquina burocrática se instaurava sem um grupo suficientemente coeso e forte para assumir as necessidades política do Estado alemão.

Como já foi observado, na Alemanha a industrialização foi desenvolvida por uma elite tradicional beneficiada pelo processo de unificação da nação promovida por Bismarck. Assim, quando Weber começa a refletir sobre a política, encontra a ala liberal da burguesia alemã destituída de poder e em franco declínio. Entretanto, o Partido Social-Democrata alemão, representante da esquerda, parecia se alinhar ao pensamento conservador e preferir certo conforto do crescimento econômico a uma luta direta pelos direitos sociais.

Com a necessidade de um Estado para o desenvolvimento da política alemã, caberia ao Estado Nacional o equilíbrio das forças internas para que a Alemanha viesse a se tornar economicamente competitiva no mercado internacional.

Dentro dessa perspectiva surge um problema: quem deveria assumir as rédeas do Estado para o caminho do desenvolvimento alemão? Em outras palavras, que tipo de liderança caberia ao Estado alemão? Quem poderia colocar os interesses do poder da nação acima de interesses particulares?

Para Weber, apenas aquele que possui a vocação política poderia auxiliar esse processo. Para compreender o que é vocação política o sociólogo faz uma primeira distinção: há na política aquele que vive *da* política e aquele que vive *para* política. Viver *da* política significa a profissionalização da prática política, o seu assalariamento e também sua especialização. Muito embora esse viver *da* política pareça retirar certa nobreza da atividade política, o assalariamento do político é necessário para evitar o surgimento de uma plutocracia (governo dos ricos).

No entanto, o viver *para* política é a atividade política que se faz com paixão, é viver *por* e *para* uma causa. Aquele que vive *para* política encontra nesta um fim para sua vida, seja pelo exercício do poder, seja porque a política se torna uma causa que oferece um significado para sua vida.

É importante notar que a vocação política está em saber dosar o viver *da* política, ou seja, equilibrar certo profissionalismo da atividade política, com o viver *para* política. Nas palavras do próprio Weber:



Quem vive “para” a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em “fim de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar o equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma causa que dá significação a sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. (WEBER, 2011, p. 78)

Outra importante distinção feita pelo sociólogo se refere aos valores éticos do político vocacionado. Ora, aquele que deseja o poder de influir sobre a vida das pessoas deve possuir certos valores éticos que lhe oriente. O homem político não deve agir apenas por paixão. Muito embora seja a paixão o primeiro impulso da causa política, ele deve agir também guiado por um senso de proporção e um sentimento de responsabilidade.

Aqui, Weber nos apresenta duas éticas diversas na atividade política: uma ética da convicção e outra ética da responsabilidade. Aquele que age por convicção está atrelado aos seus valores e age sempre de

acordo com estes, dando pouca atenção às consequências de seus atos. No entanto, a ética da responsabilidade é a ética do político que se guia entendendo a necessidade de um frio senso de proporção, nem sempre faz aquilo que acredita ser o melhor ou o mais justo, mas pauta-se pela eficiência de sua ação.

Weber também busca ponderar as duas éticas na atividade política, afinal, não se faz política sem convicção, tampouco se pode fazer política sem um senso de responsabilidade sobre seus atos.



Refleta

A ética da convicção e a ética da responsabilidade

Será que na atualidade nossos políticos têm agido por convicção ou por responsabilidade? Refletindo sobre essas duas éticas em consonância à teoria da ação de Max Weber, em que medida a ética da convicção representa uma ação racional orientada para valores e a ética da responsabilidade seria uma ação racional orientada para fins?

Sociologia da dominação: os três tipos puros e seu desenvolvimento

Visto as posturas políticas de Weber, é hora de analisar sua sociologia política desenvolvida em seu clássico *Economia e Sociedade* (1999), também chamada de sociologia da dominação.

Para a sociologia weberiana, a política tem valor como atividade do ser humano, uma atividade de ação e congregação, o que significa que o Estado é uma de suas manifestações históricas, mas não a única, posto que a política é anterior e não prescinde do Estado.

Para Weber o Estado é a racionalização da atividade política e pode ser definido como uma agregação política que reivindica o monopólio da violência legítima, ou, nas palavras de Weber, "monopólio do uso legítimo da violência física". O que significa que, nas sociedades modernas, apenas o Estado possui o direito legítimo de exercer a violência. Claro que esta não é a única característica do Estado moderno, entretanto, é a mais específica, ou seja, nenhum outro agrupamento humano possui

essa característica. Podemos observar que o Estado convive, ou mesmo concorre, com outras instituições como a Igreja, a escola e as empresas privadas, entretanto, apenas ele possui o monopólio da violência legítima.



Assimile

A definição de Estado

Vejam os um parágrafo da conferência *Política como vocação*:



Mas o que é um “agrupamento político” do ponto de vista de um sociólogo? O que é um Estado? Sociologicamente o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez, de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituam, historicamente, os precursores do Estado moderno. Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo meio específico que lhe é peculiar, tal como é peculiar todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física (WEBER, 2011, p. 67).

É certo que o Estado se utiliza de outros meios para levar a cabo seus empreendimentos, como a administração racional dos recursos públicos, que é uma tarefa fundamental do Estado que ocorre juntamente à racionalização do direito público. Outras funções essenciais do Estado são a proteção de seus cidadãos e a educação como formação de quadros para gerir o próprio Estado. Entretanto, a *ultima ratio*, ou seja, em última instância, o meio específico do Estado é o uso da coerção física, ou seja, este é o meio que lhe é próprio.

Nesse contexto, podemos concluir que a política é a atividade humana que busca perturbar, manter ou deslocar as relações de domínio. Precisamos nos lembrar que o poder é a capacidade ou probabilidade que um indivíduo ou grupo de indivíduos possui de

impor sua própria vontade sobre outros indivíduos. A dominação, por sua vez, é a rotinização desse poder, ou seja, para haver dominação deve haver a duração do poder.

Assim, situando um pouco a teoria do poder e da dominação em Weber, vamos refletir sobre as formas de dominação.

Nenhuma dominação é apenas coerção externa, as relações de mando e obediência necessitam de uma legitimidade dos dominados, ou seja, uma adesão ao processo de domínio. Assim, a teoria da dominação de Weber se funda em três tipos que estão intimamente vinculados a sua teoria da ação social. Os três tipos puros de dominação são: a dominação tradicional, a racional-legal e a dominação carismática.

A dominação tradicional se funda na crença da tradição (no argumento do "sempre foi assim"). É a dominação do patriarca ou do rei que se legitima historicamente pelo costume. Já a dominação racional-legal se funda no império das leis. É a dominação burocrática moderna que se legitima pela crença na racionalidade do direito e dos chefes designados pela lei. E, finalmente, a dominação carismática é a dominação legitimada pelo "dom", pelo poder extracotidiano do líder carismático, que pode ser um guerreiro, um orador, um messias ou um político. Dos três tipos de dominação, a racional-legal é a mais impessoal, enquanto a carismática é a mais emocional.

É importante frisar que Weber trabalha com tipos puros, ou tipos ideais de dominação, o que significa que raramente esses tipos se encontram em estado puro na realidade histórica. Por exemplo, um líder pode manter o seu domínio baseado em mais de um tipo de dominação.

Na dominação tradicional o chefe se mantém no poder pelo costume, seus funcionários são seus súditos que podem ser recrutados, conforme o caso, entre escravos, libertos ou vassalos. A dominação tradicional é formada por laços sociais personalistas e relações de favor com o soberano, razão pela qual falta a esse tipo de dominação a especialização técnica racional. Em muitos casos, não há separação entre o funcionário e seu cargo, ou seja, o cargo pertence privadamente ao súdito. Nos antigos impérios

e reinos da era medieval, os cargos burocráticos, por exemplo, o de cobrador de impostos, pertenciam aos funcionários e podiam mesmo ser transferidos hereditariamente.



Exemplificando

A dominação tradicional

Na história existem inúmeros exemplos de dominação tradicional: a gerontocracia, na qual as leis e os costumes se regulam pelos mais velhos; o patriarcalismo, no qual o poder é hereditário; o sultanismo, em que o poder está concentrado nas mãos do sultão e o patrimonialismo, regime político no qual o poder está concentrado na mão do monarca e não há distinção entre patrimônio público e privado. Este último é o mais conhecido e típico domínio tradicional. O patrimonialismo foi recorrente na Europa medieval e é a dominação típica dos reis e suseranos.

A forma mais típica de dominação racional-legal é a burocracia, na qual prevalece o domínio impessoal das leis, em que todos os cidadãos devem obedecer às leis e ter seus direitos garantidos pelo Estado. No regime burocrático, o funcionário não possui os meios administrativos, ele representa um agente impessoal da lei, e a burocracia é um empreendimento contínuo de administração e distribuição de competências. Assim, a dominação burocrática é altamente especializada, ou seja, ela só pode existir de maneira eficiente por meio de uma crescente especialização de técnicas administrativas. Para o seu bom funcionamento exigem-se também uma hierarquização dos comandos e uma documentação escrita de toda decisão. São esses mecanismos que garantem uma impessoalidade e racionalidade administrativa. Observe que a dominação burocrática é diametralmente oposta à dominação tradicional.



Exemplificando

A dominação racional-legal ou burocrática

Um bom exemplo de dominação burocrática são as repartições públicas de prefeituras. Ali todos os documentos são registrados por escrito, as reuniões são documentadas em ata e as decisões e normas são

registradas e publicadas em diários oficiais. Grande parte dos funcionários é selecionada por meio de concursos meritocráticos e a condução destes deve seguir normas estritas mantendo uma impessoalidade e racionalidade para o bom funcionamento do sistema.

Por fim, a dominação carismática, exercida pelo líder carismático, se funda na emotividade, na fé e no extraordinário. É o poder do demagogo, do herói, do militar, do messias ou do revolucionário. O domínio carismático se opõe ao domínio racional-legal na medida em que é um domínio fundado na emoção, não na razão. A dominação carismática se opõe também à dominação tradicional porque se funda no extracotidiano, não nos costumes de longa duração. Nessa perspectiva a dominação carismática pode representar uma ruptura tanto com a tradição quanto com a legalidade.

A dominação carismática possui a força necessária para a transformação das relações de dominação, ela é impulsiva e, justamente por isso, pode reconstruir uma nova ordem, novas normas e novos regulamentos. Legitimada pela emotividade do extracotidiano, a dominação carismática deve sempre se renovar para se manter, deve oferecer motivação e entusiasmo para ter uma duração. O poder carismático pode surgir em momentos de crise, em momentos de transição da ordem social, mas pode também ser o germe de uma crise, um poder em constante movimento e instável, já que não se funda nem na tradição dos costumes, tampouco na frieza das leis, é o poder irracional da emotividade, como dizia Weber, o carisma é a epifania de si mesmo.



Exemplificando

A dominação carismática

Na história da humanidade temos diversos exemplos de dominação carismática, líderes messiânicos, profetas, heróis, generais e até mesmo líderes políticos institucionais. Weber não busca julgar o sentido moral da dominação carismática, mas sim o seu surgimento e desenvolvimento, assim, tanto Hitler quanto Madre Teresa de Calcutá podem ser representados como líderes carismáticos.

Observe que os três tipos puros de dominação correspondem aos tipos de ação social elaborados por Weber. A dominação tradicional se baseia na ação social tradicional, a dominação racional-legal está atrelada à ação social racional com relação a fins, enquanto a dominação carismática se funda na ação social afetiva. Isso demonstra a integridade e inteireza do pensamento desse sociólogo.

Agora que vimos a tipologia dos três tipos puros de dominação resta analisarmos como esses tipos se concretizam na história, como se inter-relacionam, se sobrepõem e se intercalam.

O patrimonialismo é a forma mais típica no ocidente de dominação tradicional. Nesse sistema de dominação os funcionários eram proprietários de seus cargos e de seus meios administrativos, exercendo sua autoridade nas províncias em nome do rei. Tal sistema de dominação, dada a sua continuidade, podia assemelhar-se com o modelo burocrático, entretanto, faltam ao patrimonialismo a impessoalidade e a não propriedade do cargo por parte do funcionário, que são dois pilares da estrutura burocrática nos estados modernos que garantem a separação da esfera pública da esfera privada.

No patrimonialismo não há distinção de interesses públicos e interesses particulares. Nesse sistema político prevalecem o arbítrio do chefe e um apego à tradição.



Pesquise mais

Leia o "Homem Cordial", quinto capítulo do livro *Raízes do Brasil* do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

O tipo de dominação patrimonialista serviu para diversos historiadores e sociólogos pensarem a formação do Brasil. Nossa herança colonial e a escravidão beneficiaram a formação da família patriarcal e o surgimento de um tipo de funcionário patrimonialista. Como explica Sérgio Buarque de Holanda, o funcionário público brasileiro encarava a esfera pública como extensão da família, tratando os interesses oficiais como interesses privados.

A referência bibliográfica completa do texto indicado é a seguinte:
HOLANDA, Sérgio Buarque. "Homem Cordial". In: _____ **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A burocracia, que para Weber é o tipo mais puro de dominação racional-legal, existiu antes do Estado moderno. Os antigos impérios do Egito, os principados romanos, a Igreja Católica e o império chinês já conheciam a burocracia como forma de organização administrativa. O que diferencia a burocracia do Estado moderno da antiga burocracia é o seu maior caráter racional, seu desenvolvimento estatutário e sua financeirização. A burocracia começa a ser estimulada já na época do Absolutismo, isso porque a necessidade de organização do território e a centralização política do rei absolutista exigiam uma ampla e complexa organização racional.

Assim, a burocracia moderna nasce da necessidade de organização do território, da unificação de mercados, da necessidade de comunicação, da racionalização do direito e da crescente financeirização do Estado absolutista.

No regime democrático, a burocracia é ainda mais necessária e incentivada, já que esse regime necessita de uma legalidade estatutária, uma impessoalidade, uma especialização crescente do funcionalismo e a não apropriação privada do cargo pelo funcionário. Entretanto, nem sempre a burocracia “anda de mãos dadas” com a democracia, Estados autoritários também desenvolvem burocracias racionais legais, como no caso da Alemanha Nazista, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou mesmo do regime ditatorial brasileiro (1964-1985). Em regimes autoritários, a burocracia pode se tornar instrumento de dominação, hierarquização e centralização do poder a ponto de tornar-se irracional e obscurantista.



Pesquise mais

O Processo, de Franz Kafka.

No famoso romance *O processo* (2008), o escritor austro-húngaro Franz Kafka narra a saga do senhor K. contra a máquina burocrática. O personagem principal sofre um processo sem saber o crime que cometeu. No desenvolvimento do romance, o senhor K. se vê sozinho e impotente diante de uma burocracia irracional e autoritária. Neste caso, em vez de remover a personalidade em nome da impessoalidade do processo legal, a burocracia torna-se uma máquina de acúmulo de poder e obscurantismo.

Para saber mais sobre esse enredo, leio o livro *O Processo*, de Franz Kafka. Segue a referência bibliográfica: KAFKA, Franz. **O processo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

O modelo burocrático de dominação é similar ao modelo hierárquico militar. Assim como o soldado no modelo hierárquico militar, o burocrata no modelo burocrático não contesta ordens, ele é uma peça na engrenagem que segue o comando de seus superiores. Nesse processo surge a alienação burocrática. Se para Marx a alienação do trabalhador ocorre com a fragmentação do trabalho, para Weber é a máquina burocrática e a impossibilidade de reflexão exigida no Estado burocrático que são as grandes responsáveis pela alienação do funcionário burocrata, o qual, ao aceitar o frio império das leis, ou seja, a legalidade racional própria do Estado, abre mão de uma das maiores capacidades humanas, a reflexão.

O terceiro tipo de dominação é a dominação carismática. Como observamos, ela se caracteriza como uma dominação extracotidiana; é causa e efeito de revoluções e crises. Dado seu caráter passional, é o tipo de dominação menos previsível e fluida. Um dos grandes problemas sociológicos da dominação carismática é compreender como ela pode durar, ou, ainda, como ocorre a sucessão do líder carismático depois de sua morte.

Max Weber analisou diversos casos como a sucessão do Dalai Lama, em que se busca alguém com características semelhantes ao antigo mestre, ou a sucessão por indicação do chefe em exercício, ou ainda por meio de oráculos. Independente da forma de sucessão, cedo ou tarde, a dominação carismática tende a tornar-se uma dominação racional-legal ou tradicional, voltando assim à normalidade.

Nesse sentido, podemos observar que há uma relação intrínseca e sucessória entre as formas de dominação. A passagem da dominação tradicional para uma ordem racional-legal pode ser impulsionada por uma dominação carismática que enseja uma revolução. No entanto, o domínio burocrático pode ser abalado pela chegada de um líder carismático que flexibilize as leis e coloque certa desordem no sistema. Como já afirmamos, esses

tipos de dominação são tipos ideais e podem conviver dentro de um mesmo sistema, cabendo ao sociólogo e historiador analisar cada caso e as formas de sucessão do poder.

A educação em Weber

O processo de racionalização representa um processo denominado por Weber como “desencantamento do mundo”. Ou seja, um processo de intelectualização dos homens e de explicação cada vez mais racionais sobre os fenômenos. Neste contexto, explicações mágicas e seres encantados são cada vez mais descartados como explicação do mundo.



Assimile

Desencantamento do mundo

O termo “desencantamento do mundo” é frequente nos escritos de Weber e, como demonstrou o sociólogo Antônio Flávio Pierucci (2003), possui uma enorme gama de significados. Entretanto, de maneira generalizante, podemos entender o termo desencantamento do mundo como um longo processo de substituição das explicações mágicas pela ciência, ou a expulsão de seres mágicos do pensamento ocidental, o que significa uma “desmagificação” do mundo. Observe, então, que desencantar o mundo significa racionalizá-lo, ou seja, o desencantamento do mundo está vinculado à preponderância da ação racional com relação a fins no plano individual, a intelectualização no plano cultural e a legalização institucional no plano formal.

Ora, para efetivação da burocracia, ou seja, a dominação racional-legal, seja ela exercida pelo Estado, seja exercida por uma empresa privada, existe a necessidade de se formar homens especializados. A sociedade moderna racionalizada exige não apenas uma obediência cega às leis, mas também a formação de indivíduos que fazem essas leis e de homens e mulheres que administrem patrimônios. Observe que o direito racional e a administração burocrática são dois pilares do capitalismo e do Estado moderno.

Nesse contexto, a ordem burocrática só pode se reproduzir por meio da educação voltada para a formação de burocratas. A

educação técnica é necessária para o processo de racionalização e para o surgimento do funcionário especializado, peça fundamental para o bom funcionamento do aparato burocrático. Assim, se o processo de racionalização representa a preponderância da dominação racional-legal, ele significa também a substituição do funcionalismo dileitante pelo funcionário técnico especializado, e a educação tem um papel fundamental nesse processo.

Tanto o Estado burocrático quanto a empresa capitalista necessitam de uma educação sistemática, formação de funcionários treinados para lidar com leis e aparatos administrativos. Nesse contexto o império da lei substitui o "mundo encantado" de outrora; e a ciência, que afastou as explicações irracionais do mundo, é agora a mola propulsora da racionalização. É assim que a educação sistemática racional se torna a criadora do novo homem moderno, racional e especializado. Para Weber, a educação não é uma forma de emancipação, mas antes um instrumento de aquisição de honras, de status, de ascensão social e material.

Dentro ainda da tipologia weberiana, a educação assume também três funções, a saber, despertar o carisma no aluno, transmitir uma tradição ou transmitir um conhecimento especializado.

A educação para o carisma não chega a formar uma pedagogia sistematizada, trata-se de uma educação peculiar para a formação de indivíduos peculiares. É a educação daqueles que podem revelar dons mágicos ou heroicos ou, ainda, a educação para futuros líderes carismáticos, ou seja, a educação carismática é uma educação extracotidiana.

O segundo tipo de educação, denominado como pedagogia do cultivo, visa formar homens cultos para determinadas camadas sociais. Essa educação busca cultivar a reflexão interior e determinados comportamentos sociais de acordo com a classe à qual pertence o indivíduo.

O terceiro tipo de educação é o que Weber chamava de pedagogia do treinamento, uma educação sistemática orientada para a formação de especialistas, administradores e burocratas, ou seja, voltada para a transformação do indivíduo em um perito.

Uma educação do treinamento é uma educação que está longe de ser emancipadora. Weber deixava transparecer certo pessimismo com esse tipo de educação moderna, uma educação que se afastava do humanismo e formava seres racionais especializados. O sociólogo chega a observar uma luta do “especialista” contra o mais antigo “homem culto”. Nas palavras do autor:

Essa luta é determinada pela expansão irresistível da burocratização de todas as relações públicas e privadas de autoridade e pela crescente importância dos peritos e do conhecimento especializado. Essa luta está presente em todas as questões culturais íntimas. (WEBER apud RODRIGUES, 2007, p. 68)



Ou seja, a pedagogia do cultivo se opõe à pedagogia do treinamento, da mesma forma que a dominação tradicional se opõe à dominação racional-legal. Entretanto, a educação imposta pela burocratização da vida é uma forma de fragmentação do espírito humano, o que acarreta também um processo de alienação, ou a impossibilidade de se desenvolver um espírito humanista e cultivado em decorrência da especialização voltada para a ascensão material e ao poder.

Sem medo de errar

Em nossa situação-problema vimos como as dificuldades burocráticas levaram Antônio a uma reflexão sobre a real necessidade da burocracia. Como observamos no decorrer desta seção, a burocracia é uma forma de organização moderna necessária à ordem racional. Assim, muito embora ela pareça morosa e, às vezes, inútil, ela é ainda a forma mais eficaz de organização e uma maneira de proteger as partes em uma negociação privada.

Lançamos também, no início desta seção, uma provocação sobre o caso brasileiro e o processo de racionalização e burocratização. Você se lembra?

Imaginamos que você possa pensar que, no Brasil, a burocracia não serve ao cidadão, ou, ainda, que não existe uma burocracia racional no Brasil. Aqui os cargos seriam ocupados por pessoas indicadas por poderosos, e esses funcionários, na maioria das vezes, sequer possuem competência para exercer a função destinada.

Essa ideia de que não existe uma organização racional no Brasil é recorrente e pode expressar certos preconceitos a respeito do país. É fato que ainda vivemos práticas de nepotismo político, formas autoritárias de dominação e formas pouco eficazes de organização, entretanto, em nossa história recente, há inúmeros exemplos de tentativas de modernização do país.

Como observamos, existem três tipos puros de dominação: a tradicional, a racional e a carismática. Assim, podemos afirmar que em determinados contextos no Brasil ainda prevalecem tipos tradicionais de dominação, entretanto, o desenvolvimento democrático e a imposição da burocracia juntamente à exigência de um modelo meritocrático de distribuição de cargos vêm combatendo formas arcaicas de manutenção e transmissão do poder.

Em nossa história recente tivemos diversos líderes carismáticos que conseguiram, em certa medida, combater o excesso de poder de determinados grupos. Getúlio Vargas é um bom exemplo. Durante os anos 1930, esse político se utilizou de seu carisma na tentativa de modernização do Estado brasileiro e regulamentação da legislação trabalhista. É óbvio que essas regulamentações foram fruto de muitas lutas sindicais, razão pela qual, uma vez no poder, Vargas buscou neutralizar os sindicatos que faziam oposição à sua liderança.

O modelo populista da política varguista, que foi duramente criticado por alguns setores, pode ser lido da seguinte maneira: se, por um lado, foi uma resposta às velhas formas de dominação tradicional, por outro lado, criou novas formas de dominação carismáticas e beneficiou o surgimento de novas oligarquias. Muitos historiadores demonstram como os diversos grupos que chegam ao poder buscam racionalizar e modernizar o Estado burocrático brasileiro.

Faça valer a pena

1. Max Weber em inúmeros textos seus deixa claro que não há um fim específico do Estado, mas sim meios para atingir diversas finalidades. A educação, a administração, a proteção são meios de atingir determinados fins. Como observava Weber: "Sociologicamente o Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez, de outro lado, não é possível referir tarefas das quais se possa dizer que tenham sempre sido atribuídas, com exclusividade, aos agrupamentos políticos hoje chamados Estados ou que se constituam, historicamente, os precursores do Estado moderno." (WEBER, 2011, p. 67)

Para Max Weber a principal razão do Estado é:

- a) Manter a coerção e o monopólio legítimo da violência.
- b) Integrar os cidadãos nas estruturas sociais.
- c) Manter um corpo diletante de funcionários.
- d) Racionalizar a empresa moderna.
- e) Equilibrar as diversas esferas da sociedade.

2. Desembocamos, assim, na questão decisiva. Impõe-se que nos demos claramente conta do fato seguinte: toda atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, à ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção – diríamos, em linguagem religiosa. "O Cristão cumpre seu dever, e, quanto aos resultados da ação confia em Deus" – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade nos diz: "Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos". Perderá tempo quem busque mostrar, da maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentar as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais – o sindicalista não acreditará. Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus,

que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comum do homem (pois, como dizia Fichte, não temos direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação. (WEBER, 2011, p. 143)

A respeito da ética da convicção e da ética da responsabilidade, é correto afirmar que:

- a) A ética da convicção é irracional.
- b) A ética da convicção é uma ética da eficiência.
- c) A ética da responsabilidade é uma ética racional.
- d) Ambas as éticas são irracionais.
- e) São éticas similares.

3. A sociologia política de Weber se preocupa com as relações de poder e dominação. Poder pode ser definido como a possibilidade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos impor sua própria vontade a outros indivíduos ou grupos de indivíduos. A rotinização do poder se configura como um processo de dominação. Assim, na base da sociologia política de Weber encontramos os processos de dominação. Seguindo a tipologia weberiana distinguimos três formas de dominação: a dominação tradicional, a dominação racional-legal e a dominação carismática. Cada uma dessas formas de dominação se vinculam às tipologias da ação de Weber.

Sobre os três tipos de dominação definidos por Weber, é correto afirmar que:

- a) A dominação racional-legal já existia na antiguidade.
- b) A dominação tradicional é extracotidiana.
- c) A dominação carismática é pautada nos costumes.
- d) A dominação racional-legal e a dominação tradicional se aproximam da ação racional com relação a valores.
- e) A dominação carismática se vincula à ação afetiva.

Seção 4.2

Sociologia e economia

Diálogo aberto

Você já pensou o que distingue o capitalismo de outras formas de organização econômica? Será que o capitalismo é uma forma universal de organização ou surgiu recentemente na história da humanidade?

Os economistas clássicos se esforçaram para demonstrar que o capitalismo representa uma forma natural de organização, uma vez que, segundo eles, a troca e a racionalidade da ação econômica são inerentes ao ser humano. Entretanto, o capitalismo tal como conhecemos é uma manifestação histórica, já que existiram na história da humanidade outras formas de organização econômicas. Assim, vamos refletir nesta seção o que caracteriza, em última instância, o capitalismo ocidental ou, para usar a terminologia de Max Weber, o que é mais típico na manifestação do capitalismo no ocidente.

Para este estudo vamos retomar o contexto de aprendizagem da unidade e voltar ao caso de Antônio, que está em seu novo cargo no banco em que trabalha. Ele deve agora se preparar para fazer novos investimentos para o banco. Para tanto, o gerente deve aplicar o capital dos clientes na bolsa de valores, de maneira que esse capital gere dividendos aos acionistas. Antônio reconhece os riscos dessa aplicação, uma vez que, se aplicar o capital de maneira equivocada, pode perder muito dinheiro. Assim, a aplicação deve ser a mais racional possível, entretanto, também deve contar com a imprevisibilidade do próprio mercado.

Será que toda forma de organização econômica depende de um mercado imprevisível? Se o capitalismo é uma manifestação racional, por que existe tanta imprevisibilidade nas regras do mercado? Pode existir organização econômica sem o mercado?

Não pode faltar

Grande parte dos estudos históricos de Max Weber versa sobre a formação econômica. Encontramos essas interpretações históricas em suas obras da juventude. Entretanto, o autor só viria a sistematizar sua sociologia econômica na preparação de sua monumental obra *Economia e sociedade* (1999); e é no segundo capítulo desse livro que encontramos as principais reflexões de Weber sobre a economia.

No cerne de suas reflexões está o capitalismo, diferente de Marx, para quem aquele é um modo de produção que surge no século XVI e tem seu pleno desenvolvimento no século XIX. Weber interpreta o capitalismo como um sistema econômico que já existia na antiguidade, muito embora ainda não racionalizado. Assim, já podemos observar que a sociologia econômica weberiana está preocupada com o processo de racionalização do mundo e, como veremos, faz parte de sua sociologia compreensiva e de sua teoria da ação social.

O segundo capítulo de *Economia e sociedade*, no qual Max Weber escreve sobre a gestão econômica, é amplo e complexo. Falta a esse capítulo uma clara sistematização das ideias. Como se sabe, *Economia e sociedade* é um livro incompleto, já que Weber veio a falecer enquanto ainda escrevia suas principais ideias, o que explica a dificuldade de organização delas nesse capítulo. Aqui, abordaremos os principais conceitos e tipificações do autor, para tanto, seguiremos a explanação do sociólogo Richard Swedberg (2005), que dedicou parte de sua obra à reflexão da sociologia econômica weberiana.

A teoria econômica e a sociologia econômica

Weber compreende a economia como o meio pelo qual os homens se organizam para a satisfação de suas necessidades em meio a um conjunto de recursos escassos. Observe que tanto as necessidades quanto os recursos escassos não se limitam a aspectos materiais, podemos ter desde a simples necessidade de alimentação até mesmo a necessidade de uma edificação religiosa. Como o próprio autor viria a explicar:

”
Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por socioeconômicos vinculam-se ao fato básico de que a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. Por sua vez, o caráter de fenômeno socioeconômico de um evento não é algo que seja objetivamente inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. (WEBER, 1982, p. 79)

Para Weber não há necessariamente uma essência que caracterize o fenômeno econômico, cabendo ao pesquisador orientar sua pesquisa de acordo com seus interesses, dessa forma determinado fenômeno pode ser analisado por uma diversidade de prismas, inclusive o econômico. Assim como outras sociologias, a sociologia econômica está vinculada ao interesse do pesquisador em analisar determinado fenômeno pelo viés econômico.

A análise econômica para o sociólogo alemão se funda em três ciências: a história econômica, a sociologia econômica e a teoria econômica. Weber definia esses três ramos dos estudos econômicos como ciências culturais, o que quer dizer que são ciências que estudam fenômenos dotados de significado, ou seja, são fenômenos impulsionados por um interesse. Seja o interesse material ou ideal é ele quem orienta a ação do agente.

Visto a ideia de teoria econômica, resta-nos esclarecer qual seria a concepção weberiana de ação econômica. Vamos lá?

Ao elaborar uma tipologia da ação econômica, Weber traz uma distinção entre ação econômica e ação economicamente orientada. Weber faz essa distinção para ampliar a análise econômica. Dessa forma, atividades que a princípio não se configuram como atividades econômicas podem ter relevância econômica na interpretação de determinado fenômeno. Uma guerra, por exemplo, não é em si uma ação econômica, mas pode ser orientada economicamente pelo investimento em armas ou pela conquista de determinados bens materiais.



Assimile

Na análise weberiana, "uma ação será denominada 'economicamente orientada' na medida em que, segundo seu sentido visado, esteja referida a cuidados de satisfazer o desejo de obter certas utilidades". (WEBER, 1999. p. 37)

Utilidade para Weber se refere tanto às mercadorias quanto aos serviços. Ao pensar em utilidade não nos referimos simplesmente à satisfação de necessidades. A utilidade, ou seja, o valor de uso de um determinado objeto vai além da mera satisfação das necessidades, pois pode incluir também a geração de lucro. Além disso, utilidade comporta a ideia de possibilidade que algo seja útil, fato central na teoria econômica.

A ação econômica, por sua vez, possui duas direções: uma doméstica e outra voltada para geração de lucros. A economia doméstica foi a primeira a surgir na história da humanidade e foi preponderante por muito tempo.



Exemplificando

A agricultura de subsistência, por exemplo, é uma economia doméstica que só se torna lucrativa à medida que produz excedentes; já a empresa moderna é totalmente voltada para produção em massa para o mercado, portanto, para a geração de lucro.

A ação econômica, seja ela doméstica ou com orientação ao lucro, pode ser ainda racional ou tradicional.



Exemplificando

O tipo tradicional vigorou em grande parte da história da humanidade, na Grécia antiga, por exemplo, o comércio era uma forma de troca totalmente baseada em relações místicas e tradicionais.

Para sintetizar essas ideias, apresentaremos o pequeno quadro seguinte elaborado por Swedberg (2005):

Quadro 4.1 | Os dois tipos fundamentais de ação econômica: a economia doméstica e a geração de lucros

Tipologia	Ação econômica tradicional	Ação econômica racional
Economia doméstica	Unidade doméstica tradicional, <i>oikos</i> (unidade familiar grega)	Famílias modernas; economias socialistas.
Economia orientada para geração de lucros	Forma obsoleta de ganhar dinheiro; manufatura tradicional	Atividade bancária moderna; empresa moderna.

Fonte: Swedberg (2005, p. 56).

Observe que nem toda geração de lucro é racional, ou seja, ela pode ser tradicional. O mesmo se passa com a economia doméstica, a qual pode ser uma ação econômica tradicional ou racional. Temos na economia socialista, também denominada como economia planejada, um exemplo de economia doméstica baseada em ações racionais. No sentido ideal, uma economia planejada não visa ao lucro e está totalmente orientada para a satisfação das necessidades, portanto, pode ser tipificada como uma economia doméstica.



Refleta

Wolfgang Schluchter (2014, p. 148) demonstra que mesmo nas economias mais racionalizadas existe um grau de irracionalidade.

Enquanto a economia de mercado sacrifica a racionalidade material (distribuição racional de bens) em nome da racionalidade formal (ação racional baseada no cálculo), a economia planejada sacrifica a ação formal em nome da racionalidade material.



Assim, será que a economia de mercado é tão racional assim? A busca incessante por lucros, característica do espírito do capitalismo, traria a satisfação das necessidades materiais? Em que medida a racionalidade formal pode ser compatível com a racionalidade material?

Para Weber a ação econômica racional é uma forma de concorrência pacífica por meio da gestão econômica. Assim como noutras sociologias específicas, a sociologia econômica de Weber segue a teoria geral de sua sociologia compreensiva. Dessa forma, uma distinção feita na teoria

geral de sua sociologia será retomada aqui, a ideia de relações comunais e relações associativas. As relações comunais, ou comunitárias, se embasam em sentimentos subjetivos de pertencimento ao grupo, já as relações associativas, por sua vez, se referem a relações movidas por interesses, são relações racionais com respeito a fins ou a valores.

As relações econômicas modernas tendem a se formar como relações associativas, posto que se fundam em acordos racionais orientados por interesses. O mercado, como veremos, é a forma mais pura de relação associativa, uma vez que estabelece relações de interesse de compra e venda de mercadorias de maneira puramente racional.

Associações econômicas

Para compreender a ideia de agrupamento econômico devemos retomar as concepções de agrupamento de Weber. Para o autor, há uma distinção entre as **comunidades**, em que os agrupamentos se formam a partir de laços de solidariedade emocionais ou tradicionais, e as **associações**, nas quais há um agrupamento de indivíduos que se unem motivados por interesses específicos. Assim, as associações se diferem das relações comunais, dado o grau de racionalidade das primeiras.

Tanto as comunidades quanto as associações podem ser fechadas ou abertas. Uma comunidade ou associação será fechada quando houver restrições, limitações ou quando vincula a participação a determinadas condições. Assim, uma empresa ou um conglomerado de empresas possuem a tendência de se manterem fechados, restringindo e criando regras e condições específicas para a participação de novos membros.

Sistemas fechados como monopólios tendem a criar privilégios. Na história pré-moderna esses sistemas eram formados por corporações de camponeses ou artesãos, cuja função era formar um monopólio de certas profissões com um estatuto e regulamentação da prática. Essas associações foram substituídas pela empresa capitalista.

A sociologia econômica de Weber dá especial atenção às organizações econômicas nas diferentes sociedades. A mais racional organização econômica é a empresa capitalista. Dada a sua organização, a empresa se pauta por uma geração sistematizada de lucro.

Dentro da empresa há também distinções na organização do trabalho. Existem dois tipos de trabalhadores: a equipe administrativa e o operário. Os primeiros comportam-se como o funcionário burocrata e são motivados pela obtenção de *status*, grandes salários e por uma ideia de vocação, enquanto os operários obedecem a um regime disciplinar e são motivados pela necessidade física e material do emprego.



Refleta

Richard Swedberg (2005) observa que pela ótica weberiana os administradores tendem a ser mais racionais, enquanto os operários, uma vez que seriam motivados pelas necessidades físicas, tenderiam a um comportamento menos racional.

A divisão entre funcionários racionais e operários "menos racionais" foi contestada por diversos sociólogos. Será que os operários não se comportam de maneira racional? Será que a motivação material não se configura como uma ação racional orientada para fins? A adesão dos trabalhadores a um movimento de greve não seria uma ação racional orientada para fins ou uma ação racional orientada para valores?

Jon Elster (1999), um sociólogo que segue a escola do individualismo metodológico, elaborou diversos estudos sobre o comportamento racional em organizações operárias. O autor busca refletir sobre as motivações dos operários em aderir a movimentos sociais, demonstrando que existem mecanismos de motivações políticos racionais, tradicionais e carismáticos que auxiliam na mobilização de ações coletivas entre operários.

Uma das forças mais revolucionárias no capitalismo moderno é o mercado. Este pode ser aberto a todos ou fechado de acordo com os interesses dos agentes que o dominam. No entanto, mesmo mercados formalmente livres podem sofrer regulamentações por parte de agentes fortes, por exemplo, a formação de cartéis.

Sob a égide do mercado a troca de bens possui uma nova forma. O mercado supõe uma regulamentação e uma previsibilidade, além disso, os bens trocados no mercado perdem sua subjetividade qualitativa, já que são mensurados quantitativamente pela moeda. Apenas com o dinheiro pode haver uma equivalência entre

utilidades. O dinheiro permite ainda o uso de contas em termos de capital, ou seja, a entrada da contabilidade na economia.

Por meio da troca quantitativa de bens e utilidades o mercado impõe uma impessoalidade entre os homens. O caráter revolucionário do mercado está em abolir qualquer forma de honra ou personalismo. O mercado no capitalismo racional ocidental não se molda à ética fraternal das religiões de salvação. É nesta perspectiva que podemos compreender o mercado como uma força no processo de racionalização nas relações econômicas. A previsibilidade, a regulamentação e a impessoalidade quantitativa da troca monetária são elementos fundamentais para a orientação racional da esfera econômica.

Capitalismo

Em *História geral da economia* (2006) Weber busca estudar o surgimento do capitalismo e as suas diversas formas na história da humanidade. Weber inicia seu curso explicando a estrutura e organização de uma sociedade pré-capitalista

A análise weberiana sobre as sociedades agrárias demonstra que nessas sociedades ainda não havia se desenvolvido uma esfera econômica autônoma. A principal preocupação de Weber era compreender como os grupos sociais se comportavam nas sociedades agrárias, buscando assim uma vastidão de exemplos desse tipo de sociedade no mundo inteiro. Assim, o clã, por exemplo, foi um tipo de grupo social fundamental nas sociedades agrárias, ele era encarregado pela segurança e administração dessas sociedades.

A não separação das diferentes esferas sociais fazia com que os agentes econômicos fossem também os líderes políticos, ou seja, as esferas política, econômica e religiosa não possuíam autonomia. Assim, para Weber, o declínio da sociedade agrícola começa com a dissolução das interdependências entre o senhor e o camponês proporcionada pelo surgimento do mercado.

Foi com o surgimento das cidades que a organização da

sociedade capitalista deu um novo passo. A criação das *guildas*, que só poderiam surgir no contexto urbano, foi fundamental no processo de racionalização do trabalho. Sociedades de castas como a Índia ou escravistas como as da Grécia e Egito antigo não conheceram as *guildas* porque estas exigiam uma equidade entre os participantes livres. As *guildas* se caracterizam pela monopolização e regulamentação de determinados ofícios, o que levou à formação de organizações econômicas fechadas e tradicionais.

Essa regulamentação do trabalho nas *guildas* representa um passo importante no processo de racionalização do capitalismo, entretanto, o seu tradicionalismo acabou por enfraquecer essa instituição, que, no Ocidente, foi paulatinamente substituída pelo trabalho domiciliar.

Mas, afinal, quais são os fatores que fizeram surgir o capitalismo moderno? Em *História geral da economia*, Weber assinala três tipos de fatores: os econômicos, os religiosos e os políticos.

Os fatores econômicos são a contabilidade moderna, o trabalho livre e o mercado de massa e, em segundo plano, encontramos o surgimento de sociedades anônimas, a especulação racional, a fábrica e a ciência voltada para a técnica.

A política influenciou a formação do capitalismo à medida que o clã e a família diminuíram sua influência sobre o indivíduo. Foi nesse processo que surgiu o indivíduo autônomo e livre para se associar em organizações políticas distintas da família e do clã, garantindo, assim, certa autonomia aos agentes econômicos.

No que se refere à religião, Weber aponta para o processo de desencantamento do mundo como fator preponderante no capitalismo racional. Assim, em primeira instância o afastamento de crenças mágicas do judaísmo antigo representou um primeiro passo rumo à racionalização da vida. Outro fator fundamental, como já estudado, foi o surgimento da ideia de vocação e o incentivo ao trabalho e à riqueza proporcionada pela ética protestante. Ou seja, o protestantismo possuía uma afinidade eletiva com o espírito do capitalismo, de modo que a sistematização do trabalho, a vocação e a obtenção do lucro passam a ser centrais na vida dos

protestantes, dando um importante impulso comportamental para o desenvolvimento do capitalismo racional.

Da união desses diversos fatores econômicos, políticos e religiosos surge aquilo que Weber denominou como capitalismo racional ou capitalismo ocidental. O que distingue esse capitalismo de formas anteriores de capitalismo é justamente a autonomia da esfera econômica diante de outras esferas da sociedade. Por isso, Weber denomina outras formas de capitalismo como capitalismo político, ou seja, sociedades em que a esfera econômica estava subjugada pela esfera política.



Assimile

A relação da esfera econômica com a religião

Como você já deve ter observado na unidade anterior, Weber dava especial atenção nas relações entre a ética religiosa e a ação econômica. Em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004b), Weber assinala as afinidades entre o protestantismo e um espírito capitalista. Vejamos agora como Weber trata a relação entre religião e mercado:



Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa em preço em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa da fraternidade. Quanto mais racional, e portanto, impessoal, se torna o capitalismo, tanto mais isso ocorre. No passado foi possível regular eticamente as relações entre senhor e escravo precisamente porque eram relações pessoais. Mas não é possível regulamentar – pelo menos, não no mesmo sentido, ou com o mesmo êxito – as relações entre os variáveis detentores de hipotecas e os variáveis devedores dos bancos que concedem tais hipotecas: pois este caso não há relações pessoais de qualquer tipo. (WEBER, 1997, p. 164)

O que difere Weber de outros pensadores é que ele assinala que existem vários tipos de capitalismo e essa organização econômica já existia antes da Revolução Industrial. Nessa perspectiva o que distingue o capitalismo moderno dos outros capitalisms é o alto grau de racionalidade.

Weber apresenta seis tipos de capitalismo que podem ser subdivididos em três, a saber, o capitalismo racional, o capitalismo político e o capitalismo comercial tradicional. O capitalismo racional possui a forma de mercado livre ou a forma especulativa de capital. Já o capitalismo político pode ter a forma de lucros políticos predatórios ou lucro no mercado por meio de forças de dominação política. O capitalismo comercial tradicional, por sua vez, pode se desenvolver com tipos tradicionais de comércio e transações monetárias ou, ainda, por meio de transações não usuais, mas derivadas de autoridades políticas tradicionais.

Assim, como já observamos, o capitalismo ocidental se difere por ser o mais racional. Como define Weber (1999, p. 110):

Apenas o Ocidente conhece empresas racionais capitalistas com capital fixo, trabalho livre e especialização e coordenação racionais do trabalho, com uma distribuição de serviços orientada puramente pelos princípios da economia de troca e realizada sobre a base de economias aquisitivas capitalistas. Isto é: a forma capitalista da organização do trabalho, formalmente de caráter puramente voluntário, como modo típico e dominante de provimento das necessidades de amplas massas, com expropriação dos trabalhadores dos meios de obtenção e apropriação dos empreendimentos por parte dos possuidores de títulos. Somente o Ocidente conhece o crédito público em forma de emissão de títulos rentáveis a comercialização de títulos e os negócios de emissão e financiamento como objetos de empreendimentos racionais, o comércio em bolsas de mercadorias e títulos, o mercado monetário e o mercado de capital, as associações monopolistas como formas de organização racional conforme os princípios da economia aquisitiva, para produção empresarial de bens (e não apenas para a comercialização dos mesmos).



Já o capitalismo político é também denominado pelo sociólogo alemão como capitalismo aventureiro. Termo usado por Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004), trata-se de um capitalismo violento, usurpador e, portanto, irracional.

Esse capitalismo político tende a surgir em sociedades com grandes classes proprietárias, enquanto o capitalismo racional está presente em sociedades em que predomina a classe comercial. Nas sociedades em que prevalece o capitalismo racional temos a classe empresarial e a classe trabalhadora, com o surgimento de uma classe média formada por profissionais liberais e burocratas. Assim, podemos notar que o capitalismo racional pressupõe e cria sociedades mais dinâmicas que o capitalismo político. Pensamos aqui em dinamicidade do capitalismo no sentido de criar mais oportunidades de concorrência no mercado, mais associações comerciais, maior oportunidade de ascensão de membros de classes sociais distintas e maior oportunidade de empreendimento individual.



Pesquise mais

Diversos sociólogos e economistas brasileiros seguiram a perspectiva weberiana para explicar o nosso capitalismo. Dentre eles, Celso Furtado e Raymundo Faoro buscaram explicar como no Brasil prevaleceu um capitalismo tradicional e político. Nossa herança ibérica somada à estrutura escravagista criou obstáculos para formação de uma classe comercial e para uma classe média liberal. Essa formação específica de nossas associações econômicas está presente ainda hoje, e, em certa medida, explica a pouca dinâmica da sociedade brasileira.

Para saber mais sobre as ideias de Celso Furtado leia o livro *Formação econômica do Brasil* (1987). Sobre as ideias de Faoro, leia o texto *Raymundo Faoro historiador*, de Fábio Comparato (2003). Você pode acessar esse texto no seguinte link: Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200024>. Acesso em: 27 abr. 2017.

Sem medo de errar

Vamos retomar nossa situação-problema? Ao ter que investir o capital dos acionistas de seu banco, Antônio começou a refletir sobre a possibilidade de outras formas de organização econômica. Como observamos, o mercado não é natural, ele surge na história da humanidade como uma instituição impulsionadora da racionalização do capitalismo.

O capitalismo moderno é uma manifestação racional do capitalismo. No decorrer da história, os homens encontraram diversas formas de organizar suas trocas, entretanto, apenas no Ocidente essas formas alcançaram um elevado grau de racionalização. Esta foi impulsionada pelo uso do dinheiro, que permitiu o surgimento da contabilidade. O mercado, por sua vez, é uma organização econômica que tende à formação de relações sociais associativas, ou seja, relações cada vez mais racionais orientadas para fins.

Ao encarar os riscos de aplicação do capital, Antônio também se deu conta da imprevisibilidade e irracionalidade do mercado. Notamos em nosso estudo que, muito embora o capitalismo busque uma racionalidade, o mercado revela uma face irracional do capitalismo moderno.

Além disso, nem toda a ação econômica visa ao lucro, tal como o banco em que Antônio trabalha. A economia doméstica visa antes à distribuição de recursos escassos. Assim, seguindo a tipologia de Weber, podemos afirmar que, enquanto no capitalismo moderno prevalecem as ações econômicas racionais orientadas para o lucro, a economia socialista planejada é uma organização racional doméstica, ou seja, orientada para a distribuição de bens escassos. Observe que essas tipologias são construídas a partir de tipos ideais, ou seja, apenas se aproximam da realidade empírica e dependem da forma como o sociólogo enquadra o seu objeto de estudo.

A economia planejada não está presente apenas no socialismo. É importante salientar que mesmo as sociedades capitalistas mais modernas se utilizam de mecanismos desenvolvidos em economias planejadas. O protecionismo, o controle do câmbio e a taxaço de importação são estratégias de controle próximas das economias

planificadas. Dessa forma, não é verdade que o mercado seja totalmente livre, mesmo os Estados mais liberais se utilizam dessas estratégias para impedir ou amenizar crises econômicas.

Faça valer a pena

1. "Apenas o Ocidente conhece empresas racionais capitalistas com capital fixo, trabalho livre e especialização e coordenação racionais do trabalho, com uma distribuição de serviços orientada puramente pelos princípios da economia de troca e realizada sobre a base de economias aquisitivas capitalistas. Isto é: a forma capitalista da organização do trabalho, formalmente de caráter puramente voluntário, como modo típico e dominante de provimento das necessidades de amplas massas, com expropriação dos trabalhadores dos meios de obtenção e apropriação dos empreendimentos por parte dos possuidores de títulos. Somente no Ocidente conhece o crédito público em forma de emissão de títulos rentáveis, a comercialização de títulos e o negócio de emissão e financiamento como objetos de empreendimentos racionais, o comércio em bolsa de mercadoria e títulos, o mercado monetário e o mercado de capital, as associações monopolistas como formas de organização racional conforme os princípios da economia aquisitiva, para produção empresarial de bens." (WEBER, 1999, p. 110)

Para Weber, o capitalismo moderno:

- a) É semelhante tipologicamente ao capitalismo da Grécia antiga.
- b) Se diferencia dos outros tipos pela sua racionalidade.
- c) É um capitalismo político.
- d) Se mistura com outras esferas da ação humana.
- e) Se identifica à ação racional orientada para valores.

2. No primeiro capítulo de *Economia e sociedade* (1999), Max Weber traça a tipologia das ações sociais e também das relações sociais. Uma distinção importante levantada pelo autor é a diferença entre relações comunais e relações associativas. Relações comunais se baseiam em laços emocionais, enquanto as associações se estabelecem a partir de interesses racionais, portanto, são relações modernas. Assim, o empreendimento econômico racional tende a se organizar a partir de relações associativas. O empreendimento econômico é estabelecido a partir da ação econômica,

que pode ser orientada para o lucro, como no caso da economia de mercado, ou orientada para a distribuição, como no caso da economia planificada.

Considerando a tipologia das organizações econômicas de Weber, é correto afirmar que:

- a) A empresa moderna se caracteriza pela ação econômica tradicional.
- b) A *oikos* é uma manifestação de uma ação econômica tradicional orientada para a geração de lucros.
- c) A economia planificada é um tipo de organização doméstica e racional.
- d) A empresa moderna é uma organização doméstica.
- e) A manufatura tradicional é uma organização doméstica.

3. Carne, vitamina C e capitalismo (Helio Gurovitz)

A Operação Carne Fraca levantou um dos fantasmas mais antigos da humanidade, revelou crimes repulsivos de uma minoria dos frigoríficos, o despreparo da Polícia Federal (PF) e da imprensa para lidar com o tema e demonstrou a absoluta ignorância do brasileiro sobre o capitalismo.

Derivaram da ação dois tipos de preocupação. O primeiro diz respeito à saúde da população brasileira. O segundo, à da nossa economia. A ação da PF foi justificada com base no primeiro. A reação do governo, no segundo. Ambos são legítimos e precisam ser compreendidos.

(...)

Claro que o descaso com a saúde pública – fosse em um único frigorífico – já seria escandaloso. Saber que funcionários do Ministério da Agricultura recebiam propina para aceitar a maquiagem de produtos impróprios para o consumo deixa qualquer um indignado. Ainda mais quando a denúncia envolve duas das maiores multinacionais brasileiras, BRF e J&F, incensadas ao longo dos governos petistas como campeãs nacionais. Ambas têm o Estado como acionista e sempre contaram com generosos subsídios para exportação.

Aqueles, contudo, que, desde os tempos de Eisenstein e Upton Sinclair, imaginam o capitalismo como um sistema cruel, em que o povo é alimentado com carne podre por empresários inescrupulosos, precisam rever os próprios preconceitos. É perfeitamente legítimo criticar BRF e J&F pela associação com o capitalismo de compadrio promovido há décadas no Brasil. Mas é irreal imaginar que as empresas tenham interesse em prejudicar a saúde pública.

Só quem nunca vendeu um prego pode pensar que interessa a um açougueiro vender carne podre. Todo comerciante sabe que a clientela só volta quando o produto é bom. É para garantir a qualidade que existem as dezenas de normas sanitárias que todos precisam respeitar. No caso das grandes multinacionais, as exigências são ainda mais rígidas.

Ninguém exporta nada sem cumprir todas as regras dos países de destino. A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem registrado aumento nas barreiras fitossanitárias, usadas como forma de proteger a produção nativa de alimentos. Houve, segundo o último relatório anual da OMC, 468 notificações do tipo em 2000 – ante 1681 em 2015.

Se indústrias nacionais de alimentos ainda conseguem exportar para mercados cada vez mais rígidos e exigentes, é porque têm de cumprir regras que garantam a qualidade de seus produtos em todos eles. Quem garante isso não é outro sistema econômico, senão o capitalismo em sua forma mais avançada – aquela que promove o livre-comércio por meio de instituições globais como a OMC.

(...)

Fonte: <<http://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/carne-vitamina-c-e-capitalismo.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

A partir da reportagem e da sociologia econômica de Weber, é correto afirmar que o mercado:

- a) Tende a uma ação carismática.
- b) Só aparece no ocidente racional.
- c) Tende a diluir as relações impessoais entre os indivíduos.
- d) Não se ajusta às normas de racionalidade econômica.
- e) No Ocidente, fez parte do processo de racionalização econômica.

Seção 4.3

Sociologia e o direito

Diálogo aberto

Nesta seção iremos estudar a sociologia do direito de Weber. Como já observamos, Weber se preocupa com o processo de racionalização da sociedade ocidental, assim, estudaremos como ocorre esse processo na esfera do direito.

Para tal estudo, voltemos à nossa situação-problema. Como notamos, Antônio está se preparando para exercer seu novo cargo de gerente no banco. Nesse novo cargo, ele começa a refletir sobre os processos do capitalismo moderno. Lembre-se de que Antônio já teve que lidar com encargos burocráticos e análises econômicas para atender os seus clientes. Nesse momento, nosso gerente começa a lidar com contratos de empréstimos, de poupança e de investimentos. Ele se depara com um cliente que está em crise financeira e lhe pede um empréstimo. O gerente compreende a necessidade de seu cliente e tenta aplicar uma taxa de juros que seja lucrativa para o banco e, ao mesmo tempo, atrativa para o cliente. Entretanto, Antônio entende que, em uma situação de crise, um empréstimo para um pequeno empreendedor é um risco, assim, o contrato deve conter cláusulas claras e rígidas.

Diante dessa situação podemos questionar: qual é a natureza do contrato entre partes na burocracia moderna? Como pensar o desenvolvimento do capitalismo racional sem um amplo aparato jurídico? Como fazer prevalecer o direito das partes e como garantir que ambos, contratante e contratado, arquem com suas responsabilidades?

Podemos, ainda, lançar mais alguns questionamentos que estão aqui relacionados: como compreender o direito moderno? Será que ele sempre foi assim? A justiça é equânime? Ou seja, justiça significa igualdade? E quanto à aplicação da justiça, será que ela serve a todos de maneira igual?

Essas questões serão analisadas nesta seção! Observaremos aqui o desenvolvimento do direito na sociedade moderna, seus impasses e sua formalização rumo a uma racionalização cada vez maior.

Não pode faltar

Max Weber tinha particular interesse nos sistemas jurídicos. Como se sabe, o autor foi formado em direito e desenvolveu seus primeiros estudos sistemáticos em história do direito. Sua sociologia nessa área revela alta erudição, e seu amplo conhecimento não se reduz ao direito europeu. Weber vai além, discutindo sobre o direito hindu, islâmico, judaico e até mesmo o direito na Polinésia.

Weber segue seu esforço teórico em demonstrar o processo de racionalização, relacionando as esferas religiosa, política e econômica com a esfera jurídica. Assim como em outras esferas da sociedade, o direito no ocidente seguiu um caminho de racionalização que não ocorreu em outros lugares, assim, mais uma vez, observaremos os caminhos do processo de racionalização de uma esfera fundamental da sociedade.

As especificidades da sociologia do direito

De acordo com o sociólogo Julien Freund (2003), a teoria jurídica busca analisar os fundamentos e legitimidade de uma lei, enquanto a sociologia compreensiva do direito busca compreender como os indivíduos orientam sua conduta de acordo com determinadas leis. Assim, trata-se de compreender como as pessoas entendem determinadas regras como válidas e como estas regras servem de normatividade para as suas condutas.

Não se trata de compreender a função ou legitimidade da lei, mas de compreender a relação da lei com a ação social, uma vez que nem sempre os indivíduos agem de acordo com a lei. A sociologia do direito busca então compreender como ordens, normas e regulamentos orientam a conduta dos indivíduos.

Assim, segundo Weber, o direito existe:

Quando a validade de uma ordem é garantida exteriormente pela oportunidade de um constrangimento (físico ou psíquico) que uma instância, especialmente instituída para esse fim, pode exercer sobre a atividade dos membros para que seja respeitada ou para punir toda infração. (WEBER apud FREUND, 2003, p. 180)



Note que nessa perspectiva a coerção é enfocada como determinante para a definição sociológica de direito. Entretanto, nem sempre o aparelho de coerção é uma instância jurídica; uma família ou um clã, por exemplo, serviam em outros momentos históricos como instrumentos de coerção e regulação.

Para uma melhor definição, Weber faz uma distinção entre o direito e as convenções, usos e costumes:

1. Convenções sociais são regras que não são reguladas por instituições, mas também exercem coerção sobre a conduta dos indivíduos, ou seja, embora não sejam normas escritas, o não respeito às convenções pode gerar uma reprovação social.

2. O uso se refere à rotinização de um comportamento, ou seja, realizar regularmente determinada ação social.

3. O costume, por sua vez, é uma prática legitimada por sua antiguidade. O que os distingue do direito é que não são sancionados exteriormente. Por exemplo, é costume que se comemore o Natal em muitos países, mas não se trata de uma obrigatoriedade.

Cabe ao sociólogo interpretar os diversos comportamentos a partir de tipos ideais. Não se pode ter certeza se determinado comportamento é sancionado por usos, costumes ou uma lei exterior sem uma intrínseca interpretação das ações sociais.

Em seu livro *Economia e sociedade* (2004a) Weber começa sua explanação distinguindo o direito público do privado. Aqui encontramos três distinções fundamentais:

1. O direito público está relacionado ao Estado, enquanto o privado se refere à sociedade civil.

2. O direito público se vincula à administração e à regulamentação do governo.

3. O direito privado considera as partes iguais, enquanto o direito público visa à manutenção de relações hierárquicas de mando.

Essas distinções podem ser úteis no sentido metodológico, entretanto, nem sempre são satisfatórias, afinal, como lembra Freund, (2003, p. 182) o direito privado é garantido pelo Estado. Além disso, como já observamos, nas sociedades pré-modernas os cargos administrativos pertenciam aos servidores indicados pelo soberano.

Outra importante distinção se refere ao direito objetivo e ao direito subjetivo. O direito objetivo é o direito presente na ordem jurídica, e que é válido indistintamente para todos os membros da sociedade. Já o direito subjetivo está vinculado à possibilidade de um indivíduo recorrer aos aparelhos jurídicos para garantir direitos e interesses próprios. Ou seja, o direito subjetivo permite impor, garantir ou impedir a vontade de um indivíduo ou grupo de indivíduos a outros.



Exemplificando

O direito objetivo pode ser exemplificado pelo direito civil ou direito penal, ou seja, são regras válidas para todos os membros da sociedade.

O direito subjetivo se refere à liberdade dos indivíduos ou grupos de indivíduos de fazerem valer os seus direitos, ou seja, o direito à liberdade ou o direito de contrato de trabalho.

O direito subjetivo foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, foi ele que assegurou a liberdade contratual dos indivíduos, liberdade inclusive contra as coerções do Estado. Além disso, o direito subjetivo oferece ao indivíduo o direito de regular suas relações contratuais por meio de transações jurídicas, ou seja, uma liberdade contratual, muito embora esta liberdade não seja ilimitada.

É importante ressaltar que, para Weber, o direito não está isento de relações de poder, ao contrário, ele pode servir como instrumento de dominação em uma relação contratual na qual as partes sejam desiguais:

O direito formal de um trabalhador, de fechar um contrato de trabalho de conteúdo qualquer com qualquer empresário, não significa praticamente, para quem procura um emprego, a menor liberdade de fixar as próprias condições de trabalho e não lhe garante nenhuma influência sobre elas. Resultam deste direito a possibilidade, para a parte mais poderosa no mercado, neste caso geralmente o empresário, de fixar essas condições à sua discrição, de oferecê-las àquele que procura um emprego, para este aceitá-las ou rejeitá-las, e – já que a urgência econômica do emprego costuma ser mais forte por parte do solicitante – de impô-las ao último. O resultado da liberdade de contrato é, portanto, a criação da possibilidade de usar a propriedade de bens, mediante a hábil aplicação dela no mercado, como meio para adquirir, sem encontrar barreiras jurídicas, poder sobre outras pessoas. Os interessados em adquirir poder no mercado são os interessados de tal ordem jurídica. Principalmente no interesse deles, ocorre, sobretudo, o estabelecimento de "disposições jurídicas autorizadoras", que criam esquemas de acordos válidos, aos quais, apesar da liberdade formal de todos para fazer uso deles, têm de fato acesso somente os donos de propriedades e que, portanto, fortalecem somente a autonomia e a posição de poder destes, e de mais ninguém. (WEBER, 1999, p. 66)



Refleta

Observe que a própria estrutura criada pelo direito formal acaba por se tornar injusta dada à distribuição desigual de poder.

A partir dessa passagem de Max Weber podemos refletir sobre o tema da relação entre a liberdade e a justiça. A liberdade contratual evita a coação e garante a liberdade de ação no mercado, entretanto, até que ponto a desigualdade entre os contratantes garante a justiça? Pode haver de fato justiça sem igualdade?

A mais importante distinção para a sociologia do direito de Weber se refere ao direito formal e ao direito material. O direito formal se refere aos dispositivos jurídicos que seguem estritamente a lógica

do direito. O direito material, por sua vez, segue outros valores extrajurídicos, como os políticos, religiosos ou econômicos. Daí que a justiça não se faz apenas pelos códigos da lei, mas também a partir da conduta dos indivíduos. Dito de outra maneira, um juiz pode se ater à fria letra da lei como também apelar àquilo que acha mais justo segundo sua consciência. Não existe uma justiça puramente formal, sempre haverá necessidade de apelar para sistemas extrajurídicos.

A tipologia do direito

As formulações das leis na sociologia weberiana estão vinculadas às formas de dominação. Assim, em uma sociedade em que prevalece a dominação tradicional, a lei deve se identificar com a tradição, e qualquer tentativa de inovação da lei será rejeitada. Nas sociedades modernas, entretanto, a lei tende a ser racional e regida por regras abstratas. Já em sociedades regidas por líderes carismáticos, dado o caráter extraordinário, as leis costumam ser transgredidas ou possuir um caráter irracional, ditadas por oráculos ou líderes.

Sobre a tipologia weberiana do direito, é importante, portanto, destacar a diferenciação entre direito formal/material e direito racional/irracional. O quadro seguinte apresenta essas diferenciações de maneira sintetizada. Vejamos:

Quadro 4.2 | Tipologia do direito material e formal

Direito	Irracional	Racional
Material	Direito legislado por valores emocionais, fora de qualquer norma legislativa.	Direito legislado por alguma ideologia ou livro religioso.
Formal	Direito orientado por uma norma não racional; pode ser um oráculo.	Direito orientado por leis abstratas criadas pela lógica jurídica.

Fonte: elaborado pelo autor.

A principal característica de direitos irracionais ((tanto o material quanto o formal) é a imprevisibilidade. São sistemas ilógicos, uma vez que são ditados por valores emocionais ou oráculos.

Observe que tanto o direito material quanto o formal podem ser racionalizados, o primeiro seguindo uma lógica utilitária e o segundo uma lógica pura. Assim, enquanto o direito material se racionaliza empiricamente, o direito formal se racionaliza a partir das ciências jurídicas.

Ainda que sejam direitos racionais, o direito formal e o material possuem sua face irracional, já que podem se basear em valores ou ideologias; o mais formal ou material dos direitos não escapa à subjetividade, que pode ser de cunho religioso, político ou econômico. É interessante observar que, embora o direito tenha se racionalizado, se mantiveram aspectos carismáticos, por exemplo, o uso do júri como recurso de condenação ou absolvição.

O processo de racionalização do direito

O direito surge como uma resposta às questões econômicas, políticas e religiosas das diferentes sociedades. Trata-se de uma necessidade coercitiva. É verdade que o direito se desenvolveu de um estado irracional ditado pela magia ou pelo oráculo à normatização jurídica fundada na especialização e na técnica.

Para Weber, o direito primitivo possuía um caráter carismático mágico, entretanto, era um direito formal, uma vez que seguia uma norma sagrada e ritualizada, ditada por um oráculo. Embora esse direito fosse formal, era irracional, na medida em que não se preocupava com a justiça, mas com os mandamentos do sagrado.

A criação de uma norma sagrada para a prática do direito criou uma tradição, já que os anunciante e juízes não podiam se contradizer. Com a especialização surge aquilo que Weber chama de “homens de toga”, especialistas em jurisprudência que seguem determinada doutrina ditada por essa tradição.

O direito formal tende a ser mais impessoal e a defender a liberdade dos indivíduos, entretanto, esse formalismo pode se virar contra os interesses da coletividade ou mesmo do Estado. Assim, no processo de racionalização, o direito formal se submeteu ao direito material em diversos momentos, seja por questões políticas, religiosas, seja por questões econômicas. Nas palavras de Julien Freund:



Certamente, o formalismo jurídico garante, em geral, a maior liberdade aos indivíduos na defesa de seus interesses, porém muitas vezes às custas dos interesses da coletividade e às vezes contra os do Estado, sustentáculo da ordem. Era, portanto, normal que o poder tentasse por todos os meios dominar um aparelho judiciário capaz de comprometer as decisões da vontade política, e encontrar um equilíbrio tão racional quanto possível entre os interesses individuais e os da sociedade, com base não mais em uma justiça puramente jurídica, mas sim ética, econômica ou social. (FREUND, 2003, p. 190)

Assim, sacrifica-se o formalismo jurídico em nome de uma justiça material, econômica e social. A intervenção de outras esferas não obstruiu a racionalização do direito, ao contrário, deu um impulso a sua racionalização material.

Por fim, na era moderna, há um regresso ao formalismo, tentando assim, um equilíbrio entre o direito formal e o material. A racionalização lógico-formal do direito significa que nenhuma outra instituição pode interferir ou negar aquilo que é permitido pelo direito.



Assimile

A racionalidade em direito significa a universalidade de regras, ou seja, a probabilidade de que um conjunto de regras tenha uma extensão capaz de formular e aplicar regras universais. Entretanto, o direito deve responder a outras lógicas, como as das esferas ética, religiosa e econômica.

A especialização cada vez maior da ciência jurídica em contato com outras esferas da sociedade significa também a tentativa de se manter um equilíbrio entre os direitos do indivíduo e da coletividade de maneira que um não sobressaia sobre o outro. A racionalidade formal do direito não está isenta de valores morais da sociedade; um bom exemplo é o código penal, nos dias atuais o foco da punição acabou sendo substituído por uma missão educadora do condenado.



Filme: *12 homens e uma sentença*, direção de Sidney Lumet.

Esse filme retrata um tribunal no qual 12 jurados são responsáveis pelo destino de um réu. Um dos jurados, não convencido da culpa do réu, busca convencer seus colegas sobre a irracionalidade da condenação de um homem supostamente inocente.

O filme, que se tornou um clássico, discute os valores éticos e morais que envolvem a aplicação do direito e da justiça.

Como observamos nesta unidade, embora o direito formal moderno seja racional e abstrato, a sua aplicação está sujeita a imponderáveis ações humanas. Nesse filme que indicamos é retratado, por exemplo, como os valores, personalidades e preconceitos podem interferir na aplicação racional da lei. Vale a pena conferir!

Sem medo de errar

Vamos retomar a situação-problema do início da seção? Antônio, ao se deparar com a imensidão de contratos notou que eles não são apenas obrigações burocráticas, são parte fundamental do direito racional moderno que garante a responsabilidade das partes. A racionalização do direito está atrelada ao processo de racionalização burocrática do capitalismo moderno.

Como observamos, um dos pressupostos para o desenvolvimento do capitalismo é a liberdade contratual e certa segurança nos contratos entre as partes. Ora, tal estabilidade/garantia só pode ocorrer com a racionalização do direito subjetivo de liberdade contratual. Entretanto, como apontamos, a liberdade contratual não garante que a justiça se concretize, já que, em uma relação assimétrica de poder, a parte vulnerável pode ser coagida. Como exemplo temos os contratos trabalhistas sem regulamentação, situação em que o funcionário fica à mercê do dono da empresa.

Voltemos para o exemplo em que um dos clientes de Antônio está passando por uma crise financeira, e sua empresa está à beira da falência. Em uma situação dessa, o banco pode se aproveitar da

fragilidade de seu cliente e aplicar juros abusivos em um possível empréstimo. O banco pode justificar os juros abusivos pelo risco do empréstimo (ou seja, pelo fato de o cliente não conseguir pagar sua dívida). Entretanto, essa é uma prática abusiva de contrato, uma vez que uma das partes está fragilizada.

O referido banco assume um risco, já que há uma regulação constitucional contra taxas de juros abusivas. Aqui o direito material é regulado pelo direito formal, e o Estado interfere juridicamente a fim de amenizar contratos abusivos.

Entretanto, no Brasil, o tema da tabulação de taxas de juros ainda é controverso, embora existam na nossa constituição poucos bancos que sigam essas regras. As normas não são claras e os debates não chegaram a uma conclusão sólida que possa amparar o contratante. Daí a grande lucratividade dos bancos no país, que se utilizam da ineficácia da lei e de brechas constitucionais para garantir uma alta taxa de juros.

Faça valer a pena

1. Quanto mais complexas se tornam as formações cuja existência se fundamenta de maneira específica em "disciplina", isto é, as empresas industriais capitalistas, tanto maior pode ser, dentro delas, em certas circunstâncias, a falta de consideração no exercício da coação e tanto menor fica o círculo daqueles em cujas mãos se concentra o poder, garantido por intermédio da ordem jurídica, de exercer coação deste tipo contra outros. Por isso, uma ordem jurídica, por maior que seja o volume de "direitos de liberdade" e de "autorizações" por ela garantidos e oferecidos, e por menor que seja nela o número de normas imperativas e proibitivas, pode servir, em seu efeito prático, para intensificar consideravelmente, em sentido quantitativo e qualitativo, não apenas a coação em geral, como também o caráter autoritário dos poderes coativos." (WEBER, 1999, p. 67)

A respeito da ideia de liberdade e coação na esfera jurídica é correto afirmar que para Weber:

- a) O direito objetivo é que garante a liberdade contratual.
- b) O direito subjetivo coage os indivíduos.
- c) O direito subjetivo garante a liberdade e a equidade.
- d) Só existe equidade com liberdade contratual.
- e) A liberdade contratual sem equidade pode levar à coação.

2. Como demonstra Max Weber, apenas no Ocidente houve uma secularização sistematizada do direito. Em outros lugares o direito se manteve ligado a tradições religiosas e mágicas, ou seja, carismáticas. Apenas no Ocidente o direito se racionalizou tanto em seu aspecto material, abrangendo outras esferas sociais, quanto no aspecto formal, e sistematização das próprias normas jurídicas.

A respeito do direito racional formal, é correto afirmar que:

- a) Caracteriza-se pela busca de recursos carismáticos.
- b) É amplo e se caracteriza pelo utilitarismo.
- c) Não é necessariamente especializado.
- d) Caracteriza-se pela sua amplitude e especialização jurídica.
- e) Permanece empírico.

3. Advogado de família da vítima dificultou a acusação dos policiais, diz promotor (Elaine Patrícia Cruz)

Após os sete jurados terem decidido absolver os três policiais acusados de terem executado Fernando Henrique da Silva, o promotor de acusação Rogério Leão Zagallo lamentou que seu assistente de acusação, o advogado Richard Bernardes Martins Silva, tenha pedido a absolvição de um dos réus durante a fase de debates, ocorrida ontem (28). Para o promotor, o advogado, que foi contratado pela família da vítima, atuou em favor dos réus.

“Essa absolvição tem que ser tributada ao advogado contratado pela família da vítima. Nunca vi um advogado da família da vítima, chamado tecnicamente de assistente de acusação, fazer a defesa e apologia da absolvição do réu. Isso enfraquece o discurso condenatório, que já era um discurso difícil pela ideia de que a gente estaria acusando policiais contra bandidos”, disse o promotor, na saída do júri popular, que terminou por volta das 22h de ontem.

Segundo Zagallo, a atuação do advogado trouxe uma dificuldade a mais para o processo. “A sociedade, tão desassossegada com a questão da violência, vê na morte de uma pessoa como o Fernando, um inimigo. Até entendo essas pessoas. Mas isso se reflete no julgamento. E o policial militar é sim um herói para aqueles que tiraram de circulação os inimigos da sociedade”.

(...)

Em sua defesa, Silva disse “estar com a consciência tranquila”. “Tenho o maior respeito pelo promotor Rogério Leão Zagallo, mas não acredito nisso. Acho que é convicção. É muito difícil você chegar no plenário e atuar longe da sua

convicção. Não é porque hoje sou assistente de acusação que vou mudar meus princípios, meu caráter e minha forma de atuar na advocacia. Hoje, após ver o vídeo 200 vezes, cheguei à conclusão de que o Samuel não teria intenção de matar. Ele simplesmente empurrou ou soltou a vítima, mas a decisão é soberana dos jurados e temos que respeitar”, disse.

Silva confirmou ter sido contratado pela família e que a mãe da vítima, que acompanhou os debates hoje no plenário do Fórum Criminal da Barra Funda, sabia que ele pediria a absolvição do policial. “Conversei com a dona Cleusa, expliquei para ela, e ela falou: ‘Doutor, se o senhor tem essa convicção, sustente essa convicção’. Foi muito bem conversado com a dona Cleusa antes”, disse.

(...)

O julgamento

Em decisão rápida, de menos de 30 minutos, os sete jurados que compõem o Conselho de Sentença decidiram absolver os três policiais acusados de executar Fernando Henrique da Silva, 23 anos, no dia 7 de setembro de 2015. A decisão foi amplamente comemorada por parentes dos réus e por policiais que acompanharam o julgamento antes mesmo que a juíza Giovanna Christina Colares fizesse a leitura da sentença, por volta das 22h de hoje, isso porque a família recebeu a informação sobre a decisão dos próprios advogados dos réus.

Flávio Lapiana de Lima e Fabio Gambale da Silva eram acusados pelo Ministério Público por homicídio doloso qualificado (por motivo torpe, meio cruel e sem possibilidade de defesa da vítima), fraude processual (por alteração no local do crime) e falsidade ideológica (por terem dado versões falsas sobre o crime durante a investigação). Já o policial Samuel Paes era acusado por homicídio doloso.

(...)

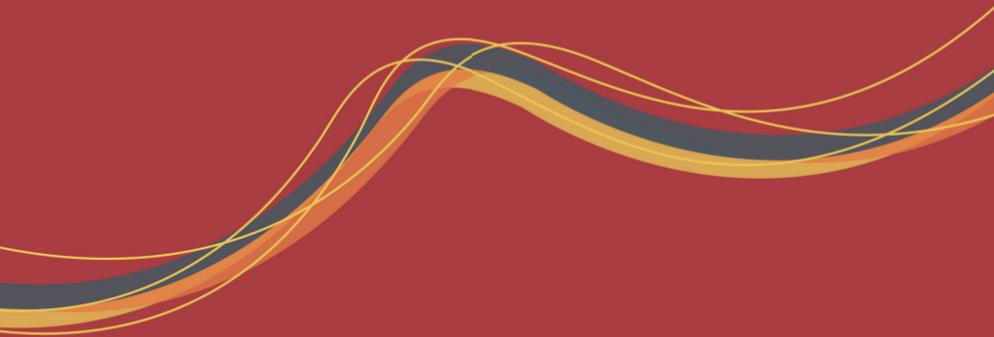
Fonte: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/advogado-de-familia-da-vitima-dificultou-acusacao-policiais-diz-promotor>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

Com base na leitura da reportagem e considerando as principais ideias de Weber em sua sociologia do direito, é correto afirmar que:

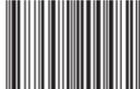
- a) O advogado de defesa agiu de maneira racional, mas sem convicção.
- b) O juiz agiu de maneira emocional ao inocentar o réu.
- c) O júri agiu movido pela razão e emoção.
- d) O caso representa a aplicação estritamente formal do direito.
- e) O promotor agiu de maneira a não aplicar o direito formal.

Referências

- COMPARATO, Fábio Konder. Raymundo Faoro: historiador. **Estud. av.** [online]. 2003, v. 17, n. 48, p. 330-337. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200024>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 1999, v. 14, n. 39, p. 13 - 40. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000100002>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAFKA, Franz. **O processo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RODRIGUES, Alberto Torres. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- TRUBECK, David. Max Weber sobre o direito e ascensão do capitalismo (1972). **Revista Direito GV5**. v. 3, n. 1, p. 151- 186, jan./jun. 2007.
- WEBER, Max. A "Objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. In: CONH, Gabriel (org). **Grandes cientistas sociais: Max Weber**. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Nova Cultura, 1997. (Coleção os Economistas).
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1999.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. Brasília. UNB, 2004.
- _____. **História geral da economia**. São Paulo: Centauro. 2006.
- _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.



ISBN 978-85-522-0048-2



9 788552 200482 >